



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Francisca das Virgens Fonseca**

**Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal II**

Feira de Santana  
2021

**FRANCISCA DAS VIRGENS FONSECA**

**Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante

Feira de Santana BA

2021

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

Fonseca, Francisca das Virgens

F744d Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal II / Francisca das Virgens Fonseca. - 2021. 118f.:il

Orientadora: Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Comunidade Tradicional Quilombola. 2. Educação do campo. 3. Quilombo contemporâneo. I. Cavalcante, Ludmila Oliveira Holanda, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 37(1-22)

# Termo de Aprovação

FRANCISCA DAS VIRGENS FONSECA

## “OS DESAFIOS SOCIEDUCACIONAIS E COMUNITÁRIOS NOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS: O CASO DA FAZENDA CANDEAL II”


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Políticas educacionais, movimentos sociais e processos de educação, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 29 de junho de 2021.



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante  
Orientador(a) – UEFS



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kleyson Rosário Assis  
Primeiro(a) Examinador (a) – UFRB



---

Prof. Dr. Marco Antonio Leandro Barzano  
Segundo(a) Examinador (a) – UEFS

Dedico este estudo aos meus pais, Maria José e Dionizio, e a todos os mais velhos: mulheres e homens pretos, símbolos de resistência e inspiração, fazendo dos mais novos uma possibilidade.

## AGRADECIMENTOS

QUERO AGRADECER AQUI  
A DEUS PAI, NOSSO SENHOR  
QUE NOS DEU O DOM DA VIDA  
E PRA ELA NOS CAPACITOU  
FEZ-ME ENXERGAR A EXISTÊNCIA  
DA OBRA DO CRIADOR

AOS MEUS QUERIDOS PAIS,  
DIONIZIO E MARIA JOSÉ  
QUE SÃO MINHA FORÇA E GUIA  
SEMPRE COM MUITA FÉ,  
DANDO-ME FORÇA E APOIO,  
ME SUSTENTANDO DE PÉ

A MINHA COMUNIDADE  
A QUAL ME DEU INSPIRAÇÃO,  
MESMO EM MOMENTOS DE AUSÊNCIAS  
TIVE SUA COMPREENSÃO  
VER A LUTA DA MULHER NEGRA  
COM MUITA SUPERAÇÃO

NÃO POSSO TAMBÉM ESQUECER  
A TODA INSTITUIÇÃO  
O SUPORTE NECESSÁRIO  
PARA A ASSOCIAÇÃO  
E AS TROCAS COM CARINHO  
COM TODOS QUE FAZEM A GESTÃO

PEÇO LICENÇA AOS MAIS VELHOS  
PARA AGRADECIMENTO ESPECIAL  
A GRANDE LÍDER DIANA  
DE FORÇA E LUTA SEM IGUAL  
COM A LEVEZA DE NANÃ  
NA BUSCA DO IDEAL

A PROFESSORA LUDMILA  
QUE É MINHA ORIENTADORA  
CONDUZIU COM RESPONSABILIDADE  
E CONHECIMENTO DE DOUTORA  
TROUXE GRANDES APRENDIZADOS  
COM SENSIBILIDADE DE UMA GENITORA

A TURMA DE 2019  
VIVEMOS VÁRIOS MOMENTOS  
DE APOIOS E APRENDIZADOS  
ENRIQUECEU OS CONHECIMENTOS  
A COORDENAÇÃO E SECRETARIA  
TAMBÉM MEUS AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTO À CAPES  
POR CONCESSÃO VALIOSA  
ESTA BOLSA DE ESTUDO  
FOI FERRAMENTA PODEROSA  
NA TRAVESSIA DO CONHECIMENTO  
FEZ-SE NECESSÁRIA E HONROSA

A BANCA AVALIADORA  
OFEREÇO AS MELHORES FLORES  
A ATENÇÃO E DEDICAÇÃO  
QUE OBTIVE DOS SENHORES  
MINHA ENORME GRATIDÃO  
A ESTES MESTRES DOUTORES

NELSON DAS VIRGENS FONSECA

**EPIGRAFE**

Ser quilombola é ter crença  
De nossa comunidade  
Ter plena consciência  
De nossa identidade  
Pisando firme na terra  
Vivendo a realidade

Nós conquistamos a terra  
Lutando com união  
Trabalhando firmes em busca  
De uma boa educação  
Ser quilombola na disputa  
Por uma justa nação.

CANDIDO PEREIRA FONSECA

## RESUMO

Esse estudo buscou compreender a dinâmica contemporânea da comunidade tradicional quilombola, a partir da trajetória das suas organizações sociopolíticas e culturais, suas contradições sociais e locais e a relação destas na formação da identidade quilombola, no distrito rural do município de Feira de Santana, na Bahia. O estudo de abordagem qualitativa, intitulado “**Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal II**” teve como objetivo analisar os processos comunitários de formação política na consolidação do reconhecimento da comunidade quilombola, Fazenda Candeal II (2010-2018). Como categorias de análise discutiu-se Comunidade Tradicional Quilombola, Educação do Campo Quilombola e Quilombo Contemporâneo. Os autores como José Maurice Arruti (2003; 2008); Abdias Nascimento (2002); Kabenguele Munanga (2006); João José Reis (1989) Clóvis Moura ;(1986;1988), Nilma Lino Gomes (2006;2014), Miguel Gonzáles Arroyo (2012;2014), Souza (2010), Souza (2016), entre outros que ajudaram a embasar o estudo. Para a pesquisa empírica, o estudo debruçou-se sobre os relatos dos membros da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeal (ACDC), um importante espaço sócio comunitário local, no processo de reconhecimento da identidade e conquista da terra quilombola. Os relatos comunitários aconteceram via questionários para demarcar o perfil socioeconômico da comunidade e entrevistas semiestruturadas para alcançar as narrativas dos moradores antigos. Ressalta-se também que constitui como fontes de dados comunitários o acervo institucional local, documentos como: atas de reuniões, gravações de entrevistas com os moradores mais velhos em momentos significativos da história local e acervo fotográfico. Alguns caminhos foram apontados a partir desta pesquisa, como a importância da história passada para a educação da geração mais nova, a relevância da consciência de uma identidade negra e rural no processo de apropriação da cultura quilombola local e a força da organização comunitária, fatores que resultaram na garantia dos direitos sociais quilombolas, na propriedade da terra e na identidade coletiva de Candeal II. Por outro lado, a pesquisa também revelou a ausência de uma proposta de educação escolar quilombola, pautada nos preceitos da educação do campo que de fato corrobore com este legado de história e reconhecimento socio comunitário no espaço escolar. Cientes da força comunitária, os sujeitos da pesquisa demonstraram reconhecer a importância da educação para consolidação de processos identitários, porém apontaram a necessidade de fortalecimento da identidade quilombola, nas abordagens da educação escolar, capazes de fortalecer a dinâmica comunitária no processo de formação dos jovens estudantes quilombolas.

**Palavras-chave:** Comunidade Tradicional Quilombola-Educação do Campo – Quilombo Contemporâneo.



## ABSTRACT

This paper aimed to comprehend the contemporary dynamic of traditional quilombola community, through the path of their socio-political and cultural organizations, their social and local contradictions, as well as relationship in the formation of quilombola identity in the rural district of the municipality of Feira de Santana, Bahia. The qualitative approach study, entitled “**The socio-educational and communitarian obstacles in the process of recognition and strengthening of the Traditional Quilombola Territories: Fazenda Candéal II’s case**” had the goal of analyzing the communitarian processes of political formation in the consolidation of the recognition of quilombola community, Fazenda Candéal II (2010-2018). As analysis categories, were discussed: Traditional Quilombola Community, Education of the Quilombola Field and Contemporary Quilombo. Such authors as José Maurice Arruti (2003; 2008); Abdias Nascimento (2002); Kabenguele Munanga (2006); João José Reis (1989) Clóvis Moura (1986; 1988); Nilma Lino Gomes (2006;2014; Miguel Gonzáles Arroyo (2012;2014); Souza (2010); Souza (2016), along with others, helped support this search. For the empirical research, this study was based on the reports of the members of the Candéal Community Development Association (ACDC), an important local socio-communitarian space, on the process of recognizing the identity and conquest of the quilombola territory. Community reports were made via questionnaires to demarcate the socio-economic profile of the community and semi-structured interviews to reach the narratives of the ancient residents. It is important to emphasize that the local institutional archive also served as community data source, with documents as meeting records, recordings of interviews with older residents at significant moments in local history and photographic archive. Some paths were pointed out in this research, in particular the importance of the history transmitted to the education of the younger generation, the relevance of the awareness of a black and rural identity in the process of appropriation of local quilombola culture and the strength of community organization, factors that led to the guarantee of quilombola social rights, the ownership of the territory and in collective identity of Candéal II. Contrastingly, this study also revealed the absence of a project for quilombola school education based on the precepts of country education that, in fact, corroborates this legacy of history and socio-community recognition at school environment. Understanding the community power, the research subjects demonstrated to recognize the importance of education to consolidate identity processes, however, pointed out the need to strengthen the quilombola identity in the approaches to school education, capable of strengthening community dynamics in the process of training young quilombola students.

**Keywords:** Traditional Quilombola Community – Country Education – Contemporary Quilombo.



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1      Introdução. Mapa do distrito da Matinha
- Figura 2      Capítulo 1. Mapa das comunidades
- Figura 3      Arvore: do Quilombo histórico ao Quilombo Contemporâneo
- Figura 4      Capítulo 1. Foto da Comunidade Quilombola Faz. Candeal II

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1      Capítulo3. Comunidades quilombolas Portal do Sertão

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACDC – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeal
- ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
- ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- CPA – Comissão Permanente de Avaliação
- CAT – Conhecer Analisar Transformar
- CF – Constituição Federal
- CEBs – Comunidade Eclesial de Base
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DEM – Partido Democrata
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FETAG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MOC – Movimento de Organização Comunitária
- FCP – Fundação Cultural Palmares
- PFL – Partido da Frente Liberal
- TCLC – Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- STF – Superior Tribunal Federal
- UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
- UPT – Universidade Para Todos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA TRILHANDO OS CAMINHOS DO MATO</b>	<b>22</b>
1.1 A Caminho do Mato Quilombola	25
1.2. Juntando os Garranchos para Formar um Feixe	27
1.3 O Mato Quilombola e a Diversidade: Caraterização dos Sujeitos da Pesquisa	28
<b>CAPÍTULO 2 SIGNIFICADOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLASNO BRASIL</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 3. A (RE) CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DERECONHECIMENTO: O CASO DO DISTRITO DA MATINHA E COMUNIDADE FAZENDA CANDEAL II EM FSA</b>	<b>64</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXOS</b>	

O desenvolvimento de uma pesquisa não se dá por acaso, ou simplesmente da noite para o dia, existe todo um contexto que converge para construção de uma investigação acadêmica. A motivação encontrada por mim foi a vivência na zona rural, enquanto moradora, agricultora, estudante, professora e pesquisadora de uma comunidade tradicional quilombola. Parafraseando Jurema Werneck “Os meus passos vêm de longe”<sup>1</sup>, assim, esta pesquisa aqui apresentada emerge da junção dos nossos passos ancestrais, com os nossos passos contemporâneos.

Desde a infância na lida diária do cultivo da terra, com meus familiares mais velhos na roça, no plantio de feijão, milho, amendoim, mandioca, batata, entre outros, eram passadas as noções do processo “de como” e “quando” era a melhor época para plantar cada cultivo, “a melhor quadra da lua”, “o melhor horário do dia”, enfim como, a partir da opinião dos mais velhos da comunidade, poderíamos ter uma boa plantação. Atrelado a isto também nos eram ensinados princípios de solidariedade humana (educar os filhos para ajudar aquele vizinho que já não tinha mais filhos, para que pudesse plantar). Assim, eram feitos cortes, sucatas, mutirões/adjutórios, na busca por uma convivência com o espaço coletivo e colaborativo para todos que ali se encontravam. Assim, se deu minhas primeiras aprendizagens. As primeiras letras aprendi antes de entrar na escola, rabiscando na terra molhada, com meus irmãos mais velhos, nos intervalos para almoço, nos tempos de plantios.

Na minha trajetória de vida, a escola veio de forma tardia, pois não havia instituição escolar na minha comunidade “Fazenda Candéal” e era preciso se deslocar para comunidade vizinha, “Matinha”, para frequentar a única escola da região, a qual atendia as crianças das comunidades circunvizinhas. Como eu era muito “franzina”, meus pais resolveram não me matricular na primeira série, pois a caminhada era muito longa e não tinha cadeiras suficientes para todos os alunos, então aguardar a construção de um prédio escolar da comunidade foi a melhor opção encontrada pelos meus pais, para que pudesse iniciar minha escolarização, o que só aconteceu aos nove anos de idade.

---

<sup>1</sup> Jurema Werneck é médica, tem mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Comunicação e Cultura e tem uma longa trajetória de militância no movimento de mulheres negras e pelos Direitos Humanos.

Os meus irmãos mais velhos, que já frequentavam a escola, gostavam de brincar de “ser professor” e usavam o chão molhado como quadro, para dar as primeiras lições aos mais novos, essa prática era bem comum na nossa comunidade, nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, corriqueiramente nos deparávamos com os desenhos e letras nos caminhos pela roça, as crianças gostavam muito de se aventurar no mundo das letras com rabiscos desenhados pelo chão.

Minha trajetória de escolarização não foi das melhores, mas também avalio que não foi a pior, pois apesar de ter iniciado na escola com a idade já avançada, consegui ser alfabetizada no primeiro ano de escola, assim como pude frequentar uma instituição perto da minha casa, diferente da realidade de meus irmãos e primos mais velhos que tiveram que se deslocar para uma escola distante e muitas vezes depois de horas de caminhada, não encontravam uma cadeira para se sentar. Meu processo de escolarização também foi diferente da maioria de meus primos e colegas que tiveram que abrir mão da escola pois o ensino oferecido para “gente da roça” *livro e o prato de comida na mesa*, a escolha era pela garantia da comida na mesa. Havia também as dificuldades de funcionamento das escolas da zona rural, visto que volta e meia o ano letivo tinha que ser interrompido por falta de professores, em geral, para as turmas do “primeiro ano fraco”<sup>2</sup> e, como a quantidade de crianças era muito grande e as salas pequenas não comportavam muitos alunos, não tinha como juntar as turmas, a “única alternativa” apresentada era a interrupção dos estudos de alguns.

Em 1988, iniciei e consegui concluir o “primeiro ano fraco”, (maior alegria, pois já sabia fazer meu nome e todo lugar servia de caderno para rabiscá-lo). Com o passar do tempo, gostava mais da escola, pois não tinha muitas dificuldades em soletrar e escrever as palavras ditadas pela professora. Minhas aulas eram interrompidas na época do plantio, pois tinha de me ausentar para ajudar minha família na roça. Quando voltava para escola, era comum escutar as observações da professora “*não falte a escola, pois você é uma menina inteligente e tem que estudar para sair da roça e arrumar um trabalho melhor do que ficar na roça tomando sol e chuva*”. O meu entusiasmo com os estudos não durou muito tempo, pois finalizando o primeiro ciclo do Ensino Fundamental I, não tinha uma escola de Ensino Fundamental II na comunidade,

---

2. Termo utilizado nas escolas da zona rural, na década de 80, para designar o primeiro ano de alfabetização das crianças que não atendiam ao padrão de alfabetização definido pela escola.



e para além disso, meus pais tinham muitos filhos e não tinham condições de manter todos na escola, na sede do distrito de Maria Quitéria e/ou do município, o que implicaria custos com transportes, fardamentos, livros e coisas do gênero. Assim, tive que abandonar a escola e permanecer ajudando meus familiares nos trabalhos de plantação e colheitas e tarefas familiares. Passei nove anos fora da escola e só em 2001, recorri ao programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no noturno, no centro da cidade, a 30 quilômetros da Comunidade de Candéal II para logo em seguida, fazer o exame da Comissão Permanente de Avaliação – CPA<sup>3</sup>. No ano seguinte, 2002, iniciei o Ensino Médio, também no centro da cidade, sempre com um questionamento em mente: *por que, nós moradores da roça, éramos vistos como diferentes?* Este questionamento deve-se ao fato de ser comum os exemplos bizarros utilizados para caracterizar o povo da roça/campo, com comparações estereotipadas, menosprezando o modo de falar, as condições de higiene, o jeito de se vestir, entre outros aspectos que me chamavam atenção e marcaram a minha trajetória de estudante no processo inquestionável de “violência curricular” (GIOVEDI, 2013).

Concluí o Ensino Médio em 2004, no ano seguinte, prestei vestibular para Enfermagem, pois quando criança, via muitas estudantes de enfermagem visitarem<sup>4</sup> minha avó, para escutar as histórias dos remédios caseiros utilizados por ela e seus familiares da comunidade quilombola, e achava aquilo bonito, aquele reconhecimento que vinha das profissionais, pois, segundo se dizia entre nós, “enfermeira cuida da gente, escutando nossas práticas culturais com plantas”. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a escolha de prestar vestibular para Enfermagem. Este período de busca pelo ensino superior, foi marcado pelo esforço nos estudos junto ao cursinho gratuito Universidade para Todos – UPT, oferecido pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e várias tentativas frustradas para o curso de enfermagem, até que optei pelo curso de Licenciatura em Letras Vernáculas sendo aprovada em 2007.

---

<sup>3</sup> Exame supletivo realizado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). O funcionamento das Comissões também é regulamentado pela Resolução CEE nº 138/2001 e Portaria SEC nº 12.235/2002.3.

<sup>4</sup> Visitas realizadas pela Professora Maria Ângela Alves do Nascimento juntamente com o grupo de estudantes do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana durante a realização da pesquisa de doutoramento da Prof. Maria Ângela entre os anos de 1994 - 1996.

Assim, em 2007, iniciei a graduação na UEFS, para melhor entender “os falares errados de meu povo”. No decorrer do curso de Licenciatura, as inquietações sobre minha condição de origem rural e minhas dificuldades nos estudos só aumentaram, visto que fui percebendo algumas limitações consequentes do processo de escolarização fragilizado, tais como: dificuldades de interpretação de texto, dificuldades com a produção da escrita, desconhecimento de regras da gramática normativa, fatores que foram tornando o ensino superior um projeto ainda mais desafiador, para mim.

Ainda na graduação, em 2010 entrei para participar como bolsista voluntária, no Projeto de Extensão “Conhecer Analisar e Transformar” – CAT<sup>5</sup> sociocultural e a falta de políticas públicas pensadas para os povos do campo não eram problemas que afetavam apenas a mim e o povo de minha comunidade, mas sim que fazia parte de um processo histórico de exclusão educacional da população do campo na sociedade brasileira (ARROYO, CALDART, MOLINA;2004).

A atuação no CAT como bolsista foi imprescindível para o meu crescimento acadêmico e compreensão das teorias educacionais. Como extensionista, desenvolvi um trabalho com os professores, realizando oficinas sobre “*A importância da literatura para a formação de leitor, no contexto da educação do campo*”. Isso me ajudou a entender melhor as nuances do processo de educação no/do campo e, conseqüentemente, ajudou na ampliação e aquisição de novos conhecimentos acerca do processo histórico que perpassa o rural brasileiro, como a negação do direito à terra, as indignas condições de trabalho e educação para a sua população.

No ano de 2014, fui aprovada no curso de Especialização em Linguística e Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa da UEFS. Esse curso de especialização serviu para ampliar as leituras sobre a educação do campo. Nele, desenvolvia pesquisa “Práticas de Leitura e Produção de textos no contexto da educação no/do campo”, como trabalho monográfico (FONSECA, 2016). Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do município de Feira de Santana, tendo como *locus* de estudo a escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, situada na comunidade Fazenda Candéal II, distrito da Matinha. A pesquisa me permitiu concluir que apesar da escola pesquisada estar situada em uma

---

5.O Projeto CAT é um projeto de extensão que desenvolve trabalhos de formação continuada de professores do campo, atua em 21 municípios da região semiárida baiana. O projeto é desenvolvido em parceria com as prefeituras dos municípios envolvidos, a Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS e Movimento de Organização Comunitária MOC.

comunidade rural quilombola, na maioria das vezes, a concepção de educação do campo que permeia as práticas, não aborda, discute ou reconhece de fato, a realidade na qual a instituição está inserida, revelando um sintoma clássico do debate da educação que se encontra **no** campo, mas não se traduz como **do** campo<sup>6</sup>.

Enquanto eu cursava a Especialização em Estudos Linguísticos –, a comunidade passava por algumas inquietações, como busca de reconhecimento da identidade enquanto comunidade tradicional quilombola assim, muitas mães de alunos passaram a questionar a educação oferecida pela instituição. Alinhando os debates realizados na universidade, com as reuniões com este grupo de mães, formado com o intuito de estabelecer uma melhor relação entre comunidade e a instituição, pude perceber que as limitações da escolarização dos povos do campo vão além da prática desenvolvida na sala de aula. As práticas pedagógicas estão ancoradas dentro de uma estrutura de Estado capitalista que formula e implementa as políticas educacionais e estas, por sua vez, são determinadas, quase sempre, pelo poder do capital econômico e isso impacta diretamente nas questões dos direitos sociais como: educação, saúde, moradia e previdência social. A negação de tais direitos traz implicações que afetam diretamente as condições para uma vida digna e acesso às demais políticas sociais para os povos do campo, enfim, uma gama de dilemas que atravessam as realidades do rural brasileiro.

A inserção e convivência na academia foram aspectos fundamentais para o amadurecimento da minha atuação militante, no sentido de melhor articular e compreender os conceitos-chaves sobre a existência da relação entre educação e lutas sociais. Nesta perspectiva, compreendi a relevância do nosso papel (de jovens estudantes do quilombo que acessam o ensino superior), enquanto agentes de transformação e da responsabilidade social que temos para com a comunidade, esta que nos ajuda a adentrar/permanecer neste espaço, sob a licença identitária quilombola<sup>7</sup>. Neste diálogo entre academia, militância e vida comunitária, jovens quilombolas do campo podem alcançar os subsídios necessários para captar as demandas existentes e as estratégias de lutas capazes de viabilizá-las, a partir dos enfrentamentos socioculturais e

---

<sup>6</sup> . No campo: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002, p. 26), e do campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. CALDART, Roseli Salete, Educação do Campo, 2012.

<sup>7</sup> . Ao longo da minha carreira acadêmica, acessei as políticas afirmativas da identidade quilombola via cotas para acesso à bolsa de estudos como atualmente na pós-graduação com a Bolsa Capes no PPGE

políticos na sociedade hegemônica. Diante disso, como estudante de pós-graduação, compreendi que tinha um papel a desempenhar junto ao grupo de mães, encontrando caminhos capazes de promover transformação social na nossa vida comunitária. Foi desta forma que no ano de 2015, iniciamos um processo de organização e mobilização em busca do processo de reconhecimento quilombola, mobilizando a comunidade para ações práticas dentro deste movimento.

No momento que a comunidade começa a busca por direitos sociais historicamente negados, toma ciência da importância da afirmação de sua identidade **enquanto comunidade tradicional quilombola**. A falta da unidade básica de saúde, de uma escola que contemple a identidade da comunidade, as dificuldades de acesso ao ensino superior e dificuldades para escoação do excedente da produção agrícola, foram algumas das questões motivadoras para a busca do reconhecimento como comunidade “remanescente de quilombo”, junto a Fundação Cultural Palmares – FCP, no ano de 2016.

É mister para a compreensão desta pesquisa o entendimento de que a Fazenda Candeal II é uma comunidade tradicional Quilombola, rural, que integra o distrito de Matinha, situado na parte norte do município de Feira de Santana, a 108 km da capital baiana. Assim, para uma satisfatória análise do território de Candeal II, é importante compreender o processo de reconhecimento da comunidade tradicional quilombola do Distrito da Matinha a partir da trajetória do histórico de organização comunitária local.

O mapa a seguir apresenta as fronteiras territoriais de Candeal com as comunidades que fazem parte de seu entorno, bem como a sua localização dentro do distrito da Matinha. “As famílias que moravam, inicialmente, na região das atuais comunidades de Matinha dos Pretos e Olhos D’Água e final da década de 1940 e início da década de 1950 passaram a cultivar essas terras inabitadas da antiga fazenda Candeal” (SANTOS, 2016, p.96). Esta região vai mais tarde se subdividir em várias comunidades com fortes características de comunidades quilombolas, como vamos perceber nos relatos das fontes da comunidade neste trabalho.



Para Candeval II, no entanto, o processo de reconhecimento e fortalecimento da identidade quilombola tem acontecido em um contínuo movimento de resistência comunitária e mobilização coletiva que busca deflagrar a política de demarcação de Territórios Tradicionais Quilombolas.

É dentro desta perspectiva que esta pesquisa intitulada **“Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeval II”** buscou analisar os processos comunitários de formação política na consolidação do reconhecimento da comunidade quilombola, Fazenda Candeval (2010-2018).

Os objetivos específicos foram: 1). Discutir o conceito de Comunidade Tradicional Quilombola e os processos de reconhecimento de comunidades quilombolas no Brasil contemporâneo 2). Compreender o processo de reconhecimento da comunidade tradicional quilombola do Distrito da Matinha a partir da trajetória do histórico de organização comunitária local 3). Discutir o potencial de formação comunitária, nos processos de reconhecimento do território quilombola, na trajetória da comunidade Fazenda Candeval II.

Como categorias de análise a pesquisa debruçou-se sobre os temas: Comunidade Tradicional Quilombola, Educação do Campo Quilombola e Quilombo Contemporâneo. Os autores como José Maurice Arruti (2003; 2008); Abdias Nascimento (2002); Kabenguele Munanga (2006); João José Reis (1989) Clóvis Moura ;(1986;1988), Nilma Lino Gomes (2006;2014), Miguel Gonzáles Arroyo (2012;2014), Elaine Bastos Souza (2010), Railma Santos Souza (2016), entre outros, ajudaram a embasar o estudo. Para a pesquisa empírica, o estudo buscou os relatos dos membros da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeval (ACDC), um importante espaço sócio comunitário local, no processo de reconhecimento da identidade e conquista da terra quilombola. Os relatos comunitários aconteceram via questionários para demarcar o perfil socioeconômico da comunidade e entrevistas semiestruturadas para alcançar as narrativas dos moradores antigos. Ressalta-se também que se constitui como fontes de dados comunitários, o acervo institucional local, documentos como: atas de reuniões, gravações de entrevistas com os moradores mais velhos em momentos significativos da história local e acervo fotográfico.

Assim, o texto dissertativo, apresenta-se no seguinte formato:

**Introdução** que traz as motivações pessoais, acadêmica e comunitária que me conduziram a escolha desta pesquisa, quando explico por que considero a dimensão sociocultural e educacional como elementos fundantes do processo de formação e organização comunitária em Candeal II.

O primeiro capítulo intitulado **“Do campo da Vida ao Campo Acadêmico: Aspectos Metodológicos”** que apresenta o *lócus* da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

O segundo capítulo intitulado **“Significados Históricos e Culturais de Comunidades Tradicionais Quilombolas no Brasil”** que traz a discussão dos significados históricos e culturais de comunidades tradicionais Quilombolas e suas lutas no território dos direitos sociais abraçadas pelas dinâmicas do Quilombo Contemporâneo.

No terceiro capítulo intitulado **A (Re) Construção do Processo de Reconhecimento de “Comunidades Tradicionais” em Feira de Santana** está subdividido em duas seções na primeira seção discuti o processo de reconhecimento do Território Quilombola do Distrito da Matinha e da comunidade Fazenda Candeal e a construção da cultura política em torno do tema da comunidade tradicional. Num segundo momento discuti sobre o Papel da Organização Comunitária no Processo de Formação Política: O Caso da Comunidade Fazenda Candeal no Distrito da Matinha, quando são abordadas as questões concernentes ao histórico de lutas quilombola no Brasil contemporâneo, e papel das organizações comunitárias no processo de formação sociopolítica das comunidades tradicionais, na trajetória da comunidade da Fazenda Candeal.

Por fim, as **Considerações Finais**: traçando reflexões, vislumbrando possibilidades.

## Capítulo 1

### Do campo da Vida ao Campus da Academia: aspectos metodológicos da pesquisa

Mato quilombola: Nesse mato há uma riqueza de diversidade, por isso, é um espaço muito disputado que precisa de regras para ser aproveitado. As regras vão sendo definidas de acordo com as ferramentas necessárias para a exploração do caminho pelo mato. Mas o acesso a tais ferramentas nem sempre acontece de forma equilibrada, e isto determina o pedaço do mato, que cada um poderá conquistar. Assim, são as ferramentas utilizadas que irão determinar quem ficará com a maior porção deste espaço, mas do jeito que se faz o arranjo, a disputa pelo pedaço do mato pode ocorrer de forma muito desigual: uns ficarão com as estacas, outros com lenhas e outra metade conseguirá apenas “os garranchos”.

Resta recorrer ao ditado de sabedoria popular: “*Garrancho é quem quebra panela*”.

A inserção no mestrado é quase um projeto comunitário. Um projeto que visa registrar na escrita, a história de Candeal pela perspectiva dos seus moradores mais velhos, que não tiveram a oportunidade de acessar o mundo da escolarização, e por vezes, não se veem reconhecidos como sujeitos históricos com um legado de trabalho, resistência e luta na formação do Brasil, em suas variadas formas. É a partir decada vez maior inserção dos jovens quilombolas na academia com as políticas afirmativas do século XX, que se torna possível realizar pesquisas capazes de transitar entre as famílias, os lugares, os estudos e os escritos, almejando, junto com a comunidade, demarcar positivamente a existência e relevância desses sujeitos históricos de direitos, “*pelo olhar de dentro, ao tempo que permeado pela reflexão de fora*” (CAVALCANTE, 2020<sup>8</sup>).

Esta pesquisa e dissertação, mais do que um projeto acadêmico próprio, é um projeto de “devolutiva à comunidade”, este coletivo que deposita em seus jovens a expectativa do registro escrito da história e legado comunitário que não pode ser esquecido. Pelo fato de “ser e fazer parte” da comunidade e ter a oportunidade de

---

8. Fala proferida pela professora Ludmila Cavalcante, orientadora deste trabalho, durante a oficina realizada em parceria com a autora, na Jornada Virtual da UEFES, em 2020.



acessar o mundo da escrita e da escolarização, fui provocada a assumir o compromisso social de registrar no mundo acadêmico a voz destes sujeitos, não descuidando do rigor científico necessário, nem dos riscos que a endogenia traz para estas iniciativas. Um projeto comunitário que se cruza com um projeto pessoal e isto permeia o trabalho de pós-graduação na difícil tarefa de “*pesquisar o que se pensa já tudo conhecer*” (idem CAVALCANTE, 2020).

A participação como moradora/pesquisadora na dinâmica da vida social, política, religiosa e cultural da comunidade quilombola Fazenda Candeal II, trouxe em alguns desdobramentos que por sua vez implicaram na dificuldade de lidar com tamanha responsabilidade, diante deste desafio. Assumir uma postura de pesquisadora comprometida com o rigor acadêmico de uma pesquisa científica nos leva a crer que é necessário o distanciamento da vida de militância, no cotidiano da dinâmica comunitária. Transitar nestes dois universos distintos, porém aproximados, fizeram parte de um caminhar tenso em todo processo de realização desta pesquisa. No exercício acadêmico, procurei traçar um caminho que não distanciasse de minhas origens, mas sem perder de vista o sonho de construir uma carreira acadêmica e profissional de excelência, capaz de dar conta de transitar entre a linguagem popular e a linguagem científica, tentando discernir cada espaço e suas especificidades, compreendendo o meu papel nos dois universos que habitaram esta pesquisa, e que são nossos de direito e por nós poderão ser reconstruídos e reeditados nestes processos de análise, estudo e atuação política e profissional. Foi, portanto, um caminho desafiador, que a todo momento me levou a construir uma *práxis* em torno da reflexão do meu papel social na comunidade e o meu papel acadêmico na universidade. Foi um aprendizado marcante na minha trajetória acadêmica, enquanto mulher preta, educadora e formadora de opinião que ao dominar a escrita acadêmica, busca resguardar o equilíbrio emocional diante da tarefa que assumi, e a sensibilidade necessária para escuta dos meus.

A pesquisa é um processo de busca, de descoberta, de constatação, de tentativa de desvelar uma realidade existente. Segundo Minayo,

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2013, p. 14).

Minayo ajudou nesta caminhada auto formativa e trouxe o tema da metodologia, como um meio de vislumbrar novos horizontes para desvelar as questões do meu estudo. Fui assumindo as dimensões de busca e descobertas, o percurso foi se revelando um contínuo processo de instabilidade emocional, ora pela dificuldade de encontrar um desenho metodológico capaz de dar conta de tantas expectativas nesse processo, ora pelo caráter da “endogenia”, que, ao tempo em que considero ser a riqueza desta pesquisa, é também uma enorme provocação para a academia. Não foi fácil conseguir me desvencilhar das constantes demandas da dinâmica de mobilização comunitária e dedicar tempo exclusivo às atividades acadêmicas que adentram o universo da pós-graduação e pesquisa, mas foi possível preencher o espaço acadêmico de cotidiano cultural quilombola. Por onde passei, levei o quilombo junto.

Dar conta da subjetividade que permeia o universo comunitário do qual faço parte foi um dos maiores dilemas no itinerário da pesquisa, por vezes, são espaços já saturados de ser apenas “objeto de estudo”, e isso exigiu de mim enquanto pesquisadora, um olhar mais sensível e cuidadoso para com o contexto comunitário, ao passo que me faz também ter o zelo e responsabilidade frente às expectativas do ato de “fazer pesquisa”, com rigor acadêmico (MOREIRA, 2018).

Nessa perspectiva, o estudo buscará uma metodologia qualitativa de pesquisa. Para Minayo (2013), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 20). Nesse sentido, foi muito desafiador fazer a escolha de qual via percorrer em busca de um caminho menos sinuoso. Foram vários momentos de dúvidas, angústias, reflexões e sobretudo muitas conversas de orientação. O constante diálogo com a orientação foi de fundamental importância, para análise de qual caminho metodológico percorrer.

Santos (2007) ajuda-nos nas provocações em torno da emergência e dos processos de construção e reconhecimento de uma “Epistemologia do Sul” (SANTOS, 2007, p.20). Os estudos realizados nesta perspectiva apontam que entre os temas mais recorrentes de pesquisa sobre a relação educação e lutas dos coletivos negros e quilombolas estão a educação para as relações étnico-racial, políticas curriculares de

articulação com as políticas afirmativas e antirracistas. Esses dados foram obtidos através do levantamento feito no GT 21 da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação ANPED (2019). Estudos como o de Rodrigo Edmilson de Jesus (2013) destacam a importância da educação na construção de instrumentos de mobilização social e enfrentamento ao racismo e segregação racial, demarcando o papel dos movimentos sociais e dos sujeitos em movimento, na resistência e luta pela garantia de direitos na sociedade hegemônica. Há também vertentes dos estudos que destacam as pesquisas no campo da Identidade e Memória como elementos constitutivos para o desenvolvimento de políticas que garantam o direito dos Povos Tradicionais, sobretudo os indígenas e quilombolas. Tais pesquisas podem ser vistas como subsídios importantes para a construção de um projeto de sociedade que atenda aos anseios dos povos e comunidades tradicionais quilombolas, como sujeitos de direitos.

O caráter qualitativo da pesquisa busca os aspectos da realidade e os sentidos por ela produzidos, os quais não devem ser apenas quantificados, mas exige da pesquisadora uma compreensão mais aprofundada, pela dinâmica presente nas relações sociais. Para Jesus (2013), pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um ambiente mais denso das relações estabelecidas e dos fenômenos estudados, que não devem ser restringidos à operacionalização de variáveis.

Esse estudo se insere numa perspectiva de pesquisa que se esmerou em compreender a dinâmica contemporânea do quilombo, a partir das contradições sociais e a relação destas com a educação e organização social e política, um diálogo intergeracional, que escuta os mais velhos para registrar para os mais jovens, em Candeal II, o quilombo histórico em diálogo com o quilombo contemporâneo, esta pesquisa busca facilitar esta intermediação. A investigação realizada, além de constituir-se como importante etapa de um processo, apontou para necessidade de ampliação e amadurecimento teórico, fornecendo subsídios indispensáveis para consolidação de tais conceitos. Considerou-se ainda, sobre os riscos que as conquistas sociais enfrentam na atual conjuntura política, implantada no país desde 2016. Tendo em vista que a pesquisa foi incorporada num contexto que ratifica a importância da legitimidade e especificidade da formação sociopolítica para consolidação do reconhecimento e fortalecimento do território tradicional quilombola na Fazenda Candeal II, revelando os desafios e perspectivas na arena das lutas sociais pelo direito de ser reconhecido, assim

como as conquistas e lutas travadas pelos coletivos e movimentos sociais de educação do campo e quilombola.

Para realização desta investigação qualitativa buscamos realizar o diálogo entre saberes partilhados, construídos e gerados nas dinâmicas das tradições locais (nas conversas do cotidiano, nas rodas de versos e de samba, nos mutirões, nos eventos culturais). Para Demo (2008, p. 28), fazer pesquisa em comunidades tradicionais requer do pesquisador uma apreensão das várias formas de saber, ou seja, é de fundamental importância estabelecer um diálogo entre o saber do povo do lugar, com o saber acadêmico. Assim, concebemos a pesquisa para além da produção de dados, mas uma atividade da qual pode desvendar-se um mundo de significações revestido no universo de símbolos construídos e atribuídos pelos sujeitos que fazem a própria história, afetados pela história de uma sociedade pautada nas relações de hegemonia.

Para dar conta deste estudo na perspectiva do tema, a pesquisa teve como categorias de análise: Comunidade Tradicional Quilombola, que foi embasada nos seguintes autores: José Maurice Arruti (2003; 2008); Abdias Nascimento (2002); Kabenguele Munanga (2006); João José Reis (1989) Clóvis Moura ;(1986;1988), Leis do Império. Para a categoria Educação do Campo Quilombola, serviu de base autores como: Nilma Lino Gomes (2006;2014), Miguel Gonzáles Arroyo (2012;2014); Resolução CEN/CEB nº (08/2012); E para a categoria Quilombo Contemporâneo, dialoguei com Adelmir Fiabani (2007;2012), Ilka Boaventura Leite (1999;2000), José Maurice Arruti (2008) Maria de Fátima Chagas (2001), Eliane Catarino O'Dwyer (1995;2002).

Para realização da coleta de dados no trabalho empíricos na comunidade, trabalhei junto aos membros da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candéal(ACDC), importante espaço sócio comunitário local. Durante o processo da pesquisa, no entanto, não foi possível ouvir todos os membros da Associação, por questões de cunho pessoal dos próprios sujeitos, assim, busquei ter acesso à avaliação de pessoas da associação, que tenham tido alguma forma de inserção na comunidade ao longo do processo de construção da luta pelo direito ao reconhecimento comunitário quilombola, no período de 2014 a 2018, ao todo foram 15 (quinze) pessoas. Para tanto, alguns critérios foram imprescindíveis na definição e escolha dos perfis dos sujeitos, tais como o envolvimento e a participação sócio comunitária ao longo desta trajetória de lutas sociais locais, bem como o protagonismo desses sujeitos nos processos formativos

desenvolvidos na/pela própria comunidade. A escolha destes sujeitos de pesquisa passou pelo crivo do coletivo da ACDC.

Como instrumentos de coleta de dados, o estudo se debruçou por diferentes etapas: na **primeira etapa**, foi realizado um mapeamento socioeconômico dos sujeitos de pesquisa envolvidos via um questionário fechado, aplicado com quinze sujeitos. Esse procedimento foi sendo conduzido a partir do diálogo já estabelecido com os sujeitos participantes da pesquisa, os quais consentiram em contribuir com o desenvolvimento da mesma. Para tanto, utilizamos de instrumentos legais de autorização e participação dos sujeitos, como carta de apresentação, solicitando das entidades representativas da comunidade autorização para realização da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, o qual foi lido e discutido com cada um, explicitando os objetivos e a importância da contribuição dos mesmos na realização da pesquisa (ver anexo 1).

Na **segunda etapa**, realizamos entrevistas semiestruturadas, para esta fase foram escolhidos sete sujeitos, contemplando o quesito gênero e geração, assim como o envolvimento desses no processo de reconhecimento da identidade quilombola. As perguntas tiveram enfoque com base nos objetivos do estudo, assim para uma melhor compreensão, dividimos em dois blocos “Q”, “C”. No bloco “Q” traz aspectos relacionados ao processo de reconhecimento e a importância da educação na formação política social e o papel da educação para formação sociopolítica dos sujeitos. O bloco “C” traz questões relacionadas a identidade quilombola e a relação dessa com a trajetória comunitária local. Tal escolha foi guiada pela necessidade de compreender aspectos relacionados a história e memória da comunidade, bem como questões pertinentes a educação, considerando a importância desta para materialização do reconhecimento e fortalecimento da identidade quilombola.

Todas as entrevistas foram gravadas, entre os meses de julho a outubro de 2020, paralelamente eram transcritas. Para gravação das mesmas, foram necessários a tomada de alguns cuidados devido a pandemia da COVID- 19, como gravação individual, respeitando as normas de segurança e distanciamento social, assim foi estabelecido um tempo de quinze dias de participante para o outro.

Além dos questionários e das entrevistas, mantive o diário de bordo, com as anotações das observações no contexto comunitário sob uma perspectiva total imersão haja vista a minha condição de pesquisadora endógena na comunidade que participa das

reuniões da Associação, dos encontros coletivos e demais eventos de relevância para o contexto do Quilombo Candeal II. Esta minha condição de participante ativa na comunidade, me deu acesso ao acervo local da ACDC. Neste acervo, encontrei fotografias, documentos como atas de reuniões, gravação de entrevistas com os moradores mais velhos e demais registros comunitários. Ressalto também a possibilidade de acesso aos documentos institucionais na escola local, que possibilitaram enriquecer o estudo e realizar a triangulação de dados na diversidade de fontes (associação, escola e sujeitos de pesquisa).

A seguir, faço o registro deste percurso para apresentar a comunidade sob o olhar quilombola.

### **1.1 A caminho do mato quilombola: Conhecendo a trajetória de Candeal II**

A origem do nome Candeal tem relação com a vegetação/mata fechada, de muita candeia, planta preponderante na região, no início da povoação do lugar, ainda nos meados do século XIX. Cabe destacar, que a planta serviu por muito tempo, como elemento essencial para edificação de casas, construção de móveis, era muito utilizada nas fogueiras e para preparo de alimentos. Candeal é uma comunidade com característica matriarcal, formada pelos negros descendentes de africanos escravizados, no Brasil. Segundo a memória dos mais velhos em narrativas para esta pesquisa, Candeal tem suas origens familiares fincadas na comunidade antes conhecida como “Cerrado”, que foi a primeira localidade do entorno formada e organizada por uma população de negros com características tradicionais dos contextos quilombolas. Para Ferreira (2012, p. 645), os quilombos são uma “organização de pessoas e grupos sociais de origem africana que resistiram à escravização a que foram submetidos pelo sistema colonial europeu inaugurado nos séculos XV – XVI”.

O Cerrado foi o primeiro grande quilombo de Feira de Santana. Nos relatos dos moradores mais antigos, a história é que, cinco irmãos, provavelmente fugitivos da Fazenda do Candeal, constituíram família, as quais se ramificaram e povoaram as comunidades acima citadas. Ainda de acordo com a memória dos moradores, o Cerrado era o centro cultural, educacional e de manifestações religiosas locais, a Festa de Santo movimentava toda região do município de Feira de Santana e ocorria durante os

meses de dezembro e finalizando na primeira semana de janeiro com a festa de Santo Reis.

A produção comunitária do quilombo Candeal, era voltada para o sustento das famílias, dinamizando a economia local com as trocas internas de mercadorias e produtos, a criação de animais, a caça, a pesca e cultivo dos produtos agrícolas. Nesta dinâmica sócio econômica e cultural é possível identificar as simbologias e significados das comunidades tradicionais quilombolas, presentes no cotidiano das populações, como por exemplo: o uso de pilões, redes, cestos, esteiras e vassouras de palhas, gamelas, panelas, caixões, entre outros; assim como a cultura das trocas de alimentos a partir das culturas de subsistência, como a produção de milho, feijão, mandioca, batata, banana, animais de pequeno porte; as presenças de curandeiras, do uso de ervas medicinais para curas de doenças; além dos trabalhos de mutirão nas terras uns dos outros e as atividades coletivas que vão das oficinas das primeiras letras até oficinas de primeiros ofícios, como a marcenaria.

Analisando as informações (arquivos de gravações com moradores mais antigos) acessados no acervo da ACDC, ousou inferir que a comunidade possuía fortes características, de modo de organização, de produção, religião e cultura dos quilombos formados no Brasil na era imperial, sendo o Cerrado um quilombo histórico, também consta que foi a matriz de formação das três comunidades tradicionais quilombolas de Feira de Santana, a saber: Lagoa Grande, Matinha dos Pretos e Fazenda Candeal II. O Cerrado foi por muito tempo um núcleo de organização familiar, de produção, social e centro religioso da região que hoje, compreende parte das comunidades de Matinha e Baixão.

Segundo relatos dos moradores mais velhos das Comunidade Fazenda Candeal II e Lagão Grande, **Cerrado foi a** denominação para o primeiro núcleo familiar, religioso, comunitário, produtivo: O Cerrado era assim chamado, pois foi dali que nasceram nossos antepassados, nas terras onde se produzia de tudo:

*“Não sabemos exatamente de onde vieram, só sei que a minha Bisavó foi pegada no mato, mas essas coisas não podemos ficar falando não sabe.” Relato de um idoso de 88 anos. O Cerrado foi por muito tempo o maior núcleo de grupos negros organizados da região de Feira e foi a partir do Cerrado que foram povoadas as comunidades de Candeal,*

*Lagoa Grande e Matinha. Podemos afirmar que o Cerrado foi o primeiro Quilombo constituído nas terras de Feira de Santana”<sup>9</sup>.*

Ainda a partir das informações da comunidade, o povoamento de Candéal, Matinha, Lagoa Grande, Jacu, Olhos D’águas das Moças, Tanquinho D’água, Formiga e Varinha (localidades inseridas entre os atuais distritos de Maria Quitéria e Matinha), surge a partir da migração de membros da família do Cerrado para estas localidades, em busca de terras no início do século XX<sup>10</sup>. Entre as primeiras décadas até a metade do século XX, o Cerrado foi o centro de congregação comunitária para curas, expressões religiosas e culturais, assim como local de produção e criação.

A Comunidade Quilombola Fazenda Candéal II trata-se de uma comunidade composta por lavradores e trabalhadores assalariados que, em muitos casos, migram para a cidade para poder complementar a renda e suprir as necessidades básicas da família, muitas destas famílias são lideradas por mulheres, e beneficiárias de programas sociais e possui uma população com mais de 4.140 moradores, segundo os dados fornecidos pelas Agentes Comunitárias de Saúde, local.

---

9.Registro feito no Café com Beiju, Memórias do Cerrado: saudades dos parentes, evento realizado em setembro de 2017 pela ACDC, no Candéal II

10.Em 2020, os membros da ACDC decidiram em reunião por iniciar um processo de sistematização da história da comunidade, tal pesquisa intitulada “Memória do Cerrado”, encontra-se em andamento já com acervo de entrevistas realizadas junto aos moradores mais antigos de Candéal II e Lagoa Grande.





Figura 2. Foto da comunidade Quilombola Fazenda Candeal II, FONSECA, 2020.

A partir da imagem realizada via drone para esta pesquisa<sup>11</sup>, podemos descrever brevemente algumas instituições presentes na comunidade: sinalizado de vermelho à esquerda da imagem, temos a Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos construída em 1987, ao fundo está a Unidade Básica de Saúde, ambas construídas em terreno doado pela família do lavrador Joaquim Pereira dos Santos, assassinado em 1976 pela polícia militar, época de conflito agrário na Fazenda Candeal, fato que será mencionado mais tarde neste texto. Em amarelo um dos campos de futebol da comunidade, no lado direito da imagem, em verde, temos a sede da associação de moradores ACDC; e em azul a capela da igreja católica de Nossa Senhora Aparecido, as festividades da padroeira movimentam o dia a dia da comunidade, uma vez que nesse período ocorre muitas atividades culturais, durante os nove dias da festa. Vale ressaltar que há outros espaços religiosos na comunidade, que não foram captados nessa imagem.

<sup>11</sup> A imagem feita com Drone foi uma sugestão da banca de qualificação e acatada por nós.

No que concerne as questões socioculturais locais, ressalto o caráter religioso da comunidade. Candéal II tem uma trajetória religiosa plural e intensa, sendo a igreja católica a de maior predominância e influência, com uma histórica tradição de engajamento político desde a época dos seus conflitos agrários, quando os moradores encontravam amparo junto aos padres ligados à Teologia da Libertação, fundando em Candéal ações das Comunidades Eclesial de Base (CEB). Podemos inferir que até os dias atuais, é possível identificar as características do movimento CEB no contexto comunitário local, pois no processo de reconhecimento como comunidade tradicional quilombola, a comunidade católica da Capela Nossa Senhora Aparecida, através de suas lideranças locais, buscou junto à Associação ampliar as discussões sobre a importância do reconhecimento enquanto comunidade tradicional quilombola, promovendo encontros, atividades celebrativas com o envolvimento de outras tradições religiosas. Na comunidade também encontramos as igrejas de matriz neopentecostais como a “Assembleia de Deus” e “Igreja Fogo e Glória”. Importante observar também as práticas de cunho religioso de matriz africana presentes na história da comunidade, mas pouco assumidas publicamente entre os seus moradores no percurso das tradições locais, um elemento de contradição para o debate da formação cultural e política quilombola, pouco enfrentado até os dias atuais na comunidade Candéal II.

Observamos que o silenciamento das práticas de religiões de matriz africana na comunidade, é fruto da violência sofrida pelos mais velhos, em decorrência do racismo religioso que assola os quilombos contemporâneos no Brasil. Declarar-se praticante de uma religião de matriz africana não é confortável para a maioria dos moradores da comunidade quilombola Fazenda Candéal II, embora, percebe-se que tais práticas são muito presentes e comumente estão inseridas no cotidiano da comunidade.

Além desses aspectos destacados acima, a comunidade está inserida no espaço de lutas reivindicatórias por implementação de políticas públicas, com objetivos comuns, pela terra e território e liberdade, ou seja, é um estado de constante tensão e atenção para ter acesso e manter seus direitos sociais. Segundo O’Dwyer (2006), a busca pelo reconhecimento quilombola é constituída nas relações de disputa pela construção de um modelo de sociedade equitativa em que as disputas ficam mais acirradas quando sujeitos de direitos se organizam para reivindicar o direito de acessar políticas públicas. Nesta perspectiva, é importante ressaltar a dinamicidade da cultura

quilombola, entre a tradição e a contemporaneidade, tema fundamental para o entendimento desta pesquisa.

## **1.2 Juntando Garranchos Para Formar um Feixe**

A ACDC, foi fundada em 1999, inicialmente com uma demanda pontual de conseguir implantar “uma caixa coletora dos Correios”. Tal demanda se justificava principalmente pela forte migração de muitos moradores da comunidade na década de 90, que ao viajarem para São Paulo em busca de emprego e melhores condições de acesso a renda, precisavam manter comunicação com as famílias, via cartas enviadas pelo correio. O acesso à caixa dos correios demarcou uma conquista coletiva impulsionada pela organização comunitária e com o tempo os moradores perceberam a importância de se ter uma associação, para além das demandas pontuais, e foram aos poucos compreendendo a importância da organização coletiva na comunidade. Assim, com um movimento de organização paulatina, iniciaram um processo de formação política social, no intuito de buscar melhores condições de moradia na comunidade, e as pautas foram surgindo, como por exemplo: melhores condições na estrutura física do prédio escolar, melhorias nas vias de acesso à comunidade, segurança (patrolamento) das estradas, implementação de transportes coletivos regular e construção e implantação de uma unidade básica de saúde. Tais demandas foram surgindo na discussão coletiva dos membros da associação comunitária, e foram deflagradoras da consciência da força política do coletivo organizado. Como resultado dessas demandas, a Associação Comunitária local, a unidade escolar e o posto de saúde, se tornaram símbolos importantes de conquistas sociais a partir de uma trajetória de organização social e comunitária iniciada no final dos anos 1990.

## **1.3 O mato do quilombo e a diversidade: Caracterização dos Sujeitos**

Quanto à escolha dos sujeitos, esta foi guiada a partir de critério que foi definido, respeitando as questões de gênero e geração, como tentativa de melhor captar o movimento que culminou no processo de reconhecimento da Fazenda Candéal II como comunidade quilombola, no ano de 2017. Estes sujeitos foram de fundamental importância para que o propósito deste trabalho pudesse prosseguir, suas narrativas

serviram como pano de fundo para a materialização desta pesquisa, uma vez que descortinaram fatos, lembranças e histórias carregadas de simbologias, subjetividades, emoções e afetividades. Assim apesar da escolha pelos “sujeitos de pesquisa” ter buscado garantir a equidade de gênero e geração, a presença feminina se sobressai, pois, o protagonismo feminino é perceptível em todos os espaços instrucionais da comunidade, a narrativa é marcada pela forte presença das mulheres.

Definidos os sujeitos, partiu-se para aplicação do questionário que foi realizado em dois momentos, uma vez que o grupo foi dividido em dois subgrupos para responderem de forma coletiva, uma condição exigida pelos participantes. Esta exigência nos levou a refletir o quanto as questões subjetivas são determinantes nas relações cotidianas, o que revela o modo peculiar de muitas comunidades quilombolas rurais, ou seja, um modo de coletivizar o que se pode ou deve ser revelado e que eu, pesquisadora quilombola, não ousei questionar.

Na tentativa de retratar os múltiplos olhares ao longo do tempo, elegemos estes sujeitos que fizeram e fazem parte do legado de luta e resistência na organização comunitária, o que possibilitou uma melhor caracterização do *locus* pesquisado, compreendendo suas narrativas de grande relevância para alcançar os objetivos propostos pelo estudo.

A categorização do perfil dos participantes foi a seguinte, quesito gênero, foram três homens e doze mulheres contemplando três gerações, a saber: 2 (duas) idosas entre 60 a 70 anos, 3 (três) jovens<sup>12</sup> entre 15 a 29 anos e 7 (sete) adultas entre 30 a 50 anos. Destes quinze participantes, oito declararam ter filhos e, quatro informaram ainda não ter filhos. Quanto à escolarização, duas apenas são alfabetizadas, três estão cursando Ensino Superior, duas tem o Ensino Fundamental II incompleto, três são pós-graduadas, e duas estão cursando o Ensino Médio, na modalidade da EJA.

A diferença das gerações foi importante para compreender a dinâmica da vida na comunidade. Para a variação quanto ao número de filhos, ressaltamos questões geracionais. Para as mulheres nascidas entre a década de 50 a 60 do século passado, temos uma média de oito filhos no conjunto participantes da pesquisa. Contexto fortemente demarcado pelo modelo patriarcal, em que o papel da mulher era ter e cuidar dos filhos

---

<sup>12</sup> Seguimos os critérios de demarcação de juventude presente no. Estatuto da Juventude. Lei de nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. BRASIL, 2013.

e marido. As mulheres negras trabalhadoras rurais, tinham ainda a função de cuidar da roça na plantação e de criação de animais de pequeno porte. Para as mulheres nascidas entre a década de 70 a 90 do século XX, obtém-se uma média de três filhos entre as participantes. Nota-se uma pequena mudança no cenário da maternidade, pois foi um período em que muitas meninas começaram a migrar para os centros urbanos com a promessa do sonho de estudar, um sonho comumente abortado devido às condições de trabalhodomésticos, nas casas de senhoras brancas, pouco alinhadas às causas das mulheres do quilombo e da classe trabalhadora.

Além da maternidade relacionada ao número de filhos, observa-se também o acesso à escolarização. A ausência da escola na zona rural talvez seja um dos fatores responsáveis pela elevada taxa de falta de escolarização entre os idosos.

Todas as instituições presentes na comunidade são lideradas por mulheres negras, o que revela uma relação histórica com o protagonismo feminino na cultura quilombola. Uma das referências de liderança é a de Tereza de Benguela que liderou quilombo do Quariterê na região do Mato Grosso (BRASIL, 2014). Dialogando com Paludo (2012, p. 481), pode-se afirmar que “as lutas das mulheres vêm de longo período e, na atualidade é possível dizer que está presente na maioria esmagadora dos países. [...] é possível verificar a presença das mulheres na luta pelo direito da cidadania e reconhecimento”. A figura feminina é de fundamental importância na organização e dinâmica da comunidade, estando à frente de movimentos religiosos, sociais e culturais, e em maior número na gestão das instituições locais. Apesar disto, contraditoriamente, a ruptura com o modelo patriarcal tem gerado tensões na dinâmica de organização comunitária e na gestão de instituições locais, posto que em muitos casos, a “tomada de decisão” ainda passa pelo crivo do olhar masculino. Mais uma vez resalto aqui, os sinais da dinamização da cultura local, no diálogo e tensões que surgem nas/das relações nem sempre tranquilas e bastante desafiadoras, entre o que estamos denominando de quilombo histórico, e o quilombo contemporâneo.

Quanto aos homens, sujeitos participantes desta pesquisa, todos três são idosos com idade entre 60 a 74 anos, nenhum deles conseguiu finalizar o Ensino Fundamental I, todos foram apenas alfabetizados. Nota-se que a escolarização também foi uma realidade ausente para os homens, quanto ao número de filhos a taxa é mais elevada, ficando com a média de 11(onze), tendo o fator idade como principal demarcador. Observou-se ainda, que não há um envolvimento de homens jovens nos processos de

mobilização social, restringindo sua atuação a espaços religiosos e práticas esportivas. Nota-se que a ausência de escola no meio rural faz parte de projeto de colonização, pautado na exploração e exclusão dos negros e, que continua em voga na realidade rural brasileira. Porém, as mudanças nesse cenário só começam a existir a partir da grande necessidade de “mecanização do trabalho no campo”, como afirma Ribeiro (2012, p. 293) o aumento da exigência do mercado demandou quantidade maior de mão de obra escolarizada. A ideia de escolarização para a população do campo, demorou a ser questionada no sentido da qualidade e empoderamento das populações do campo, como os estudos no tema tem registrado (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004; MUNARIM, 2008; CAVALCANTE, 2010; SOUZA, 2012).

Na etapa das entrevistas, optamos por um número menor de participação dos sujeitos haja vista os prazos da pesquisa e as condições de trabalho durante a pandemia da Covid 19. Dentre os 15 (quinze) participantes, foram escolhidas 7 (sete) pessoas para continuidade da pesquisa, o critério para definição dos 7 sujeitos da entrevista foi fator geracional, como já mencionado, contemplando sujeitos de três gerações diferentes. De acordo com (MINAYO, 2014, p. 58) “A entrevista é sobretudo uma conversa a dois, ou entre vários sujeitos” Ainda conforme a autora, essa técnica constitui-se em oportunidade de conversa face a face, o que permite uma melhor captação do mundo e dos significados dos sujeitos participantes, ou seja, municia a pesquisadora com dados da realidade estudada e compreensão de símbolos, crenças, valores e contradições que abrigam o universo em que os sujeitos estão inseridos. Assim assumimos a entrevista numa perspectiva de “conversa” para melhor compreender as implicações de ações dos sujeitos coletivos no processo de reconhecimento e fortalecimento do Território Comunitário Quilombola.

As entrevistas trouxeram fatos e acontecimentos desde a trajetória da organização e luta pela terra, até o processo de reconhecimento da identidade quilombola (dentro e fora da comunidade). As narrativas abordaram as relações institucionais comunitárias durante o processo de reconhecimento, a formação política na consolidação do reconhecimento e a trajetória e identidade da comunidade. Ainda foi questionado sobre a importância do conhecimento e da educação para o fortalecimento dos reconhecimentos de território tradicional quilombola, sobre os desafios da escolarização na perspectiva da educação escolar quilombola, se havia na escola um trabalho que buscasse a possibilidade de emancipação social e política para

os jovens da comunidade. As informações apresentadas pelas/os entrevistadas contribuíram significativamente para ampliar o entendimento sobre a importância da formação política na consolidação de processos de fortalecimento do reconhecimento quilombola. Me percebi surpreendida com as narrativas que pareciam tão conhecidas e já vivenciadas por mim, provando mais uma vez o quão é de fato desafiador “*pesquisar o que se pensa já tudo conhecer*”.

Optamos (eu e os sujeitos da pesquisa) nessa fase, pela utilização de codinomes, ainda que já tínhamos obtido a autorização prévia de revelar a identidade dos participantes, preferimos preservar os nomes reais, pois compreendemos que o engajamento político, social e cultural dos sujeitos participantes, poderia de certa forma oferecer alguns desconfortos nas relações sociais comunitárias. Assim, a cada entrevistado/a foi atribuído um nome de personalidade negra de referência na luta contra o sistema escravista e toda forma de opressão. Dessa forma os entrevistados/as foram identificados no texto com a seguinte denominação: Acotirene, Dandara, Joaquim, João, Luísa Maihin, Maria Felipa, Zeferina.

Para a análise documental dos dados comunitários, centramos nossa busca no período de 2014 a 2016, mesmo ciente de que o processo de reconhecimento é maior que isto, pois trata-se de um movimento contínuo de conscientização e sensibilização da comunidade sobre a relevância do reconhecimento e certificação da terra e identidade quilombola, de modo que todo este processo tem história e projeto, e obviamente não se esgotaria em dois anos. Ciente de que esta pesquisa não poderia abarcar tamanha complexidade de tempo, optamos por centrar o estudo quando a comunidade de Candeal II, vivencia maior envolvimento com a temática do “reconhecimento” e como tudo isto fica presente na trajetória das instituições locais da memória da comunidade. Este legado comunitário é passado de avôs, avós, pais, mães, filhos e filhas... um emaranhado de cultura local intergeracional que adentra as instituições formais e as relações informais de Candeal II. Esta sistematização acadêmica é relevante e torna-se apenas mais uma versão em meio a muitas outras, com públicos e objetivos diferenciados, sem a arrogância de achar que traduz “A” história do vivido, do sofrido e usufruído ao longo da vida comunitária.

Objetivando fazer uma triangulação de informações a partir de documentos institucionais sobre a temática concernentes ao processo de reconhecimento e fortalecimento do território da comunidade tradicional quilombola e, de posse do livro

de registro das atas de reuniões de pais e mestres da Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, constatamos que no período de 2014 a 2016, havia um total de 7 (sete) atas registradas, as quais se mostraram bastantes sucintas. Vale salientar que na perspectiva da análise documental o objetivo era de identificar registros documentados dessa discussão especificamente. Assim, não foram encontrados nas atas escolares, nenhum relato de discussão sobre a temática do reconhecimento quilombola, com isso, não queremos afirmar que não houve uma participação da escola, porém não há registros documentais da participação documentados em atas que pudessem fazer parte desta análise.

No artigo “Violência Curricular na escola pública” (GIOVEDI, 2013) aponta para as diversas estratégias de violência curricular no cotidiano das instituições escolares, entre elas a “Violência contra a identidade cultural” (p. 127), que é uma estratégia de apagamento das histórias e trajetórias dos sujeitos da comunidade escolar, e que resulta em processos equivocados de escolarização por instituições que poderiam estabelecer fortes parcerias em territórios de desigualdade social e cultural.

Dialogando com Sampaio (2013), podemos inferir que os repertórios culturais presentes nos quilombos do território da Matinha, expressos nos diversos espaços comunitários, precisam estar em constante diálogos com a prática curricular das escolas, e que vai se configurando com uma proposta para educação escolar quilombola defendida pela comunidade. “Compreendo que o currículo na Matinha dos Pretos não se constitui alheio às experiências vividas por educadores e educandos na escola e em diferentes espaços onde se gesta e se materializa a vida cotidiana” (SAMPAIO, 2013, p.137)

No que concerne o acervo da ACDC, em que pese as dificuldades de escolarização dos seus membros, a qualidade dos registros do período foi diferente. De posse do livro de atas das reuniões mensais da ACDC, foram encontradas um total de 37 atas, do período que correspondente à 2014 a 2016. Das trinta e setes atas encontradas e estudadas, foi verificado registros de discussão sobre a temática do reconhecimento em 11 (onze) atas. Os achados em atas, demonstraram planejamento de ações em vista do alcance da certificação pela FCP. Cabe destacar o percurso traçado pela instituição bem como questões abordadas nesse trajeto. Assim foi traçado uma agenda de mobilização a fim de dialogar com a comunidade sobre o tema da identidade quilombola os prós e os contras de assumir esta identidade naquele momento.



A discussão sobre a temática do reconhecimento quilombola aparece pela primeira vez, nas reuniões da ACDC, em maio de 2015, alinhado ao debate da distribuição de sementes pela prefeitura de Feira de Santana, que passa a exigir documentos comprobatórios de posse de terra como critério para receber as sementes. Tal fato suscitou o debate sobre o conflito agrário enfrentado pela comunidade, houve também o registro de relatos, lembrando que maio é um mês que completará o trigésimo nono aniversário de assassinato do Sr. Joaquim Pereira dos Santos, liderança comunitária, símbolo da nossa luta agrária.

Outra discussão também levantada na reunião da associação, foi sobre a importância da Escola trabalhar a história de vida e fazer memória de seu patrono Joaquim Pereira dos Santos, bem como sobre a história de luta da comunidade. Surge, então a necessidade de organização com os pares, para criação de uma agenda coletiva que permitisse uma formação identitária e política que permitisse um entendimento sobre o “Ser Quilombola”, assim como a ressignificação do termo pelo movimento negro e quilombola. Ficando registrado como encaminhamento a criação de uma agenda formativa em que cada encontro seria conduzido por pessoas que de certo modo, tivesse experiências com a temática. Uma questão curiosa foi ter constatado que à discussão relacionada à escola esteve presente nas pautas de reuniões da ACDC, por outro, constatou-se que o debate relacionado a dinâmica comunitária não aparece nas reuniões da escola. O que nos leva a inferir que apesar da escola está inserida num contexto comunitário favorável a existência de um diálogo comunidade-escola, esta não consegue dialogar com a realidade da qual está inserida.

De acordo com Frei Beto, (1986) as reuniões em comunidade rurais de base, tem um caráter prioritário em estabelecer comunicação e buscar coletivamente solucionar demandas existentes na comunidade. Fica em evidência nos registros, o predomínio da oralidade responsável por segurar a história da comunidade e as fragilidades da escrita que demarca bem as fronteiras do privilégio da escolarização entre os povos. As atas, documentos preciosos nos processos de memórias dos coletivos, podem ser um entrave para a qualidade dos registros em termos de detalhamento e riqueza de dados. Leitura e escrita são ferramentas importantes da luta, um direito social recente na vida das comunidades quilombolas do campo.

Nesse sentido, os registros documentais realizados pela associação, apresentaram uma visão geral sobre o processo de reconhecimento quilombola, sem deixar escapar as

contradições que permearam o desenrolar do processo, reiterando a importância da inserção do debate sobre direitos sociais, a luta por políticas públicas e a contribuição da educação para a formação política dos moradores. A presença e participação da escola não pareceu suficiente, escola de educação quilombola voltada para princípios da educação do campo, poderia ser capaz de trazer melhores contribuições.

Essa condição, intensificou a necessidade de uma rede de articulação com o movimento quilombola e outras comunidades para melhor organizar a agenda para a busca do reconhecimento quilombola. No entanto essa discussão agregou outras demandas como: acesso à Saúde, Ensino Superior, Transporte, e trabalho condições estruturantes que afetam a condição identitária.

Isto coloca o meu trabalho de registro acadêmico em um grau de responsabilidade grande, é a partir do “privilegio” da escolarização que acesso o “latifúndio do saber” (ARROYO, 2012) e devolvo o registro para a comunidade, ao tempo que público a minha versão da sua história em estudo realizado pela escuta dos meus. Tudo isto é um preceito da Educação do Campo.

De acordo com Caldart (2008), a Educação do Campo vem para provocar as reflexões em torno destas contradições na história e nas lutas dos povos do campo. E estas reflexões devem incidir sobre transformações na sociedade:

[...] todo esse movimento é constituído por três momentos distintos, simultâneos e complementares, que vão configurar o que é a Educação do Campo, ou melhor, o que ela está sendo e poderá ser: ‘A Educação do Campo é negatividade – denúncia/resistência, luta contra. Basta (!) de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância (CALDART, 2008, p. 67-81)

É dentro desta perspectiva de movimento e resistência campesina, que adentraremos no próximo capítulo, em aspectos da história dos quilombos do Brasil.

## **CAPÍTULO 2 Significados Históricos e Culturais de Comunidades Tradicionais Quilombolas no Brasil**

O presente capítulo tem por objetivo discutir o conceito de comunidade quilombola e dos seus processos de reconhecimento no Brasil contemporâneo, abordando tais significados a partir das fases do Brasil Império, até os dias atuais. Traçamos ainda, um breve recorte sobre a situação dos negros na condição de escravizados no Brasil, destacamos que a intenção não fazer um trabalho historiográfico sobre a escravidão, mas fazer um recorte de Leis cujos desdobramentos tiveram impactos relevantes para o *locus* desta pesquisa. Apontamos brevemente o protagonismo dos movimentos negros e sociais para conquista do direito ao reconhecimento e a ressignificação do conceito de quilombo, cuja cena emerge com mais força no contexto de redemocratização do país no final do século XX.

Durante o período da escravidão no Brasil, foi necessário que a legislação passasse por muitas mudanças, algumas com o objetivo de reprimir os levantes coletivos em oposição ao sistema escravista a exemplo da Lei de punição e pena de morte aos negros escravizados (BRASIL, 1835); primeira Lei de educação do Brasil em que proibiu a presença de negros na escola (BRASIL, 1837) e a Lei da Terra (BRASIL, 1850) que impede aos negros o direito à propriedade. Já outras medidas, como consequência das pressões internacionais e dos movimentos sociais abolicionistas, existentes no Brasil, a exemplo da “Lei do Ventre Livre”, “Lei do Sexagenário” e “Lei Áurea”. Estas fazem parte de um conjunto de tantas outras leis que resultaram no fim da escravidão oficial no Brasil. Ciente da vasta bibliografia sobre o tema e na impossibilidade de dar conta dela neste estudo, me deterei em alguns pontos que considero fundamentais neste debate, capazes de corporificar a análise da identidade quilombola e seu direito ao reconhecimento sociocultural no acesso à terra.

Com o aumento expressivo de escravos libertos e a recusa em geral aos castigos físicos, muitos negros defendiam-se dos seus donos com ataques físicos entre outras formas de violência adotada como estratégia de defesa na história da escravidão no Brasil.

Receosos de um levante de grandes proporções, como foi o caso da Revolta dos Malês em 1981<sup>13</sup>, e com objetivo de inibir qualquer reação contrária a dominação escravocrata dos Senhores, ficou estabelecido naquele período, pela lei de nº 4 de 10 de junho de 1835 a determinação da pena de morte para os escravos que “matassem, ferissem ou cometessem qualquer ofensa física contra seus senhores”, estabelece ainda, o aumento dos castigos físicos a todos os negros que desobedecessem a seus senhores. (BRASIL,1835).

Como forma de inibição da participação dos negros livres e escravizados nos espaços formais, é adotada mais uma medida visando a restrição destes na sociedade, é nesse contexto que foi criada a primeira lei de educação do Brasil em 1837, na qual é expressa claramente a proibição deste segmento nos espaços escolares, como podemos ver a seguir a Lei do Império do Brasil de 1837.

Artigo 3º São *proibidos* de frequentar as Escolas Públicas:

1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas.

2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.

Fica evidente a restrição quanto à participação e presença de negros na escola, ousou sugerir dois motivos para tal proibição: por medo dos negros aprenderem a ler e escrever e assim aumentar as formas de organização social e política (probabilidade maior de levante contra escravização), ou pelo simples fato de a partir do contato com outras camadas da sociedade, os negros exercerem influência sobre a língua, a cultura e a religião oficial.

Ainda como forma de repressão, foi promulgada em 1850 a Lei da Terra, na qual ficava proibido aos negros o direito à propriedade de terras, seja elas, por doação ou como forma de pagamentos, ficando proibida qualquer forma de aquisição de terras devolutas que não fosse por títulos de compras, Lei do Império do Brasil, 1850. O impedimento legal potencializou e agravou a violência contra os negros ocorrida no

---

<sup>13</sup>Revolta dos Malês foi um levante de escravos de maioria muçulmana na cidade de Salvador, capital da Bahia, que aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835. Foi o levante de maior relevância da então província da Bahia. Os malês eram negros de origem islâmica, que organizaram o levante com o objetivo de instalar uma nova ordem social e política no Brasil. João José Reis e Eduardo Silva, 1989. SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista / Eduardo Silva e João José Reis – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

cenário agrário brasileiro, uma vez que na condição de escravizados, qual negro teria condições financeiras e materiais para comprar terras, em consequência, teve aumento considerável dos conflitos agrários no Brasil. Por tanto, a Lei de terraconstituiu-senum elemento categórico para legitimação de violência e expropriação dos negros da sociedade.

Segundo Menezes (2009, p. 87), somente na metade do século XIX é que são iniciadas algumas medidas para o fim da escravidão. As normas impostas, talvez tenham sido adotadas por medo de represálias que poderiam vir de alguns países da Europa, sobretudo da Inglaterra, que pressionava o Brasil a pôr fim no tráfico de negros entre África e América, impondo medidas contra o Império brasileiro, como forma de repressão ao tráfico de africanos vindos de fora do Império. No segundo reinado foi promulgada a Lei de nº 581 de 04 de setembro de 1850, que ficou conhecida como a Lei Eusébio de Queirós”, que visava o fim do tráfico de escravos (MENEZES, 2009, p. 84-86). Vale ressaltar que a adoção da medida de proibição do tráfico de africanos, não diminuiu o tráfico de negros, uma vez que a medida visava a proibição apenas de negros vindo do continente africano.

Em setembro de 1871, foi decretada a “Lei do Ventre Livre”, Lei de nº 2.040, em que se determinava a condição de livres aos filhos de mulheres escravas que nascessem a partir da sua data. Porém, conforme previsto nesta lei, as crianças ficavam sob o domínio dos senhores de sua mãe e, nesse caso, cabendo ao estado, o pagamento de indenização pelos cuidados, ou sob a tutela do estado até os vinte e um anos de idade. Outra medida adotada, foi a promulgação da Lei de nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, a chamada “Lei do Sexagenário” em que determina a condição de livres a todas as pessoas escravizadas que alcançassem os sessenta anos de idade Lei do Império do Brasil, 1885. Esta lei faz parte do conjunto de medidas e mudanças na legislação brasileira, como consequência das pressões crescentes dos movimentos abolicionistas da época, bem como os constantes levantes dos escravos no país, não havendo tanta repercussão pelas difíceis condições de vida dessas pessoas e sua provável morte antes de completar os sessenta anos de idade.

Diante de um cenário instável, no qual a imposição de leis duras para os cativos já não provocaria mais os efeitos desejados, o governo imperial viu-se obrigado a adotar medidas com vistas a preparar o país para um possível fim do sistema escravista. Mesmo adotando leis como medidas de abrandamento da escravidão, havia muitas lutas e

tensões, visto que o interesse de pôr fim no regime era permeado por um processo intencionalmente lento. Com isso, em 1888, o governo imperial, no Brasil sob o comando da Princesa Isabel, resolveu decretar o fim da escravidão oficial no Império brasileiro, sendo promulgada a Lei de nº 3.353 de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, em que declarou como extinta a escravidão no Brasil.

Para Reis (1989) os anos que antecederam a promulgação da Lei Áurea, foram anos de muita agitação política, cultural e religiosa, ainda de acordo como o autor a cidade de Salvador era onde tinha maior concentração de negros, livres e escravizados, somando 60% da população daquela época, fato que favorecia a constantes levantes. Para Reis (1989, p.114) a situação dos negros escravizados no Brasil não ocupava uma posição apenas de passiva obediência, pois estes, também arranjam formas de conseguir se organizarem contra o sistema escravista, muitos escravizados se destacavam nas negociações atuando como agentes políticos.

Outro autor que analisa a situação dos negros escravizados no Brasil foi Florestan Fernandes, no livro “A integração do negro na sociedade de classe” (2008), publicado em 1965 e que aponta a situação da desigualdade diretamente ligada à questão racial, devido às condições abruptas da abolição, sem nenhuma preparação dos negros para uma vida em liberdade, deixando-os expostos a sorte, sem moradia, educação terra para produzir.

Fica evidente a falta de interesse em acabar com o regime escravista, visto que a Lei Áurea consta de apenas dois artigos, um extinguindo a escravidão e outro revogando os decretos antecedentes, “Art. 1º: É declarada *extincta* desde a data desta lei a escravidão no *Brazil*; Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário” Lei do Império do Brasil de 1888.

Segundo o historiador, João José Reis (1989, p. 63) “uma das formas de resistências eram silenciosas, vencidos no campo de batalha, eram forçados a iniciar um processo de negociação sem precedentes, as vezes bem, barganhava um pedaço de terra para pequenas roças, outras malsucedida”. Assim, Brasil declara o final da escravidão, mas mantém uma relação de subjugação das pessoas sem condições de superação das mazelas sociais ainda sob condições de expropriação e exploração de homens, mulheres e crianças desenvolvendo trabalhos, sem remuneração, expostos aos maus tratos dos senhores, sob o olhar cúmplice e indiferente da sociedade.

Nesse sentido, a lei Áurea, apenas limitou-se a decretar o fim da escravidão, sem que fosse adotada nenhuma medida que oferecesse condições básicas para que os ex cativos pudessem reconstruir suas vidas no projeto de modernidade que se desenhava. Para Fernandes (2008, p.120) a confluência dos processos abolicionista e pós-abolição, gerou impactos negativos para os negros resultado de mudanças súbitas nas relações de produção, visto que com a mudança no sistema econômico na transição para sociedade capitalista, provocou-se uma desvalorização do trabalho dos negros, pondo em dúvida as técnicas socioculturais desenvolvidas pelos negros escravizados.

O surgimento do Movimento Negro no Brasil começou a ser embrionado ainda no período de escravização, onde ocorrem vários levantes, conflitos e rebeliões, conforme mencionado na seção anterior. Porém, este movimento vai se fortalecendo no período de final do século XIX e no decorrer do século XX. Fadados ao abandono e massacre imposto por uma estrutura de sociedade segregacionista, como forma de reverter tal situação, o povo negro começa a experimentar novos modos de organizações, a saber: Clubes, Associações, Federação, Centros Culturais e Literários, haja vista que o movimento conseguiu o feito de criar uma Imprensa Negra para abordar os problemas e situações vivenciadas pela população negra. Conforme afirma Domingues (2007, p.104) “surgiu o que se denomina Imprensa Negra: Jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões”.

No século passado, além da Imprensa Negra, também surgiram outros movimentos como a “Frente Negra”, “Teatro Experimental do Negro” “União dos Homens de Cor”. Com a articulação desses movimentos foi fundado o “Movimento Negro Unificado” (MNU). A partir das décadas de 1970 e 1980, o MNU começa uma maior articulação das pautas mais urgentes, como denunciar contra o preconceito racial sofrido constantemente pela população negra. Nessa perspectiva, as lutas cotidianas articuladas entre o Movimento Negro, Quilombola e os demais movimentos sociais sensíveis à causa dos negros no Brasil, ganham mais força, no final do século XIX, e se materializam na Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar que a “Fundação Cultural Palmares”(FCP), se insere neste conjunto de medidas de redemocratização do país. Dessa forma foi criada e aprovada a Lei de nº 7.668/1998, que constitui a FCP vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de *promover a preservação dos valores culturais, sociais, econômicos, legado da*

população negra para a formação da sociedade brasileira. De acordo do artigo segundo da Lei 7.668/1988, compete a FCP:

*I - Promover e apoiar eventos relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à interação cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do país;*

*II - Promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros.*

*III - Realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação(BRASIL, 1988)*

A partir da normativa apresentada pela Lei que cria e estabelece a finalidade da FCP, fica evidente que a criação é parte de conjunto de motivações articulados nas lutas dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país, constituído também como uma tentativa de correção histórica da negação de direito à população afro-brasileira.

Só após cem anos de promulgação da Lei que pôs fim ao sistema escravista foi que o estado brasileiro, sob muita pressão dos movimentos sociais negros, reconheceu a existência dos vários quilombos, formados durante e pós escravidão no Brasil, bem como as condições indignas as quais os negros foram submetidos. Assim sendo, só com a Constituição Federal de 1988 é que o Estado brasileiro reconhece a existência de comunidades “remanescentes de quilombos” no Brasil. Um momento importante que demarca mais uma vez, a atuação do movimento negro, com a “Marcha Zumbi dos Palmares”, realizada no ano de 1995, um marco histórico para a busca pela criação e implantação de Políticas Públicas voltadas para população negra brasileira. No ano de 1996, ocorreu no Maranhão, o I Encontro Nacional de Quilombos e em maio do mesmo ano, no município baiano de Bom Jesus da Lapa, foi criada a “Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas” – CONAQ.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a trajetória dos movimentos negros sociais na articulação em redes para pressão política a fim de conquistar o reconhecimento legal das comunidades quilombolas. Para tanto, foram necessários romper com mais de cem anos de silenciamento sobre a situação dos quilombolas no cenário das políticas de estado. Para Nascimento (2002), a conquista de reconhecimento de sujeitos de direito do povo negro, configurou-se como realidade após muitas lutas de partidos de esquerda e



representantes da sociedade civil, o que tornou possível vislumbrar uma pequena mudança no cenário a partir da Constituição Federal de 1988. Para o autor, o movimento negro teve configurações diferenciadas com atuação em diversas esferas da sociedade, em muitos casos assumindo caráter religioso, recreativo, beneficente, esportivo, auxílio mútuo e cultural, (p.337) para o autor, naquele momento, o mais importante não era a finalidade, mas sim o papel desempenhado por estas organizações na luta e organização do movimento negro no Brasil. Ainda que de forma margeada conseguiu a garantia de reconhecimento legal nos atos das Disposições Constitucionais Transitórias, com a inclusão do artigo 68 da Constituição.

Nascimento (2002) aponta a chave da conquista do movimento negro na CF de 1988, e diz que o quilombismo foi uma das formas que os africanos escravizados encontraram para sobreviverem fora da África, resistindo à toda forma de violência imposta pela sociedade da época. O fenômeno quilombismo mais tarde se transformou num “movimento permanente em defesa de uma vida digna e construção de projeto de sociedade livre.” (p.339). Nessa perspectiva, o papel do Movimento Negro e dos movimentos sociais sensíveis à questão racial, assume dimensões além do fim da escravização, ganhando um sentido sociopolítico, econômico, cultural e identitário.

## **2. 1 Quilombo: direito à propriedade, direito à identidade**

Segundo Munanga (1996, p.58), a palavra “kilombo” é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, na região do Zaire, Angola, o povo banto reunia grande número de populações que compartilhavam mesmas origens linguísticas, cabe destacar que na formação do português brasileiro houve grande influência da língua Banto. Assim, o termo quilombo faz referência à instituição sociopolítica militar existente na África Central, fatos que atestam para o surgimento dos quilombos brasileirostiveram como fonte de inspirações o modelo de instituição Africana, vale ressaltar que tais grupos formavam oposição ao modelo escravista opressor, reinante no Brasil da época. Forjando nas margens da colônia e do império brasileiro uma outra forma de organização, dotada de uma estrutura política e social com base na liberdade e na resistência Munanga (1996). Subjugados a um sistema perverso, desprovidos de toda e qualquer condição dignamente humana, ainda assim, contribuíram significativamente

para formação da nação brasileira, para o desenvolvimento da economia, da língua, da cultura (FONSECA, 2016).

Nesse sentido, a existência dos quilombos brasileiros é fruto de um processo histórico que remete ao período de colonização, em que muitos africanos foram violentamente arrancados de suas casas, sua terra mãe, desterrados de sua família e grupos sociais a que pertenciam, para virem ao Brasil, realizar trabalhos pesados, humanamente difíceis aos olhos e costumes do colonizador, sem contar que houve uma verdadeira devassa de todos os nossos recursos naturais, ou seja, um ato de expropriação dos nativos, homens da terra. Nesse quadro, persistia a expropriação do povo negro, mesmo com a crescente resistência ao trabalho escravo e aos maus tratos, a exemplo da separação de mães dos seus filhos, os castigos físicos e psicológicos vivenciados, a violência física e simbólica, entre outras atrocidades.

Para Maria de Fátima Chagas (2001) é preciso levar em consideração elementos múltiplos que compõem o fenômeno dos quilombos, tornando-os indispensáveis para ampliação de uma visão que comporte outros entendimentos do fenômeno Quilombola para além da fuga, tais como: a negociação com os senhores, heranças recebidas, compras de terras, entre outro modo de constituição de quilombo no Brasil. Deve-se ainda, atentar para o particular modo de vida fundamentado na dinâmica das relações sociais, e jeito peculiar de usufruto da terra, as relações de parentesco, o trabalho familiar na/com a terra, o cuidado com o solo, a solidariedade e a constante luta por lugar social no horizonte da liberdade, que é muito característico deste grupo.

Dialogando com Fiabani (2012), pode-se afirmar que o fato de não possuírem documentos comprobatórios, barreira imposta pela estrutura escravocrata, contribuiu significativamente para a não comprovação de aquisição de terras através de compras ou herança pelos escravizados. A formação de Quilombos no Brasil, consta de variadas formas, as quais surgiram de movimento de insurreição às compras de terras por cativos alforriados, através de ganhos (prestação de serviços, vendas de mercadorias etc.), formas de juntar dinheiro e adquirir terras, fator relevante para formação de Quilombos, por outro lado, favoreceu para explosão dos grandes conflitos agrários existentes no país.

Esse processo de usurpação e negação da condição humana dos negros tinha a legitimidade das normas dos brancos poderosos da colônia, o que corroborou para que o sistema escravista perdurasse de forma oficial no Brasil, por um período de três séculos.

Todo projeto de colonização, objetivava a defraudação das riquezas, acompanhado de processo de dominação e dizimação dos povos originários e dos povos africanos escravizados. Esse assenhoreamento advinha de um pacto social, respaldado pela moral cristã, entre as potências dominantes, igreja, e os grandes centros, cuja necessidade maior era a acumulação de riquezas.

O conceito de quilombo cunhado pelo Conselho Ultramarino, foi associado apenas a noção de “lugar de fuga e isolamento”, ou seja, quilombo é a “habitação de negros escravos fugitivos”, (p. 26) este conceito perdurou por muito tempo no imaginário brasileiro (MOURA, apud MUNANGA, 2006) e ainda hoje permanece como simbologia que edita a percepção desses coletivos muitas vezes de forma enviesada. Segundo os autores, essa ideia foi disseminada desde a época colonial perpassando o período Imperial e da República. Por isso, ainda é comum associar o conceito de Quilombo apenas como “lugar de fuga”. Estudiosos como, Abdias Nascimento (2002); Ilka Boaventura Leite (1998; 2000), De acordo com Kabenguele Munanga (2006, p.25), esse fato ainda se faz presente na sociedade brasileira, talvez como “forma de desqualificar a dinâmica sociopolítica dos quilombos” e o potencial patrimonial e de luta que eles representam na contemporaneidade.

Quando nos referimos à categoria quilombo, não estamos nos referindo a resquícios arqueológicos de ocupação temporal que carece de comprovação biológica, não se trata de grupos isolados num determinado espaço físico, fixados no tempo, tampouco se trata de conjunto populacional homogêneo. Ressaltar a diversidade neste universo de comunidades quilombolas é um ponto importante para a relevância do debate da sua dinâmica cultural historicamente construída. Autores (ALMEIDA 2016; AMORIM, 2016; ARRUTI 1997; 2008; O'DWYER,1995, 2002), afirmam que os quilombos enquanto contextos, nem sempre foram constituídos a partir de insurreição e rebeldia, mas constituem-se enquanto grupos étnicos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução da vida.

Autores como Maria de Fátima Chagas (2001), Adelmir Fiabani (2012); Clovis Moura (1987; 2009), José Maurice Arruti (2008) entre outros, têm revelado desde o século XX, a necessidade de *ressignificação do termo quilombo* junto às lutas do Movimento Negro e demais movimentos sociais, com apoio de parte da comunidade acadêmica, que sensíveis à questão do racismo na sociedade, buscam pautar a compreensão deste debate que demarca um momento de tensão e reconfiguração do

acesso aos direitos sociais, no enfrentamento com a hegemonia do país (mais especificamente o legislativo e judiciário brasileiro).

Para alguns autores (O'DWYER, 1995; MUNANGA, 2006), o termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e para os grupos identitários, indivíduos e organizações da sociedade civil. Esse termo tem sido “ressemantizado” para designar a situação contemporânea dos segmentos negros em várias regiões e contextos do Brasil, assumindo um caráter mais amplo, abarcando dimensões de identidade, cultura, modo de produção e de organização social.

Assim, a contemporaneidade atribui novos significados às demandas históricas e implica na ampliação das lutas sociais em busca de direitos na sociedade, entre eles o direito à propriedade coletiva e à identidade histórica, dinamizada pela cultura da contemporaneidade. No transcurso da história a conceituação de Quilombo foi ganhando novas acepções de acordo com o amadurecimento de estudos e pesquisas referentes ao tema, assim como com uma maior inserção dos sujeitos quilombolas em espaços legitimados de construção de conhecimento, como por exemplo nas universidades, e espaços de produção de políticas públicas a partir de organizações coletivas. Tal movimento oxigena o debate das lutas sociais e das políticas públicas, e implica em um olhar diferenciado para o reconhecimento das terras e comunidades quilombolas. Segundo Arruti (2017) esse processo de “ressemantização” foi motivado pelas demandas de lutas dos sujeitos de direitos, ao demandar políticas de estado para correção das desigualdades sociais, majoritariamente no campo brasileiro e “dá origem, assim, um movimento social novo, o movimento quilombola, que rapidamente passou a se estender sobre um número ainda indefinido de comunidades situadas por todo território nacional” (p.114).

De acordo com (MUNANGA,1996; LEITE, 1999) a organização social dos quilombos possui um forte caráter de resistência ao modelo escravista imposto aos povos africanos, trazidos a força para as Américas, é um espaço privilegiado para o campo das lutas contra toda forma de escravidão, com os princípios de respeito à natureza, com a memória ancestral como fonte de inspiração para as futuras gerações. Todos estes, são elementos essenciais para continuidade de existência e reconhecimento dos Quilombos. Apesar disso, é interessante atentar para a diversidade quanto à formação dos Quilombos brasileiros, cada qual com a sua estruturação a partir de

elementos que os constituíram, com formas de organização distintas, que ora se aproximam, ora se distanciam uns dos outros.

Segundo Arruti (2003, p.26), rejeitar a perspectiva hegemônica ao se referir às populações quilombolas como “remanescentes” (*sic*) é uma maneira de dimensionar a noção de quilombo para além da escravidão. Dessa forma torna-se urgente, compreendê-los como “grupos étnicos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, atribuindo-lhes significados socioculturais através dos tempos. Nessa perspectiva, que com a ressemantização do termo “remanescentes de Quilombo”, o termo deixou de caracterizar quilombos como algo distante isolado num tempo histórico, passando a caracterizar os quilombos como uma realidade presente, que transcorreu por vários períodos da história e continua vivo na contemporaneidade, demarcando os fortes traços da identidade racial e pertencimento. Nesse percurso, vários desafios e conquistas foram postos à população negra brasileira, analisando os aspectos importantes da identidade nas dimensões da memória, ancestralidade, representatividade e cultura.

A resistência negra<sup>14</sup> passa a ganhar novas dimensões no processo de ressignificação da identidade quilombola, reafirmando a perspectiva de reconhecimento do direito de propriedade da terra à população quilombola. No entanto, devemos ressaltar que a “ideia de que a palavra “remanescente” traz uma noção de reminiscências ou resquícios, (LEITE, 1999), ainda não foi superada, uma vez que na atualidade, esta ideia continua a se fazer presente no imaginário social, jurídico e governamental. Utilizando-se da concepção de “reminiscências” para argumentar e reforçar a negação do direito, com essa visão restrita a “dimensão arqueológica reitera a perspectiva da folclorização, em vez da afirmação da cidadania”, (LEITE, 1999.p.119). Contudo, com a reestatização da identidade quilombola houve maior possibilidade de ampliação de direitos, produzindo novos sentidos, motivando a valorização e visibilidade da memória do povo negro.

Para o campo jurídico a categorização de quilombos ainda está muito associada a um conceito e visões caricaturais estritamente vinculado a ideia de “lugar pouco

---

<sup>14</sup> Tomo nessa pesquisa o conceito de “resistência negra” adotado por Flávio dos Santos Gomes, 1997. Na sua tese de doutorado.

habitável”, de difícil localização, percebido como “reduto” ou “esconderijo” de escravos fugidos, base conceitual cunhada ainda no período colonial reforçando a ideia de reminiscência. Tais simbologias de lugar fixo, parado no tempo e no espaço da história hegemônica, serviu de base jurídica por um longo período na história do Brasil, uma vez que foi o conceito mais difundido socialmente, também o mais utilizado por instituições jurídicas, e científicas, educacionais, sendo em muitas vezes, o eixo fundamental para a criação e reformulações da legislação do país.

O campo antropológico, por sua vez traz a caracterização de “Quilombo” enquanto categoria de análise, e destaca-se a partir de duas abordagens principais, uma contempla a *dimensão política* e outra a *dimensão de reafirmação de valores culturais*. Na década de 1990, do século passado o conceito de quilombo foi sendo ampliado pelo campo antropológico, a partir da realização de trabalhos, pesquisas e estudos desenvolvidos pela Associação Brasileira de Antropologia, o que revelou uma necessidade de compreender melhor os significados históricos de quilombo na formação da sociedade brasileira. A visão sobre quilombo vem sendo reatualizada constantemente, seja pelo aprofundamento de estudos e pesquisa sobre o tema, ou através das lutas imprevistas pelo coletivo nos últimos tempos, tendo como pano de fundo a resistência à toda forma de opressão e a luta por direitos. Tudo isto reforça a necessidade histórica de acesso e garantia de direitos, assim como a urgência de fortalecimento e preservação da memória, proteção do território e valorização da cultura e identidade do povo quilombola. Expande-se o conceito de quilombo para uma dimensão sociopolítico de organização, na dinâmica de formação histórica do Brasil, o quilombo tradicional dialoga com o quilombo contemporâneo na justa luta por acesso às condições dignas de vida, acesso à terra, identidade coletiva e dinamicidade cultural

Para o campo da educação, a caracterização de “quilombo” ainda se percebe muitas vezes controversa. Considerando a abordagem feita nos livros didáticos, temos uma conceituação muito caricatural, ou seja, resume o fenômeno dos quilombos a um lugar estático no qual os “escravos” se escondiam para não trabalharem, nesta versão, os negros recebiam castigos como forma de “correção dos seus erros”, uma história que sendo é reproduzida passada como conteúdo da hegemonia, sem contextualização e problematização, no território escolar. Ainda no campo da educação, temos as correntes que defendem um processo educativo emancipatório, e trabalham o conceito de “quilombo” como por exemplo na perspectiva sócio-histórica, em que quilombo é

considerado como é um espaço de construção de saberes, espaços necessários à expressão cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2012).

Segundo CALDART, (2011) A educação do campo é uma exigência dos movimentos sociais que lutaram/lutam pela construção de políticas educacionais com e para os sujeitos do campo numa perspectiva de formação de um novo quadro social de políticas afirmativas que assegurem aos povos do campo o direito a direitos básicos de cidadania.

A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2009, p.41)

O papel dos movimentos negros e do campo na criação e implementação de políticas públicas para educação do campo e das relações étnico racial, e consequentemente, para Educação Escolar Quilombola, aliadas as experiências pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos sociais e Universidades Públicas sensíveis a causa, corroboraram para incorporação de tais experiências na agenda educacional brasileira, contemplando a diversidade que compõe todo território brasileiro, garantindo o direito de uma educação pública de qualidades para os sujeitos que fazem as ruralidades e o quilombismo brasileiro.

A concepção de Educação Escolar Quilombola da qual compartilhamos embasase em autores (GOMES, 2012; MOURA, 2011; ARRUTI, 2017) a compreendemos como espaço formativa de compartilhamento de saberes ancestrais, como elementos essenciais para formação humana. Corroborando como os documentos oficiais, Conferência Nacional de Educação CONAE, 2010; Parecer CNE/CEB 07/2010; Resolução CNE/CEB 04/2010, que define à Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino da Educação Básica.

Nesse sentido, à educação escolar quilombola há de ser, um direito condizente com as especificidades de saberes; culturais, identitários, memória ancestral, em que o

modo de produção se dá a partir da relação estabelecida com a natureza, na produção material ou simbólica, cujos espaço-tempos são lugares do currículo, espaços propícios para aprendizagem dos sujeitos.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas devem ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL,2012 p.42)

Assim, a pedagogia em movimento, pautada pelos coletivos e sujeitos em movimentos,(movimentos negros, quilombolas, assentados da reforma agrária, mulheres trabalhadoras rurais etc.) demandam por políticas públicas de educação do campo quilombola como um direito social capaz de possibilitar um outro modelo de educação.O que nos conduz a afirmação de que a educação do campo quilombola, enquanto um direito social foi conquistado pelo coletivo dos movimentos sociais, mas ainda é um campo em disputa na sociedade. Dialogando com ARROYO (2003, p.38), advoga que os movimentos sociais tão colados às necessidades mais elementares e coloca como desafio a velha matriz pedagógica: o presente reposto nas estreitas relações entre produção – reprodução material da existência e a formação humana. Nessa perspectiva, é preciso considerar o papel dos movimentos sociais na articulação das políticas sociais de acesso à terra e à escola como instrumentos de mobilização social com vista a construção de uma educação libertadora, pautada no enfrentamento ao racismo e a segregação racial social.Dessa forma, a educação quilombola como uma construção coletiva colaborativa deve adentrar às instituições escolares como forma de alargamento das lutas raciais e sociais empreendidas como parte da formação sociopolíticas dos sujeitos quilombolas.

Para melhor discutir a categoria de *quilombo contemporâneo* nos embasamos em autores como Arruti (2008), Chagas (2001); Fiabani (2012); Leite (1999; 2000), O'Dwyer, (1995), que apresentam um conceito reatualizado para definição de Quilombo. Para estes autores, é indispensável fazer uma releitura tanto do termo “quilombo”, quanto da caracterização das “comunidades quilombolas”, pois, foi a partir do reconhecimento legal, previsto na Constituição de 1988, que a noção de Quilombo passou a abarcar as dimensões políticas, de luta e resistência das comunidades negras



rurais e urbanas em recortes temporais atualizados, configurando a perspectiva dos Quilombos Contemporâneos

Contemporâneo, quilombo não se refere a resíduos ou resquício arqueológico de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou população estritamente homogênea, nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes. Sobretudo consistem em grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. Dessa forma, quilombo constituem-se como grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWTER,1995, p.2)

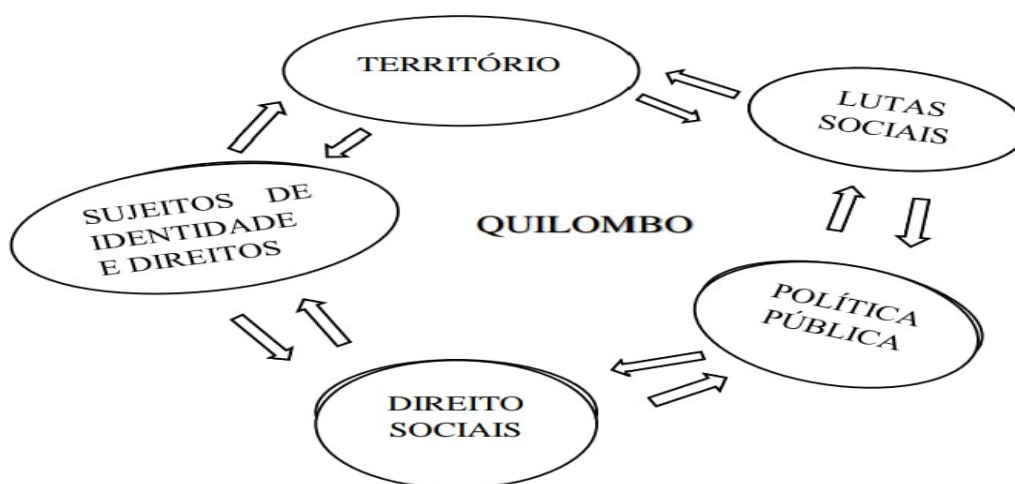
Os Quilombos contemporâneos caracterizam-se como grupos étnicos, ou seja, comunidades negras rurais e urbanas habitadas por afrodescendentes escravizados que conservam entre si traços da ancestralidade africana, como laços de parentescos muito forte, mantêm viva a cultura, a memória dos antepassados, possuem modo de produção própria baseado no sistema subsistência – modo de produzir com respeito à natureza, forma de organização social fundamentada nos princípios da coletividade e solidariedade, relação de pertencimento com a terra.

Para Leite (1999, p. 135), Quilombo Contemporâneo ascende como importante espaço de possibilidades de reparação histórica aos negros. “Alude a quitação da dívida que a sociedade brasileira possui para com a população afro-brasileira em decorrência da escravidão”, reforçando o caráter de coletividade, indispensáveis ao equilíbrio social e, conseqüentemente, a possibilidade de correção das desigualdades estruturais existentes.

Arruti (2008, p.01) afirma que “o termo quilombo, deixou de ser usado pela “ordem” repressiva, para tornar-se uma metáfora, como signo de resistência”. Significado que foi se ampliando devido atuação do movimento negro. Portanto, cabe destacar que *quilombo contemporâneo* remete a um passado histórico que, constantemente, vem sendo reatualizado e reconstruído nas dimensões histórica, política e social das lutas da época presente. Recentemente, o conceito de Quilombo vem se ampliando, correspondendo como grupos étnicos às comunidades negras rurais e urbanas, constituídas no transcurso da história de formação da nação brasileira. É nessa perspectiva que as centenas de comunidades quilombolas existentes no Brasil, têm

emergido das invisibilidades, protagonizando embates e lutas na tentativa de arranhar as estruturas hegemônicas da sociedade, evidenciando a importância do papel dos movimentos sociais como instrumento de mobilização e reatualização dos laços identitários e de pertencimento desses grupos.

Nesta direção, as lutas Quilombolas tem como pano de fundo as questões de mobilização em coletivos para defesa dos territórios destas comunidades e luta de acesso à terra, educação e as demais políticas sociais, ou seja, pela igualdade de condições de vida, capaz de garantir equidade racial e social. Esse contexto serviu de pano de fundo para criação de políticas públicas para o grupo em questão. A tríade *identidade, terra e educação*, foi fundamental para potencialização da tomada de decisão e busca pelo reconhecimento do território tradicional quilombola.



Quadro produzido por FONSECA, 2021.

Isso demonstra a importância da luta dos movimentos negros, sociais, sujeitos em movimentos na disputa pela construção de um modelo de sociedade mais igualitária, tendo em vista que é através das lutas sociais, travadas no bojo dos movimentos que se vislumbra “arranhar” as estruturas hegemônicas da sociedade.

As comunidades quilombolas tem legitimidade de reconhecimento nas legislações brasileiras, bem como leis internacionais o que ratifica a necessidade de maior investimento do estado na adoção de políticas públicas de reparação para este grupo. Com a inclusão do artigo 68 dos Atos das Disposição Constitucionais Transitórias na Constituição Federal de 1988, foi atribuído um novo significado político ao conceito de Quilombo, de modo especial esse ganho representou muito, para posituação da identidade negra quilombola. Isto possibilitou a reafirmação do

Quilombo enquanto espaço de construção coletiva e de um outro modelo de sociedade possível, mediado pelas relações sociais nas práticas cotidianas de seus agentes. Dessa forma, as lutas pelo direito de existir deste povo vêm gestando uma “construção de projeto político e identitário” (NASCIMENTO, 2002, p. 331), que têm a resistência e cultura negra como elemento catalizador na reatualização das vivências quilombolas no percurso histórico.

O desafio posto para o quilombo contemporâneo—sujeitos coletivos em luta, foi a de conseguir articular a luta pela terra com a luta por uma educação escolar quilombola, uma vez que há um entendimento sobre a importância da educação para defesa do território, preservação e valorização da memória e cultura dos afrodescendentes. Arruti, (2017) afirma que,

É importante na luta do quilombo contemporâneo é importante perceber o paralelismo e a possível influência da promulgação, também no ano de 2010, do Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010), que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA”, além de discutir a educação quilombola. Por meio desse decreto, os movimentos sociais do campo buscam reverter duas características fundamentais do sistema educacional brasileiro: a lógica urbana, etnocêntrica e evolucionista, segundo a qual o rural representa a carência e o atraso, e a predominância de políticas públicas generalistas que desconhecem as especificidades de determinadas populações, entre elas a do campo. (ARRUTI, 2017. p.1018)

Segundo Arroyo (2015), as lutas dos movimentos sociais sempre estiveram atreladas às questões relacionadas ao acesso à terra e à educação afirmando que, “as lutas dos movimentos sociais explicitam, radicalizam, reorientam politicamente as velhas e múltiplas formas de conflito no campo a que estiveram e estão atreladas às possibilidades e limites de um sistema de educação do campo” (p.53). Para Nascimento, a base do Movimento Social brasileiro é fruto da:

Continuidade da consciência de luta política social se estende por todos os estados onde existe significativa população africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico, e do tempo presente. (NASCIMENTO, 2002, p. 339)

Com isso, foi empreendido pelos quilombolas um processo de mobilização social em prol da libertação do povo negro dos domínios impostos pela hegemonia eurocêntrica, de modo a considerar que as atuais conquistas são frutos da trajetória de luta e resistência dos Quilombos já existentes na história da escravidão.

Assim, Quilombo Contemporâneo configura-se como a ressignificação das lutas do povo negro que se deu a partir do Quilombo Histórico e se reatualizam nas demandas do tempo atual. A constituição do quilombo contemporâneo provém das relações de parentesco, modo de produção da ressignificação dos costumes e lutas dos antepassados, ou seja, das batalhas ancestrais do povo negro em defesa do direito à terra, educação, memória, cultura e modo de ser e existir na sociedade. Reconfigurando lutas, reinventando a existência, resistindo a toda e qualquer forma de discriminação e opressão, buscando conquistar a cidadania negada.

É importante ressaltar que o reconhecimento e a certificação das comunidades quilombolas pelo estado brasileiro não são tarefas fáceis, a confusão posta sobre o entendimento e definição do que venha a ser um Quilombo é um desafio para os processos de legitimação e reconhecimento das comunidades tradicionais. A identificação ancora-se nos princípios da “autodefinição”, embasado num histórico de luta e pertencimento étnico com presunção de ancestralidade negra (BRASIL, 2003). Para os membros das comunidades quilombolas, o caráter de autoidentificação constitui-se como uma das mais valiosas conquistas, tendo em vista que a partir do direito de autorreconhecimento contribuiu-se significativamente para agilidade no processo de identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

Assim, já no final do século XX tem se adotado como mais usual o conceito de Quilombo atribuído a partir da Constituição de 1988 e dos decretos posteriores à constituição. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>15</sup> (ADCT). E ratificado no artigo segundo, a definição de Comunidades Quilombola:

---

<sup>15</sup>A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), garante: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 1988).

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria” acrescendo o território como espaço de vivências destes grupos, dotados de relações territoriais específicas, [...] “com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida, (BRASIL, 2003).

A partir dos decretos e instruções normativas, publicadas com vistas ao reconhecimento da identidade, de demarcação e titulação de suas terras, nota-se que tais conquistas se tornaram aparato legal para as comunidades Quilombolas, reforçando as lutas por direitos destes grupos, junto ao estado brasileiro.

Para identificação e reconhecimento das comunidades “remanescentes” (sic) de quilombos, como definido no decreto 4887/2003, que estabelece os procedimentos necessários para delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”(BRASIL, 2003). Assegura-se a garantia de:“terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a sua reprodução física, social, econômica e cultural.”

Para os procedimentos de demarcação foram determinados critérios como: “territorialidade indicados pelos “remanescentes” (sic) das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental” (BRASIL, 2003), garantindo a permanência nos territórios já ocupadas com a finalidade de prover sustento material, físico, cultural e econômico de seus donos/ocupantes. Nessa perspectiva, o território é compreendido como espaço necessário à reprodução cultural, social, econômica destes povos.

Nesse contexto, no ano de 2004, foi movida uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/2004, pelo do Partido da Frente Liberal (PFL) atual Democratas (DEM), face ao Decreto 4887/2003, questionando a constitucionalidade do Decreto(AMORIM, 2016, p. 27). O Decreto do qual trata a ADI, foi sancionado no ano de 2003, com o objetivo de regulamentar o art. 68 da ADCT da CF/1988, com vista a

---

dinamização do processo ao estabelecer normas e procedimento para identificação e demarcação e titulação das terras quilombolas no Brasil. Na ADI 3239/2004, o Partido alega que tal medida que compõe o Decreto é inconstitucional, argumentando que há invasão da esfera reservada a Lei maior com a promulgação do Decreto definindo a “auto atribuição” como critério fundamental para o reconhecimento da própria identidade pela comunidade quilombola. Ainda segundo a esta ação, o caráter de “auto atribuição” incorre no erro de reconhecimento de direito a mais pessoas do que efetivamente são os “verdadeiros beneficiários” do art. 68 do ADCT. Deve-se considerar que a questão de terra no Brasil sempre foi campo de muitos conflitos, sendo que o questionamento gerador da ADI, está diretamente relacionado ao direito à propriedade da terra pelos quilombos, assim, percebe-se que a motivação maior envolve questões de domínio e exploração das terras, pois a questão da propriedade é um fator de disputa na sociedade capitalista.

Como intuito de assegurar políticas que viabilizassem a conservação das peculiaridades do grupo étnico, desafios foram postos e diálogos foram necessários para que o estado instituisse iniciativas políticas, através de instâncias representativas, a exemplo do Programa Brasil Quilombola — que foi criado em 2004, com o intuito de consolidar as ações de governo com vistas a potencializar e dá um caráter transversal nas políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios quilombolas. Para reforçar as ações do programa, no ano de 2007 foi criada uma agenda social quilombola como forma de promover o desenvolvimento das comunidades, as ações do programa agrupam quatro eixos de atuação a saber: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania (Brasil 2007), Como forma de garantir políticas sociais para reparação histórica, na perspectiva de desenvolvimento dos territórios destas comunidades e a preservação dos recursos naturais das mesmas.

Já em 2007, o Decreto nº 6040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), em seu artigo nº.3º, define as comunidades tradicionais como grupos étnicos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tal, possuem maneiras próprias de organização social, formas diferenciadas na relação de ocupação e uso de seus territórios e dos recursos naturais. Segundo as orientações da política nacional para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais,

Povos e Comunidades. Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL; 2007).

Esse direito também foi referendado por leis internacionais como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (ano, 2007), a qual o Brasil é signatário, que define,

A autoidentificação guarda sintonia com norma internacional de Direitos Humanos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que considera a consciência como critério fundamental. Tal Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, apresentando status constitucional, uma vez que foi aprovado seguindo o rito equivalente às emendas constitucionais (art. 5º, §3º da CF/1988). [...] A auto atribuição, de que fala a convenção, encontra amparo na teoria antropológica, que embasa os estudos de delimitação de territórios étnicos. (INCRA, 2017).

Tomamos como referência para ressignificação das demandas do Quilombo Contemporâneo as lutas pela garantia de direitos historicamente negados, como acesso à terra, educação básica de qualidade e acesso ao Ensino Superior. De acordo com Arruti,

Esse movimento foi completado quando, em resposta ao terceiro ciclo de reformas promovidas pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969), o Brasil incorporou a diretriz que destacava o papel da educação para a garantia do respeito aos direitos, incluindo a análise das causas e das consequências do racismo. Assim, em 2003, o Congresso Nacional alterou a Lei de Diretrizes e Bases para estabelecer a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial das redes de ensino, públicas e particulares, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei nº 10.639), ao mesmo tempo em que o Governo Federal criava duas secretarias estratégicas para a formulação e a implementação de políticas de ações afirmativas relativas à população negra do país, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR, 2003) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, 2004). Enquanto a primeira gerou e coordenou

o Programa Brasil Quilombola (PBQ), a segunda teve como tarefa principal a implementação da Lei nº 10.639/2003. Foi nesse contexto institucional no qual, pela primeira vez, discutiu-se, de forma ampla e institucionalmente amparada, a extensa pauta relativa às populações negras no país, tornando possível sobrepor as questões educacionais às ações previstas para um recorte populacional negro cuja principal demanda, até então, era o acesso à terra. (ARRUTI, 2017. p.115)

Com a inserção dos quilombolas no Ensino Superior e entre outros espaços de visibilidade social, as demandas dos movimentos sociais foram reafirmadas, reforçando o caráter de resistência do Quilombo Contemporâneo, uma vez que a “Política de Cotas”, como política social afirmativa, tornou-se um instrumento de correção de uma dívida histórica do Estado brasileiro frente à população negra, visando garantir o direito aos negros e quilombolas de acessar o Ensino Superior.

Por outro lado, o avanço na implementação de políticas educacionais para a população negra e do campo, desagradou setores conservadores da sociedade. Como continuidade das ações de correção da dívida educacional para com a população negra, em agosto de 2012, foi sancionada a Lei 12.711/2012, garantindo vagas em Instituições Federais de Ensino, incluindo pessoas de baixa renda, pessoas com deficiências e desses critérios mencionados anteriormente, foi acrescido o critério étnico racial. Cabe destacar que para regulamentar esta Lei, foi aprovado o Decreto de nº 7.824/2012, que definiu as condições gerais para a reserva de vagas nas instituições e que também estabeleceu as formas para o acompanhamento do processo de vagas. (BRASIL, 2012)

Deste modo, as Cotas configuraram-se como uma demanda e luta historicamente construída, que garante esse direito para os quilombolas no tempo presente, com potencial de enriquecer o quilombo na sua base, fechando um ciclo importante de construção e fortalecimento das identidades socioculturais, mais um ponto de fortalecimento ao debate do quilombo contemporâneo.

Outro elemento que também merece destaque é a identidade étnica, uma vez que para os quilombolas a identidade é fortalecida em consonância com a luta pela terra e defesa do território. De acordo com Danilo Santos (2017), a assunção de uma identidade, antes mesmo de se ter a garantia de direito ao reconhecimento e atenção específica nas políticas públicas é o que permite aos sujeitos associar-se a um grupo étnico e colocar-se de outra forma perante a sociedade.



A sociedade brasileira foi estruturada com base no modelo de propriedade privada com aceção individualista de um projeto hegemônico da elite dominante fundamentada na supremacia racial em que negros, indígenas foram postos à margem da sociedade. As consequências de modelo racista existente e persistente, até os dias de hoje, e se desdobram em ações que reforçam a negação de direito do povo negro quilombola, o resultado disso, é que já se passaram mais de 30 anos do reconhecimento do direito à terra dos quilombolas, e ainda assim, poucos quilombos conseguiram demarcação e titulação de suas terras. Observa-se que a questão de reconhecimento, certificação e demarcação tem dimensões bem distintas e a demarcação e titulação das terras ainda não se consolidou no território brasileiro, visto que das mais de cinco mil comunidades quilombolas existentes no território nacional, apenas três mil conseguiram a declaração de reconhecimento pela FCP, e destas apenas cento e vinte e quatro conseguiram o título de suas terras, em muitos casos título parcial, ou seja, não de forma definitiva (FCP,2020).

Dessa forma, cabe supor que diante do processo de reconhecimento as ações realizadas têm ritmo diferenciado, as ações demandadas pela comunidade e as ações realizadas pelo estado, ainda assim, visto que o poder público demonstra pouco interesse em atender as demandas sociais, ou seja, para não desagradar as forças dominantes. Valeressaltar que, apesar das muitas conquistas alcançadas pelos quilombolas na contemporaneidade, ainda há vários entraves e desafios a serem superados, uma vez que as batalhas para afirmação e garantia do direito à terra e ao território, não são simples, nem são garantidas. Percebemos que se tratando de avanços e conquistas referente à terra e ao território, estas dependerá em grande parte das ações de agentes externos à comunidade, o que implica dizer que quando o processo é conduzido pelo estado, a exemplo da demarcação e titulação das terras dos quilombolas, o processo é bem mais lento, pois há muitas dificuldades de ordem política e operacionais na estrutura de estado no concernente às questões agrárias, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O INCRA é responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação – RTID, pois é a partir da elaboração e conclusão do relatório que à comunidade terá o direito de receber a posse e título definitivo de suas terras. São processos que alongam o caminho dos direitos sociais, demonstrando um processo de violência, insegurança e geração de conflitos, em decorrência das relações de poder instaurada no rural do Brasil. Podemos afirmar que

tais implicações resultam na tensa relação sociedade e estado, gerando cisão no estabelecimento de implantação e concretização de políticas públicas.

Para a classe hegemônica, a questão da posse coletiva surge como um obstáculo para o modelo de propriedade privada e individualista na qual, a sociedade está organizada. Fato que vem gerando embates entre os coletivos quilombolas, que lutam pela defesa do território através da posse coletiva da terra, propondo outro modelo de organização e forma de produção, onde estrutura sociais baseado em hierarquia de classe persiste em querer negar o direito de existir dos povos do campo. Sobre o uso comum da terra Leite (1999), afirma que as terras de uso coletivo, geralmente, foram doadas e, ou concedida pelo estado, ou por retribuição, pagamento aos serviços prestado e em outros casos, pelo longo tempo de estadia e utilização das terras por um determinado coletivo, em que é adquirido o direito de usufruto. “Compreendem, portanto, as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde, inclusive, não apenas os afrodescendentes estão envolvidos” (p.399). Cabe ressaltar, que essa realidade não é apenas restrita aos povos tradicionais, mas retrata, a situação agrária do Brasil desigual e desumano.

Romper como o silêncio do estado e sociedade hegemônica é a lógica proposta pelos movimentos sociais, que reivindicam a partir do debate da reforma agrária, uma educação para a população do campo.

Nesse sentido, ratificar a necessidade de afirmação de auto atribuição bem como a ressignificação da identidade quilombola é urgente. E, intensificam a luta e resistência pela defesa do direito à terra e ao território como partes indissociáveis da identidade étnica. Como afirma Lopes (2015, p.24) a categoria da ancestralidade como um traço comum que se pode estabelecer com a maior parte das diversas culturas existentes em África. É uma forma de estabelecer a ligação entre estes homens e mulheres, modo próprio de povos tradicional de reconexão entre o passado e tempo presente. Assim, partilhamos do conceito de ancestralidade defendido por Oliveira (2015, p.26) que define ancestralidade como símbolo de resistência negra, desenvolvendo um papel na construção histórico-cultural do povo negro na sociedade brasileira. Na criação de um projeto sociopolítico fundamentado sob o prisma do respeito à dignidade humana, baseando-se nos princípios da inclusão social, da convivência harmoniosa entre homem e natureza, na contemplação da diversidade pautado num modo de vida pautado no modo próprio de resolução de conflitos na vida comunitária. Sobretudo a valorização e

respeito aos mais velhos. Ressaltando-se que a importância da terra para os coletivos étnicos, não está no valor econômico agregado a esta, mas sim fundamentado nos princípios da cultura e ancestralidade.

Para a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), a noção de identidade quilombola está intrinsicamente ligada a ideia de “pertença à terra e ao território”. Essa perspectiva de pertencimento que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte do princípio de que transcendem a consanguinidade vinculando-se a ideia tecida sobre valores, costumes, ritos e lutas comuns, além da identidade firmada nas experiências de compartilhamento e da discriminação sofrida historicamente pelos grupos.

A todo momento, os coletivos étnicos são confrontados a estarem reatualizando suas experiências a partir das relações sociais mediadas pelo grupo entre si e com os demais grupos étnicos, pautando a solidariedade como elemento fundamental para a existência e (re) existência. A ideia de irmandade e pertencimento é característica marcante nos quilombos, esse ponto constitui-se como fundamental para as ações coletivas de representação da identidade e compartilhamento da memória ancestral a qual adquire novas significações nas experiências nas vivências atuais.

Só após o reconhecimento do direito à propriedade de terra para comunidades negras rurais é que algumas conquistas como legitimação da posse da terra, salvaguarda dos recursos naturais e ambientais do território; direitos culturais relacionados a memória, à língua e a identidade, tornam-se realidade, àquelas que conseguiram sobreviver ao tempo.

As experiências quilombolas vêm na contemporaneidade, sendo constantemente reatualizadas com vista a construção de uma identidade étnica, coletiva e positiva por este grupo. A partir do reconhecimento formal as lutas quilombolas ganharam mais espaço e força no cenário das políticas nacionais, pois a auto atribuição passa a ser uma das questões fundamentais para o fortalecimento das identidades, bem como a reafirmação de um modo de vida próprio aos quilombos.

Assim, os quilombos contemporâneos assumem uma dimensão formativa e organizativa baseadas nas lutas raciais e sociais para conquistas de direitos, historicamente negados. Nesse sentido, pensar o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil, é antes de tudo, pensar nos diversos significados que estão em torno das questões quilombolas e, a partir de uma reconstrução histórica,

considerar as experiências vivenciadas por esses sujeitos, em um processo histórico marcado pela inferiorização racial e social.

Os sentidos atribuídos as lutas por reconhecimento de tais grupos visa à garantia do território como espaço de vivências e de produção material e imaterial desse segmento; reconhecimento e valorização da identidade negra positiva, valorização das línguas reminiscentes e preservação da memória ancestral e da oralidade. Respeito ao modo de produção inerente, incentivar as maneiras de fazer e viver desse público, possibilitando o acesso a meios de educação formal, assegurando os saberes, experiências dos processos educativos já desenvolvidos pelos coletivos. Esses aspectos foram/são de grande relevância para reafirmação e materialização da identidade quilombola.

Os sujeitos dos mais variados quilombos vêm reforçando a significação da existência e experiências das comunidades quilombolas, focalizando elementos diversos destas experiências como: o cultural, organizativo, desenvolvimento produtivo, fundiário e étnico-racial, entrecruzando labutas do cotidiano ao histórico de luta e resistência à um sistema de saúde precário, perverso e descompromissado com a população negra; a luta e a resistência também contra um modelo de educação que tende a marginalizar e excluir o povo negro e quilombola de processos educativos de/com qualidade; luta pelo direito de acesso ao trabalho digno e garantia do modo de ser e fazer dos quilombolas, que em certa medida são ignorados nas políticas nacionais. Ensejando como o pano de fundo das lutas sociais, toda forma de resistência negra, visando garantir aos quilombolas o direito de existir dignamente como grupo étnico.

Nas últimas décadas a população negra conseguir romper algumas barreiras, conquistando alguns espaços que antes eram negados, principalmente em espaços de trabalhos ditos de “prestígio social”. Claro que, a ocupação desse lugar por pessoas negras é fruto de uma luta árdua e constante dos movimentos negro antirracista. Isso fez com que a questão racial, ativasse nos movimentos, um mecanismo de busca pela positivação da identidade negra, crescendo o anseio de vê-se representado socialmente, vislumbrando muitos espaços, antes negados. A representação enquanto uma política de legitimidade da identidade negra, visa o reconhecimento destes como sujeitos de direitos. No entanto, a questão racial ainda carece de uma maior legitimação por parte do estado, considerando a contribuição dos negros no processo de formação da sociedade brasileira. A representatividade da identidade negra ainda é pouca, apesar das

conquistas dos movimentos negros de vários coletivos solidários a causa, possibilitou galgar alguns avanços como: ocupação de alguns espaços na sociedade pelos negros, ainda há muitas barreiras que impõe dificuldades e limitações que impedem os avanços desejados de conquista da autonomia e libertação dos padrões de representação hegemônicos.

Um fator relevante a partir das políticas públicas voltada para população negra que se tornou mais possível encontrar negros em espaços, que até então, eram inalcançáveis para este segmento da sociedade, a exemplo da mídia, contextos acadêmicos, cargos públicos de alto escalão, e na política partidária, lugares destinados a ocupação apenas por brancos. Esses espaços começam a ter uma presença de negros, embora em pouquíssima quantidade, já que historicamente, estes espaços foram demarcados socialmente como espaços de brancos. Aos negros foram determinados o lugar de trabalho braçal e doméstico, ou seja, os espaços de desprestígio social. No meio acadêmico tinha-se uma produção voltada à valorização dos brancos, porém, ultimamente, com o acesso de maior número de negros nesse espaço, percebe-se que os negros têm disputado este espaço e há uma busca por referenciar a crescente produção de conhecimento por este segmento da sociedade. Nesse sentido, a academia é muito importante para a valorização e representatividade da identidade negra.

Quanto às conquistas do reconhecimento e igualdade racial e social no país há de se considerar que houve muitas conquistas no sentido da positivação da identidade negra e a ressignificação da história do papel dos afrodescendentes na construção do país.

No próximo capítulo, discutirei os processos de reconhecimento das comunidades tradicionais quilombolas existentes em Feira de Santana, mais detidamente o distrito de Matinha traçando uma análise a partir da trajetória de luta da Comunidade Quilombola Fazenda Candéal, investigando os principais eventos e acontecimentos que configuraram elementos essenciais de resistência e luta para conquista do direito de reconhecimento como Quilombo.



formação do Balagão— nome muito forte na memória coletiva da região, consequentemente, tinha-se um quilombo em formação.

Num **segundo momento** deste capítulo, apresentamos fatos de que demarcaram o período entre os anos de 1970 e 1999, discorreremos sobre a luta pela titulação da terra, com destaques para um momento de grande violência no campo a com invasão policial, prisão de líderes comunitário e o assassinato do lavrador Joaquim Pereira dos Santos.

Para finalizar, trazemos o **terceiro momento**, que compreende os anos de 2000 a 2018. Assuntos que transitam do direito a titularidade, ao processo de busca pelo reconhecimento da identidade quilombola, bem como fatores de implicação sócio espacial que influenciou o processo, como a: criação do distrito da Matinha, a implantação do Ensino Fundamental II, no distrito de Matinha, construção da capela de Nossa Senhora Aparecida no Candeal II, assim como a retomada na agenda de mobilização, articulando o debate da educação do Campo à elementos demarcadamente reiterado pelo fator racial na sociedade de classe.

Assim, a análise foi direcionada no sentido de compreender o percurso de (re) reconstrução do processo de reconhecimento e fortalecimento do Território Quilombola em Feira de Santana. Tal busca se deu a partir de pesquisas já realizadas sobre as comunidades Quilombolas do município de Feira de Santana, mais especificamente o distrito de Matinha. Pesquisas como a de SENTO SÉ, (2009); SOUZA<sup>1</sup> (2010,2012); SOUZA<sup>2</sup> (2010, 2014,2016); SAMPAIO (2013), abordam a questão da “Memória da escravidão” no território feirense, dando maior ênfase sobre a formação de quilombos no território do distrito de Matinha.

### **3.1 Primeiro momento: A origem e ocupação da Terra à formação do Território Quilombola. 1910 a 1970**

Conforme relatos de morades mais antigos (acervo ACDC, 2020), a relação entre as localidades da Matinha com outros municípios da região de Feira de Santana ocorreu desde o século XVIII, como podemos perceber no relato, “meu avo (sic) contava que as terras do Cerrado foi adquirida pelo pai dele, que veio do Mumcabinho o nome eu não lembro, só sei que comprou as terras e deu para os 5 (cinco) filhos fazerem morada e plantar”, De acordo com Nascimento (2002), esta era uma das estratégias adotadas pelos ex-cativos, de ter a possibilidade de se organizar em um outro modo de vida, diferente

da escravização. Certamente, prática que ocorreu também nas terras de Feira de Santana, construindo redes de fortalecimento entre o povo preto escravizado. Outro fator que aponta para esta relação de formação dos quilombos, segundo Reis (1986), era as trocas comerciais estabelecidas entre escravizados, comerciantes e libertos, que formavam muitas negociações por meio das relações comerciais e de produção, o que favorecia para formação de novos quilombos e ou autonomia dos mesmos, fato que também foi notado com certa ocorrência no Cerrado e com outras comunidades negras presentes nos municípios circunvizinhos, como Irará, Cachoeira, Coração de Maria

O município feirense foi ladeado por muitas fazendas, as quais, sustentava-se com a mão de obra dos negros, o que foi de fundamental importância para a economia do município na sociedade escravista. [...]” nas terras feirenses, as fazendas possuíam uma pequena concentração de escravos, sendo que os pequenos e médios fazendeiros, geralmente, possuíam entre cinco e doze escravos” (LIMA, 1990, apud, BASTOS 2012). Frederico Sento Sé, referendando os estudos realizados por Flaviana Ribeiro, também revelou que apesar de ter pouco destaque na historiografia oficial, o trabalho escravo foi em grande medida vetor de desenvolvimento econômico do município.

A Fazenda Candéal, que segundo a relação de bens descrita no inventário realizado no ano de 1854, em decorrência da morte de José Vitorino de Oliveira, então proprietário da mesma, contaria com 11 senzalas e 27 escravos. A viúva de José Vitorino, Maria Alvina de Oliveira, casou-se pela segunda vez com João Vitorino Ferreiras Bastos e este, ao morrer em 1863, legou aos filhos a fazenda, contendo as mesmas 11 senzalas, mas um número inferior de escravos. Um outro inventário datado de 1882, ano de falecimento de Elvira Bastos de Oliveira Borja, filha de João Vitorino e Maria Alvina, herdeira da Fazenda Candéal, indica a herança deixado para seus filhos a fazenda contendo agora somente 9 senzalas e 7 escravos. Contudo outros grandes fazendeiros da região de Feira de Santana contavam com um número elevado de escravos em suas propriedades, caracterizando assim, mais uma vez, a importância da mão-de-obra escrava em Feira de Santana. (SENTO SÉ, 2009, p.19)

De acordo com o estudo de Sento Sé (2009), apesar de não ter sido destaque na história oficial, a mão de obra dos negros escravizados contribuiu significativamente com crescimento produtivo e econômico feirense.

Podemos inferir que a dinâmica de ocupação do território feirense foi movida por fatores produtivos, os quais provocaram o povoamento e a interiorização da produção agrícola e conseqüentemente a escravização dos negros trazidos para região.



A presença do Rio Pojuca também foi determinante, visto que as águas fluentes do rio contribuíam para uma travessia para o outro lado da margem, mais situado na região leste e norte. O que contribuiu decisivamente na formação de quilombos em Feira de Santana. Percebemos que tais implicações decorrentes do processo de escravização e, “dispersão dos escravos que andam vagando fora da companhia de seus senhores pelas povoações, lugares e matas do Recôncavo” (REIS, 1989, p.97), favoreceu para aliança de negros libertos e escravizados nas freguesias de Cachoeira, São José das Itaporocas entre outras localidades situadas entre a região do Recôncavo e Sertão baiano. Como extensa área não cultivada, o mato permitiu a formação de pequenos núcleos de produção nessas regiões, assim como a aliança entre escravizados e libertos na organização de novo modo de vida. Embora em poucas quantidades, o cultivo de plantas e criação de pequenos animais favoreceu a ocupação das terras do Quilombo Cerrado.

Segundo a memória dos mais velhos da comunidade, outro fator de relevância que também demonstra a relação entre os Quilombos da Bahia foi a construção da “Linha ferroviária” a qual atravessa os municípios de Irará, Santanópolis, Feira de Santana e Coração de Maria, que teve a sua obra iniciada no final do século XVIII<sup>16</sup>, e abandonada ainda no início do século XIX. Ainda segundo os relatos, a estrada ficou sendo utilizada por muito tempo pelos moradores dos municípios acima citados, para realização das atividades de venda e trocas de produção, como a farinha de mandioca, milho, feijão, pequenos animais e utensílios de barro, cipós e de palhas, entre outras mercadorias.

Há relatos que atestam que ainda no início do século XX, a maior parte da extensão territorial da fazenda Candéal, era pouco habitada, “aqui era tudo mato, só era na beira da lagoa que tinha uns vizinhos né, que a lagoa era nesse tempo tinha muito peixe, muita gente pescava e se alimentava dessa lagoa né, a gente era pequena pescava e comia” (Acervo da ACDC, 2016), e assim o Candéal foi sendo povoado, nas margens de lagoas e riachos, as pessoas foram construindo moradas, cultivando plantações e criando animais para manter o sustento dos seus.

---

16. Sobre o tema da Linha Ferroviária em Feira de Santana, século XVIII – XIX, ler Francisco Antônio Zoro, 2002. Retornando à História da Rede Viária Baiana: O estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da Rede Ferroviária da Bahia, 1850 – 1950. In: Revista Sitientibus, Feira de Santana, nº22, p.99 – 115. jan/jun. de 2002.

Para pensar o território quilombolado distrito da Matinha é relevante destacar a fazenda<sup>1</sup> Candéal, que manteve por muito tempo o trabalho escravo. Os escravizados não suportando mais as más condições de trabalho, com a intenção de manter suas vidas, buscam várias formas de livrarem-se de tais condições, embrenhar-se mata adentro foi um dos caminhos encontrado por eles, e foi neste processo de desbravamento do mato –que surge o contexto da Matinha dos Pretos e Fazenda Candéal II, iniciando um processo de ocupação das terras no território do atual distrito da Matinha e parte do distrito de Maria Quitéria. Para Souza (2016), esse fato foi determinante para a resistência do povo,

Segundo a memória local, estas são formadas por descendentes de egressos do cativo da Fazenda Candéal, que no século XIX possuía aproximadamente 4.000 tarefas de terra, território que, provavelmente é ocupado pelos povoados do entorno da comunidade de Candéal, posto que a maioria das propriedades hoje possui entre 2 e 4 tarefas de terra, algumas poucas possuem mais de 10 tarefas. Essas terras, nas quais habitaram os escravizados desta fazenda, foram palco de diferentes formas de resistência a escravidão. (SOUZA, 2016, p. 24)

Reforçando essa discussão, Vitorio (2015), enfatiza a relação de ocupação das terras com o contexto escravista “os antigos moradores alegam que a Fazenda Candéal possuía alguns escravos (sic) e estes quando se revoltavam contra seus senhores escondiam-se em uma mata cerrada, pequena, Matinha”.

Para Souza e Reginaldo (2011),

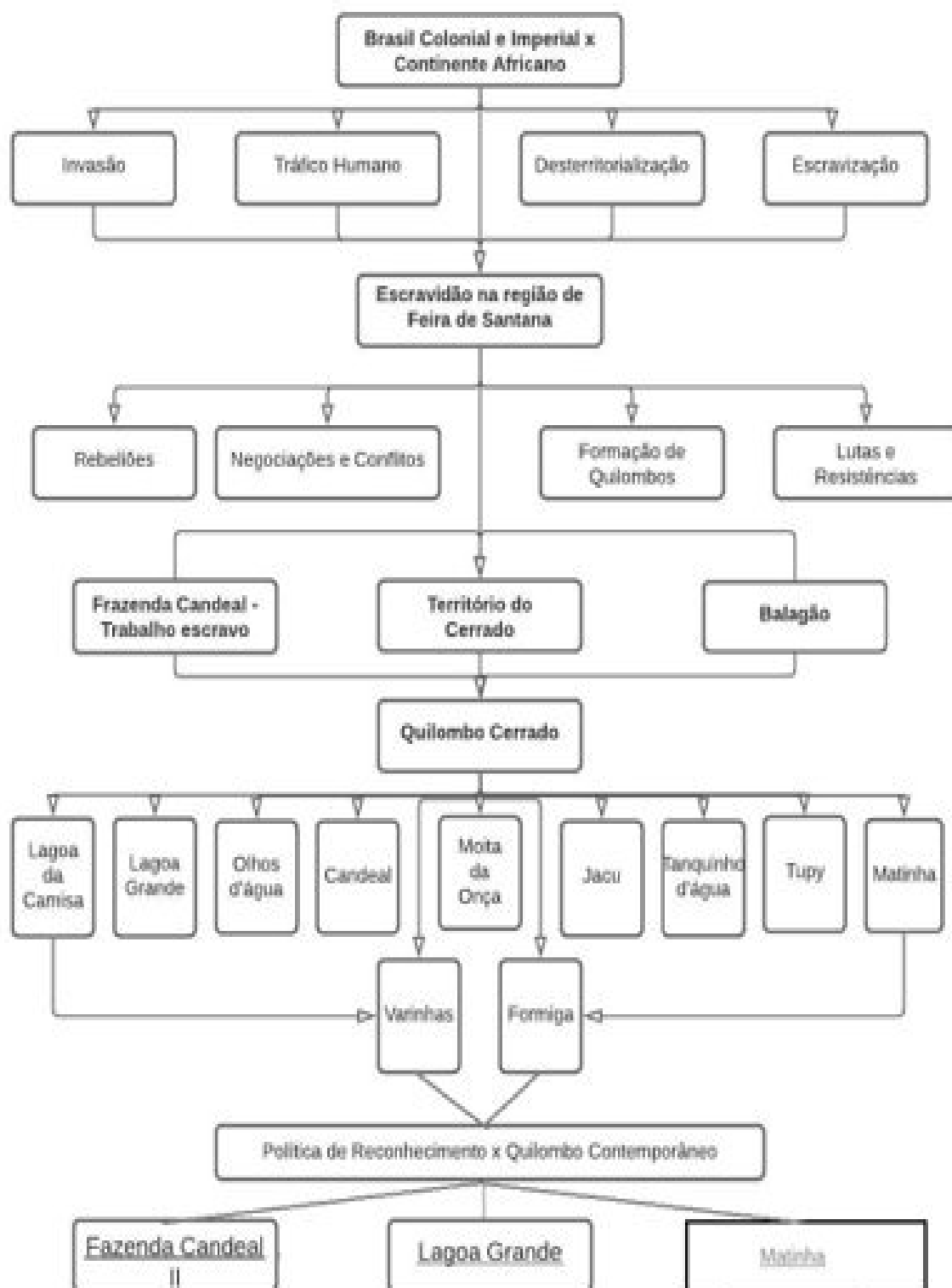
A comunidade de Matinha dos Pretos surgiu a partir da Fazenda Candéal, propriedade registrada em nome de José Vitorino de Oliveira, em 1854. A viúva deste, Maria Alvina de Oliveira casa-se pela segunda vez com João Justiniano Ferreira Bastos, sua filha Elvira Bastos de Oliveira, casa-se com Antônio Alves de Freitas Borja, que por ser o mais recente proprietário da fazenda e ter um filho de mesmo nome, Dr. Antônio Alves de Freitas Borja, está mais presente nas memórias da comunidade. (p. 01)

A partir das informações, compreendemos que a dinâmica de ocupação das terras que culminou na formação das comunidades quilombolas no território da Matinha apresentam fatos latentes que, estão relacionados com a dinâmica escravista daquele período. Conseqüentemente a formação do Quilombo constitui-se como a gênese da organização comunitária. Trazer alguns aspectos referentes à rota da escravidão como a ocupação das terras, nos ajudou na compreensão da organização dos Quilombos a

partir de uma perspectiva histórica, um espaço de resistência, como afirma Souza (2016), “um lugar que se organizou, ainda no sistema escravista, sob várias formas de apropriação de terras pelos ex-cativos” (p. 49).

Conforme demonstram as pesquisas de Souza (2010, 2011, 2016); Vitorio (2014) e Ferreira (2020), quanto a origem de formação das comunidades Quilombola certificadas pela FCP, no município de Feira de Santana, não resta dúvida sobre as relações familiares e de trabalho partilhadas entre as mesmas, ou seja, provêm da mesma matriz familiar dos “Pereiras” do Cerrado. Segundo Sampaio (2013) “a Matinha é um território remanescente (sic) de quilombo, porque se constituiu como um espaço plural de afirmação da identidade negra e valorização da cultura afro-brasileira e africana, combatendo o modelo de exploração do povo negro do campo” (p.107).

Para melhor representar esse processo de ocupação do território da Matinha com a formação e luta por direitos empreendida pelos quilombolas, apresentamos a seguir uma síntese desse processo.



Síntese feita pela autora: FONSECA, 20201.

Concordando com Souza (2010) a resistência dos negros da Fazenda Candeal II, se traduziu, historicamente, nas formas de afirmação da identidade por parte dos seus moradores, no processo de organização comunitária, nas relações estabelecidas na/com

a terra, e na construção cotidiana da autonomia por parte dos sujeitos coletivos. (p. 71). A memória foi um instrumento de fundamental importância na retomada de relatos passados, para Pereira (2015), “a memória coletiva local relaciona a formação da comunidade ao período da escravidão e, esta com as disputas por terra na localidade” (p. 85). Nesse sentido, a memória constitui-se como elemento crucial na reconstrução de um passado de resistência, e na reelaboração das lutas no tempo presente.

A comunidade tradicional Quilombola Fazenda Candéal II como outras comunidades negras rurais quilombolas de Feira de Santana (BA), surgiu a partir das experiências de resistência vivenciada pelo povo de origem africana e pela organização dos trabalhadores rurais que povoaram este território e construíram sua história, identidade e tradições através da relação de pertença com a terra.

Sobre esse aspecto um morador relata que:

A história do Candéal é o seguinte, Candéal tem história longa, longa mesmo a história do Candéal foi (sic) lá pro ano de 17. No tempo da escravidão. Foi área de escravos e era tempo do coronel Antônio Alves, que aqui no Candéal nasceu o nome do Candéal. E Antônio Alves era o dono da fazenda. Mas como foi que ele adquiriu essa fazenda? Através daquele tempo que ele era coronel e tomou as terras do povo, enterrando um, e enterrando outro ele metia o chicote, tomava a terra na raça, que ele era o coronel! (Acervo da ACDC, 2016).

Segundo documentos da comunidade, “Foi assim que foi criado. E hoje é criado por isso, foi tomado em sangue, foi entregue em sangue, que não era para ser em sangue, mas infelizmente foi”. (Acervo da ACDC, 2016). Embora estudos de Souza (2010; 2016); Vitorio, (2015) Souza (2010, 2012), apontem mais em direção para formação e ocupação das terras e formação dos Quilombos a partir do século XX, não se pode restringir o fenômeno a este marco temporal, pois a partir da análise do material apresentado pelas pesquisadoras e confrontados com a memória dos velhos, pode-se inferir que há um vazio na historiografia, mas muito presente na memória coletiva da comunidade de que quando aconteceu a peste do Jacu, já havia indícios que nos leva a afirmar que entre o Cerrado e Balagão, havia um Quilombo Histórico, organizado nessas terras.

Dialogando com Leite (1999, p.134) trazemos no modelo de organização comunitária construída pelos sujeitos quilombolas da comunidade da Fazenda Candéal

II, um entrecruzamento das histórias de resistências e conquista do território através de lutas em que, “as histórias se iniciam com um pequeno grupo familiar em busca de um lugar para viver: instalando-se em terras devolutas do Estado, [...] O grupo cresce, torna-se uma família extensa ou várias delas vivendo como “uma comunidade”(p.134), no caso da Fazenda Canddeal II.

Aquele Cerrado já foi o Cerrado, minha fia, ali é que era festa viu, tinha o oratório, o quarto do Santo, a casa de farinha e o cemitério. Nas noites de reza de São Cosme Damião, [...] e nas festas de Deus Menino e de Santo Rei vinha gente de todo canto, era uma boniteza só, tinha barracas de comida, rifa, leilão as cantigas de roda, o pessoal da vargem da Teia, da Candéia Grossa da Formiga vinha de ante ajudar e participar da festa, ali que era festa. (Acervo comunitário ACDC, 2020)

Seguramente esse fato, provém do primeiro agrupamento de negros que habitaram a região a partir do crescimento das famílias do Cerrado se deu origem várias outras comunidades quilombolas no município de Feira de Santana.

### 3.2 A titularidade da Terra a partir da constituição de sujeitos de direitos

Na seção anterior, foi possível analisar a (re) construção do processo de reconhecimento de “Comunidades Tradicionais” em Feira de Santana, a qual propiciou a constituição e valorização da identidade negra quilombola da Fazenda Canddeal no Distrito da Matinha. O que nos conduziu a uma compreensão sobre as teias de parentesco, compadrios, pertencimento e redes de solidariedade e de produção, estabelecidas entre as comunidades quilombolas feirenses, formadas desde o Quilombo histórico do Cerrado e permanecendo até os dias atuais.

A articulação de dados coletados (questionário, entrevista semiestruturada, atas, fotografias, conversas informais, acervo da ACDC – gravações “**memórias dos mais velhos: saudades dos parentes**”, 2016, 2020), permitiu melhor caracterização da comunidade revelando aspectos históricos na dinâmica de organização que fazem destas comunidades um *ethos* de quilombo contemporâneo (com suas memórias, lutas sociais, suas conquistas, sua identidade, sua estética, seus jeitos de viver e conviver na atualidade).

A fazenda “Canddeal” tem um legado histórico de luta, resistência e organização social. Isso é apontado na maioria das pesquisas sobre a Matinha, em que destacam

fatores relevantes na formação do povoado e ocupação das terras. “Nós adquiriu a posse, repetindo porque a terra era terra solta, não tinha uma pessoa segura, para dizer que a terra era sua”. (Acervo da ACDC, 2016.). Território apontado como espaço de potencial agrícola, ou seja, agricultura familiar, como afirma Nascimento (1997), “a Matinha, zona tipicamente agrícola, é caracterizada por uma população ativa de pequenos agricultores. Portanto, a terra, a família e a habitação formam o núcleo comunitário (grifo meu)” (p.105). Assim, a terra é o bem mais valioso para os sujeitos deste território, sendo ela, o meio de garantir a continuidade da existência do povo preto e a força da sua identidade.

O município de Feira de Santana faz parte do território de Identidade Portal do Sertão localizado em duas áreas climáticas de bastante relevância para atividades produtivas, o semiárido, caracterizado pelo *bioma Caatinga* com distintas variedades da fauna e da flora resistentes a longa estiagem, e o *bioma da Mata Atlântica*, propício para variedade de cultivos<sup>17</sup>. Segundo Freitas (2009),

A história de ocupação do Território do Portal do Sertão tem dois fenômenos marcantes: o primeiro, agrário a partir do povoamento no período da colonização pela pecuária, no desbravamento do sertão e da cana-de-açúcar na Mata Atlântica, voltada para a ocupação de propriedades com grandes áreas e o mercado externo; e o segundo, posteriormente com o processo de ocupação que “transforma uma área essencialmente rural dedicada predominantemente à pecuária, em espaço urbano de significativa importância nacional (FREITAS, 2014, p. 2009).

O Território Portal do Sertão possui atualmente dezessete comunidades Quilombolas certificadas pela FCP, mas segundo o movimento quilombola, o número é bem maior que o apresentado pelos dados oficiais.

Tabela 1 comunidades quilombolas certificadas/reconhecidas do Portal do Sertão

<b>Nº De Ordem</b>	<b>Nº Processo na FCP</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
--------------------	---------------------------	-------------------	------------------	------------

17.Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia(2018), o estado foi subdividido em Territórios de Identidades a partir da especificidade de cada região, para melhor planejar a criação de políticas públicas de estado. De modo que território baiano ficou dividido em vinte e sete Territórios de Identidade. Porém o estudo se limita ao Território Portal do Sertão, mais especificamente uma comunidade rural Quilombola do município de Feira de Santana. O Território Portal do Sertão é também com acentuado por rico patrimônio imaterial.

<b>01</b>	01420.001059/2007-11	Lagoa Grande	Feira de Santana	2007
<b>02</b>	01420.001911/2010-56	Bete II	São Gonçalo dos Campos	2010
<b>03</b>	01420.003428/2009-72	Gavião, Cavaco e Paus Altos	Antônio Cardoso	2010
<b>04</b>	01420.004887/2010-15	Tapera Melão	Irará	2010
<b>05</b>	01420.000868/2011-92	Baixinha	Irará	2011
<b>06</b>	01420.004355/2011-51	Massaranduba	Irará	2011
<b>07</b>	01420.004353/2011-61	Olaria e Pedra Branca	Irará	2011
<b>08</b>	01420.001913/2010-45	Bete I e Gameleira	Conceição da Feira	2013
<b>09</b>	01420.001376/2014-67	Matinha dos Pretos	Feira de Santana	2014
<b>10</b>	01420.016129/2013-84	Curral de Fora	Água Fria	2014
<b>11</b>	01420.003711/2015-42	Pinguela	Amélia Rodrigues	2015
<b>12</b>	01420.012321/2016-44	Fazenda Candéal II	Feira de Santana	2017
<b>13</b>	01420.103270/2018-21	Subaé	Antônio Cardoso	2018
<b>14</b>	01420.100160/2019-98	Santo Antônio	Antônio Cardoso	2019

Fonte: FCP, 2019. (Apud, DUARTE, 2019).

O município de Feira de Santana, oficialmente, tem três comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Segundo relatos de lideranças comunitárias das comunidades de Candéal II, Lagoa Grande e Matinha dos Pretos este número pode ser ampliado em aproximadamente quinze comunidades com características quilombolas, não certificadas. No entanto, não há dados oficiais sobre isso. É possível observar que existe uma distância significativa entre as comunidades “certificadas” e as comunidades que ainda não foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Isso nos leva a duas hipóteses: primeira que muitas comunidades não dispõem de informações suficientes para assumir o processo de busca pela certificação, já que este processo é um caminho difícil e burocrático.

Segunda hipótese, os órgãos competentes pela certificação carecem de um maior conhecimento sobre as relações territoriais existentes nos quilombos, as quais são



determinantes para o entendimento de que, em muitos casos, o quilombo não é formado por apenas uma comunidade, mas é composto por vários povoados fragmentados no mesmo território. Como afirma Ferreira (2020, p.14), que as comunidades quilombolafeirense Fazenda Candeal II, Lagoa Grande e Matinha dos Pretos, possui raízes familiares e relação histórica com o quilombo do Cerrado. Porém, estas comunidades ainda não tiveram a demarcação e titulação de suas terras. Vale ressaltar, que a situação da Comunidade Fazenda Candeal II é um tanto emblemática, visto que a comunidade conquistou o título definitivo de suas terras, no período anterior a legislação que reconheceu o direito à titulação das terras quilombolas.

O município de Feira de Santana, situado a 120 quilômetros de Salvador, teve seu início nas terras do Paraguaçu, composta por terras das Itapororoca, Água Fria e Jacuípe. O município está situado na região nordeste do estado da Bahia. As informações provindas do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) indicam que Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado da Bahia com população total de 556.642 ficando atrás apenas de Salvador, capital do estado e com um total estimado em 2019 é de 614.872. Atualmente a economia gira em torno do comércio, indústria e serviços, mas também, tem a contribuição da agricultura familiar.

O município tem atualmente 8 distritos rurais, são eles: Bomfim de Feira; Governador João Durval Carneiro (antigo Ipuacu); Humildes; Jaguará; Jaíba; Maria Quitéria; Matinha e Tiquarucu. Os distritos estão distribuídos nas várias regiões: norte, sul, leste e oeste do município. No entanto, os distritos têm características que são muito peculiares, quanto a forma de produção, tanto nas manifestações religiosas, culturais, organização social, políticas e educacionais.

Com a divisão territorial do distrito de Maria Quitéria, Matinha é o mais recente distrito criado do município de Feira de Santana, tendo sua emancipação datada no ano de 2008. O novo distrito – Matinha passa a ser integrado por dezesseis comunidades: Alecrim Miúdo; Alto do Canuto; Alto do Tanque, Baixão; Candeal II; Candeia Grossa; Capoeira do Rosário; Jacu; Jenipapo; Moita da Onça; Olhos D`Águas das Moças; Tupy; Tanquinho; Santa Quitéria; Vila Menilha, além da comunidade sede Matinha dos Pretos.

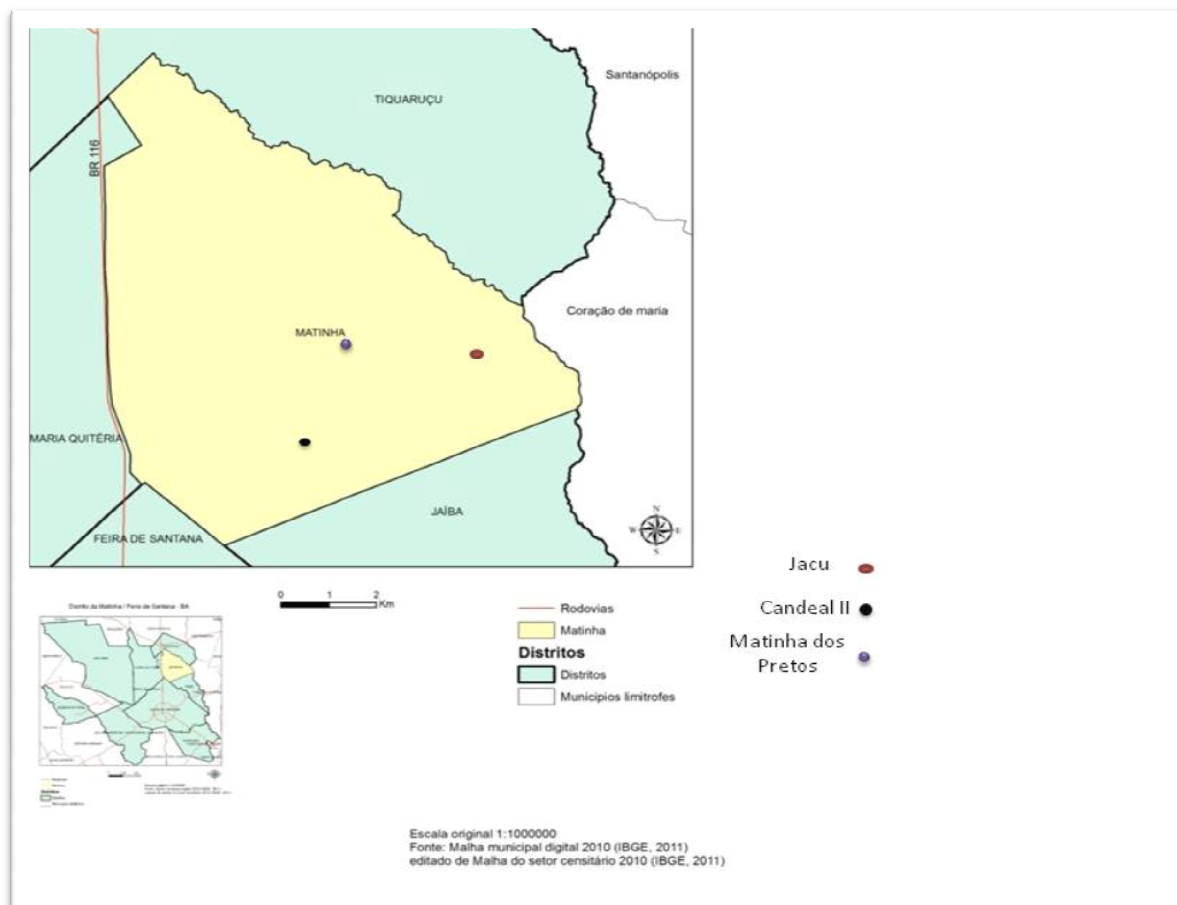
O nome “Matinha” possui um valor simbólico e afetivo muito forte, pois representa a história da localidade, visto que Matinha remete a história do território

local, lugar de abrigo para os negros escravizados que fugiam dos maus tratos sofridos na Fazenda Candeal, mas também é um lugar de muita fé e devoção a São Roque, história que também é contada sobre a fundação da comunidade “Matinha dos Pretos”, outro episódio relacionado a uma promessa feita por uma moradora, de que implantaria um cruzeiro em homenagem a São Roque, caso a Peste do Jacu, não chegasse até a Matinha<sup>18</sup>.

A seguir o mapa apresentando a localização das comunidades em relação ao fluxo migratório, citado anteriormente, entre as comunidades de Matinha, Jacu e Candeal II. Nos interessa com especificidade nesta pesquisa, o percurso do distrito da Matinha e em especial a sua comunidade Fazenda Candeal II –comunidade tradicional quilombola.

---

<sup>18</sup>. A memória da formação da comunidade Matinha dos Pretos, segundo memória dos moradores remete ao “fincamento” de um Cruzeiro na localidade da Matinha, em honra a São Roque caso, a Peste do Jacu (bubônica) não se avançasse sobre a localidade. Ver estudos de Railma Santos Souza, 2014, 2016.



Fonte: arquivo cedido por Vitório, Maria Aparecida, 2014.

É nessa dimensão que “ocorre o grosso da sociabilidade cotidiana”. (NASCIMENTO, 1997, p. 106. Apud, VITORIO, 2015, p. 23). Nota-se que as relações construídas no passado, foram se solidificando na interação no território do distrito de Matinha, que por sua vez foi se configurando numa rede de pertencimento, o que contribuiu significativamente para o reconhecimento das comunidades Tradicionais Quilombolas no distrito da Matinha. O território é formado a partir fortes relações parentais, possui um caráter singular atravessado por conflitos e conquistas, porém, o seu dia a dia é permeado pela construção de redes de solidariedade, o que contribuiu para intensificar mobilização coletiva em busca dos direitos.

Além da experiência de luta e resistência pela garantia do direito à terra, outros aspectos como: a religiosidade, relações de parentesco e solidariedade, trabalho familiar e práticas culturais confirmam a existência de um Quilombo Histórico na região.

Quando comecei a entender, sabia que a terra aqui era devoluta, quer dizer que a gente, os nossos pais quando chegou já tinha uma casa no terreno que foi de um morador né [...]antes de pai já tinha mais moradores um senhor chamado Julião, dona Timótea, Chico né, já era

todos que morava nessa comunidade [...] foi quando teve um senhor que chamava Artur né, que ele começou a cobrar renda. Mas a terra era devoluta. (Acotirene, trabalho de campo, 2020)

O relato de uma das moradoras, demonstra que uma das condições favoráveis a tomada de consciência sobre o direito sobre àquelas terras esteve diretamente ligada ao conhecimento/formação, vivência e memória dos seus antepassados. Uma outra ideia muito presente na comunidade estava relacionado ao fato de quilombo está unicamente associada a fuga, porém essa visão sobre origem dos negros no Brasil, foi sendo ressignificada, atribuindo ao conceito, muitas versões para designar os modos de resistências a opressão ao sistema escravista. A experiência vivenciada na luta pela terra na fazenda Candéal, teve grande relevância na conquista de direitos e no fortalecimento da identidade quilombola positiva na região.

Documentos comunitários retratam esta trajetória de lutas sociais no campo, na história da comunidade: “a história de luta dos quilombolas do Candéal, vem de muitos anos, antes da época do conflito” (acervo da ACDC, 2016). O conflito agrário é referente ao assassinato de uma liderança local na década de 1970 do século passado, e podemos afirmar que a disputa pela terra vem de longe, desde os tempos da escravização, também é ressaltada a resistência dos escravizados em não ceder facilmente às pressões das classes hegemônicas que atravessam nossa história por décadas.

É importante destacar que durante muito tempo, o tema sobre a escravização e o conflito agrário em que o morador da comunidade, senhor Joaquim Pereira dos Santos foi assassinado, ficou “adormecido” nas rodas comunitárias do Candéal.

Quando eu percebi foi os policiais tudo de rife armado garrando eles, esse Zé resistindo por causa que estava com a espingarda esse gavião mandando Zé jogar a espingarda e aí eu fiquei doida fiquei assim rodando se era de eu seguir pra cá eu voltei de novo pelas veredas para sair no terreiro de casa, quando cheguei no terreiro de casa só vi os pipocos ( ) aí eu sair correndo abaixadinha por dentro do capim aí sair aqui na vereda de comadre roxa. (Acotirene, trabalho de campo, 2020).

O violento processo de expropriação deixou profundas marcas na vida dos moradores que vivenciaram o conflito local, por muito tempo a comunidade não conseguia falar sobre esse assunto. Ainda hoje, são falas carregadas de sofrimento e medo, de incerteza do dia seguinte, demonstrando as tensões vivenciadas na época, como pode ser visto neste depoimento: “vivia traumatizada com aquilo com essa

situação, foi tempo que levei para relaxar. Eu saia daqui e ia ajudar mãe lá embaixo e quando eu vinha de manhã cedo eu vi o trator zoar aqui em cima e me deu medo acabei perdendo a criança através”. (Acotirene, trabalho de campo, 2020). Estas lembranças remetiam a um cenário de muito sofrimento, que até os dias de hoje, causa medo e dor na memória dos mais velhos do Candeal.

Com um histórico de luta e determinação no enfrentamento das forças políticas e agrárias do município, Candeal tornou-se um marco de resistência para as demais comunidades rurais, influenciando-as na retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos domínios dos latifundiários.

A luta em defesa da terra ocorrida em Candeal iniciada no final da década 1960 perdurou em torno de quinze anos. Nesse período que data de 1968 até 1982, foi muito marcado pela violência física e simbólica que traz memórias difíceis para a comunidade local, e foi amplamente registrado em trabalhos como: FONSECA (2020); SOUZA (2010, 2012), SOUSA (2014, 2016), VITORIO (2015). E pode ser acessado em recentes pesquisas e documentos (DOSSIÊ, 1976 -1979; JORNAL FEIRA HOJE, edições dos dias: 08, 20 de maio de 1976; JORNAL FOLHA DO ESTADO nas edições de 07, 08 de maio de 1976).

Os relatos comunitários vão passando dos moradores mais antigos para os moradores mais novos em muitos dos eventos que buscam a “história da comunidade”, no exercício da dinâmica *quilombo histórico* e *quilombo contemporâneo*. Eventos violentos ao serem contados pelos moradores mais velhos, serviram de base para o trabalho de conscientização da importância da construção de uma identidade quilombola que pudesse sustentar a necessidade do reconhecimento da titularidade. Os primeiros passos para organização do coletivo familiar dentro da comunidade que moravam e produziam na terra. Um debate que transita entre a identidade e o direito à propriedade da terra, e que por sua vez resulta na possibilidade de uma vida digna no campo, como podemos perceber no relato de Segundo Acotirene, durante a pesquisa de campo,

A gente dormia assustado ali naquela casinha, de noite não podia sair de casa, o trator podia derrubar a casa, foi uma luta que a gente chegou a perder companheiro, mas a gente resistiu né e tomamos aqui

A narrativa comunitária se reporta aos instrumentos e episódios de violência simbólica e física que apesar de fortes na memória local, foram pouco discutidos e

divulgados na época do ocorrido. Estes episódios narrados pela história oral comunitária, foram extremamente relevantes para o processo de reconhecimento e fortalecimento do território quilombola de Fazenda Candéal II. Não só pelas tragédias neles envolvidas, mas também pelas reações de organização, solidariedade e resistência presentes neste cenário.

De forma enfática as pessoas de mais idade afirmam que as terras do Candéal não tinham um dono e que seus habitantes plantavam livremente como meio de prover sua existência, até aparecer um fazendeiro se dizendo dono de todas aquelas terras. Os modos de resistir ao processo de expropriação foram construídos historicamente pelas comunidades negras rurais e quilombolas forjado nas lutas coletivas. Para (Almeida, 2020) “foi no século XX, que os movimentos sociais assumiram decisivo protagonismo político. Formaram intelectuais de produção variada constituídos sob a influências de várias matrizes teórica”. Fundamentando-se em alguns estudos sobre a temática específica, buscou-se analisar a organização comunitária a luz da dinâmica social no movimento de contradição da sociedade capitalista, cabe destacar que nessa dinâmica tais contradições também operam como fator determinante para criação de políticas públicas para os quilombolas.

Em 1970, em pleno período da ditadura militar no Brasil, a comunidade quilombola buscou a ajuda de instituições vinculadas ao debate sobre a violência sofrida pela população do campo com a classe trabalhadora, e então teve acesso à assistência do Movimento de Organização Comunitária – MOC e da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Na perspectiva deste processo de resistência política foi também acionado o apoio da Igreja Católica, através do Movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs<sup>19</sup>

Assim sendo, a bandeira de luta dos movimentos sociais enfatiza a dinâmica da formação humana nas dimensões de valorização sociopolítica da cultura e da identidade, dos povos do Campo e quilombolas, concebendo a educação como mola propulsora para emancipação político-social, reivindicada pelos sujeitos em movimento e pensada para e com os sujeitos, coletivos de Direitos. O quilombo histórico é uma referência de luta e resistência que inspira o Quilombo contemporâneo na ressignificação das lutas do tempo presente, compreendendo que o espaço de ocorrência dos fenômenos sociais situa-se no debate do direito, que engloba a dimensão política, religiosa, econômica,

---

19

cultural pondo na seara da disputa elementos fundantesao bem comum e equilíbrio social, ou seja, condiçãodignas manter a existência humana,alicerçada nos princípios da ação da liberdade política ancorado na justiça social.

É nesse contexto de labutas, foi se configurando a reorganização e luta em defesa de direitos, como a garantia de uma escolarização pública de qualidade pautada nos princípios étnicos tradicionais, culturais e identitários da comunidade. Segundo Fonseca (2012), embora o direito à educação seja considerado como direito universal do homem, no Brasil, esse direito vem sendo duramente conquistado pelos trabalhadores rurais e, ainda se evidencia o desmando por parte do estado na implementação e execução de políticas públicas voltadas à população do campo Quilombola.

Nesse sentido, a identidade Quilombola ganha dimensão e significados positivos numa perspectiva de valorização da cultura e saberes deste povo, ao passo que foi corporificando uma identidade sociopolítica mobilizadora de muitas lutas sociais. No debate da Educação do Campo, Caldart (2008) encontra momentos importantes nas lutas sociais por educação:

A Educação do Campo é negatividade – denúncia/resistência, luta contra. Basta (!) de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância [...]. A Educação do Campo é positividade – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola [...]. A Educação do Campo é superação – projeto/utopia: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana’ (CALDART, 2008, p. 67-86)

E assim acontece com a educação quilombola no campo, quando a cultura e a ancestralidade editam o significado da comunidade na sua dinâmica de vida e atualidade. Essas peculiaridades na preservação da cultura são entendidas por Maria Cristina Sampaio (2013), como: “a cultura e a identidade negra no Brasil foram assim (re) elaboradas através desses objetos negros e da tradição oral, atrelados a um processo de resistência e troca de símbolos, signos e ideias, entre a África, e Brasil”(p.106). Da estrutura dos Quilombos históricos ainda encontramos algumas marcas importantes que

editam uma forma de se vivenciar a experiência quilombola do campo, como a organização comunitária, as constantes conexões com as lutas sociais e o processo de resistência e enfrentamentos no exercício das conquistas e das garantias dos direitos sociais. Este legado é preservado pela memória dos mais velhos, e transmitido através da oralidade, para as gerações mais jovens.

O território é formado a partir fortes relações parentais, possui um caráter singular atravessado por conflitos e conquistas, porém, o seu dia a dia é permeado pela construção de redes de solidariedade, o que contribuiu para intensificar mobilização coletiva em busca dos direitos.

### **3.30 Papel da Organização Comunitária no Processo de Formação Política para Reconhecimento do Território Quilombola na Fazenda Candéal II.**

Na efervescência das lutas sociais deflagrada no país com o regime civil militar os moradores começam a se organizar, como afirma (Acotirene, trabalho de campo, 2020) “a mobilização já vinha bem de antes, tinha várias reuniões, quando os maridos não estavam, as mulheres iam também né, no lugar dos maridos para fortalecer a luta”. A partir do relato, inferimos que a dimensão de organização comunitária da Fazenda Candéal está entrelaçada com a trajetória histórica e social de muitas comunidades quilombolas da região, em que homens e mulheres se “aquilombavam” em defesa de sua existência, “[...] neste caso, a ligação com a história quilombola é restituída enquanto vínculo sociocultural e histórico com um tipo e qualidade de organização social” (CHAGAS, 2001, p.2017), em que a luta pelo direito à terra constituiu-se como eixo de organização do povo negro, suscitando espaços de mobilização coletiva na disputa pelo direito.

Neste texto, adotamos noção de comunidade como um espaço onde são construídas as relações cotidianas mediadas pelas ações coletivas de sujeitos de direitos, um espaço de organização social e participação política em constantes disputas, mas que tem no princípio do “bem viver” o elemento chave para convivência comunitária.

Para além dessa visão, a identidade quilombola na comunidade aparece caracterizada a partir de três dimensões: o acesso à terra, a educação e a forma de produção, esses elementos serviram como base fundamental na reedição dos processos de consolidação do quilombo contemporâneo. Processo intensificado pós política de



ações afirmativas e inserção de jovens da comunidade no Ensino Superior. Nesse sentido, torna-se fundamental identificar as instituições existentes na Comunidade quilombola Fazenda Candéal II, e o papel destas no processo de fortalecimento do reconhecimento enquanto comunidade tradicional quilombola.

No ano que foi reconhecida né, em 2016 a nossa, comunidade foi reconhecida né, a escola não participou muito porque foi através da associação, não tinha muito contatada escola com a comunidade, é um pouco afastada, mais o reconhecimento da escola com a comunidade seria muito importante né (Luiza Mainh, trabalho, 2020).

Ao confrontar as informações prestadas pelos sujeitos participantes da pesquisa com informações contidas em documentos da ACDC e EMJPS, percebeu-se que o debate do reconhecimento trouxe distintas formas de abordar a temática por cada instituição já acima citadas. “A contribuição que ambas as instituições podem dar é do conhecimento e dos saberes sobre todo o processo histórico para ter o reconhecimento de comunidade quilombola” (Zeferina, trabalho de campo, 2020). Dentro dessa perspectiva, é importante destacar a politização “dos sujeitos em movimento” como elemento central no processo de reconhecimento, tendo em vista sua relevância para conquistas de direitos do povo quilombola.

Acho muito importante a escola fazer esse trabalho porque só assim os nossos netos vão se reconhecer. Porque a situação que vai daqui um tempo os nossos netos, bisnetos, não vão se achar na realidade da roça, só vai achar na realidade da cidade, mas a gente estamos querendo que eles tenha também a realidade da roça igual eu tenho né, a minha referência, nós queremos para os nossos que fique a nossa identidade. (Acotirene, trabalho de campo, 2020)

Assim, a consciência de sujeitos políticos com papel a desempenhar na disputa pela hegemonia na formação política da “comunidade” configurou-se como principal ferramenta de luta coletiva na articulação com vários segmentos de movimentos sociais, de igrejas, universidades etc. no enfrentamento ao racismo no Brasil. É importante afirmar que, a trajetória histórica dos sujeitos de identidade impulsionou a luta coletiva para acessar a política de reconhecimento, e a respeito do papel EMJPS e da ACDC no processo de reconhecimento (Acotirene, trabalho de campo, 2020) afirma que

O papel foi todo da associação, foi um trabalho da associação. A escola não teve nada, a associação foi quem passou para escola. A associação desenvolve né, agora a escola não, até aqui estamos lutando para que chegue a essa realidade, mas até hoje, ainda não chegou.

Na fala da entrevistada, é possível identificar as relações que direcionaram a formação sociopolítica da comunidade, forjada no bojo da luta pela garantia da terra. A compreensão dos modos de organização dos quilombos rurais num cenário de conflitos agrário, foi imprescindível, assim como, percepção sobre as redes de enfrentamentos constituídos através da resistência e luta pela terra, conseqüentemente, a luta pela garantia do direito existência e legados do povo quilombola. “Foi uma pressão muito forte em cima de nós posseiros, daí que a turma começou a se organizar entre 1968 e 1970, por que Ele (o fazendeiro) dizia que a terra era dele” (Acervo comunitário, ACDC, 2016). A fala desse morador, assim como a de outros moradores, indicam que o conflito agrário foi um elemento catalisador para organização comunitária e mobilização popular na fazenda Candeal II, fator que corroborou com o acirramento na disputa por direitos.

A organização foi tão assim louvável, a organização que a gente mesmo sempre fez e ficou como uma prática nossa a união. Um sozinho não era possível, mas junto era possível. É ele começou a destruir a roça de um companheiro e, nessa ação aí a gente chegou a reunir noventa pessoas, chegamos pra roça dessa pessoa, chamado Rogaciano e lá nós impediu que o trator invadisse, cercamos o trator, nos dando as mãos, e combinamos e derrubasse a casa e nós partia pra cima. (Acervo comunitário, ACDC, 2016)

Isso revelou a importância da mobilização e luta coletiva para acessar políticas sociais, onde o direito à terra, trabalho e educação é condição estruturante para acessar uma sociedade democrática bem como a compreensão do histórico de violência e exclusão imposta para o povo negro ao longo da história do Brasil. Embora, houvesse muitas tentativas de silenciamento por meio da branquitude legitimada pelo estado brasileiro, os conflitos raciais sempre foram um empecilho no acesso a políticas sociais, por outro lado, a luta e resistência se fez ser ouvida, subvertendo a ordem racista. Por isso, é que defendemos o caráter da organização coletiva como a possibilidade de transgressão de um modelo de sociedade estruturado nos moldes da supremacia branca.

Nessa perspectiva, compreendemos o debate da formação política como essencial para ressignificação das demandas e lutas do quilombo contemporâneo, tendo em vista que a formação se constitui uma ferramenta fundamental para organização sócia comunitária e tem contribuído significativamente para consolidação do caráter de resistência e lutas por direito.

Durante o processo de busca pelo reconhecimento quilombola a comunidade do Candeal atuou junto a outras comunidades rurais no intuito de fortalecer as relações comunitárias em defesa do território rural e quilombola. Articulando-se com a CEAQ/CONAQ, Instituições de Ensino Superior, Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola, Núcleo de Educação Escolar Quilombola SEDUC. Dessa forma, desde o ano de dois mil e quinze a comunidade através da associação mantendo um diálogo profícuo com outras comunidades rurais, no sentido de ampliar as discussões sobre as conquistas ameaçadas pelos riscos de retrocessos, impostos pela conjuntura política e social, implantada no país no ano de 2016, construir uma rede de articulação foi essencial para enfrentamento dos riscos referentes a perda de direito.

Para consolidar o conhecimento legal, a comunidade quilombola Fazenda Candeal II através da Associação Comunitária preparou uma agenda de formação sociopolítica apresentando e discutindo as várias facetas deste processo. “Fizemos reuniões ouvindo as pessoas os moradores da comunidade, formações né fortalecendo a identidade de cada um” (Dandara, trabalho de campo, 2020). A articulação se deu internamente e com outras Comunidades já certificadas, para mobilizar ações em torno do processo de reconhecimento legal junto à FCP.

Com isso, foi reafirmada a relação entre as comunidades e outras instâncias do movimento social, iniciada no passado, reeditada na atualidade, sob as várias dimensões da organização e articulação comunitária iniciada “de dentro para fora” instigada por questões do cotidiano que impactavam negativamente nas condições de vida e sociabilidade da população afrodescendente. Para Leite (1999), é a partir da tomada de consciência do papel social como sujeitos de identidade que os grupos minoritários, a exemplo dos quilombolas travam lutas a fim de ter sua existência reconhecida como sujeitos de direito.

Com a leitura das atas sobre a temática do reconhecimento quilombola, foi identificado três momentos de mobilização que considero centrais, e norteou o processo de reconhecimento a saber: nos meses de maio, junho e julho foram discutidos o direito

de ser reconhecido como comunidade quilombola, apresentação da **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais PNPCT**<sup>20</sup>, e do **Programa Brasil Quilombola**. Já nos meses de agosto a outubro, as discussões foram permeadas com questão mais ligada a identidade e direitos, com os seguintes temas: “quilombo meu lugar, minha origem”, “o território quilombola de Matinha e Candeal e os direitos básicos da comunidade” e “território quilombola: demarcação, produção de alimentos e alimentação escolar” ainda em agosto foi realizada a primeira assembleia geral para a comunidade decidir se se aceitaria ou não, se autodeclarar como quilombola.

No mês de novembro, foi discutido sobre a participação de um membro da instituição no Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola, e na revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidade Negras e Indígenas de feira de Santana – CONDECMI, discutido sobre a realização da Primeira Semana da Igualdade Racial do Candeal II, com o tema : “A Identidade da População Negra do Campo: a Valorização como Forma de Preservação da Memória”, vale destacar que este evento, foi uma realização do Grupo de Mães da Escola, as atividades do evento aconteceram no espaço da Escola.

No que concerne a análise de dados referentes as entrevistas, nota-se que todo processo de busca para fortalecimento do reconhecimento quilombola esteve diretamente ligado a formação sociopolítica dos sujeitos construída no decorrer dos tempos, e ultimamente desempenhado pela ACDC. Assim nesse tópico analisaremos as informações trazidas pelos participantes em relação a: ser quilombola, a importância da formação no fortalecimento da comunidade e o papel das instituições locais, escola e associação, no fortalecimento do reconhecimento quilombola.

Nesse sentido, destacamos o modo estratégico que permeou o fortalecimento do reconhecimento do território tradicional quilombola, inerente ao caráter histórico de resistência enfrentado pelos quilombolas nas diversas fases de opressão sofrida nas terras brasileiras. Ressalta-se que todo processo de discussão foi mediado por pesquisadoras quilombolas das comunidades de Candeal II, Lagoa Grande e Matinha

---

<sup>20</sup>.[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Art. 1º. Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

dos Pretos. “Com rodas de conversas na escuta dos mais velhos sobre a história da comunidade. A história do povo do Candéal é marcada por luta e organização coletiva marcada por luta e resistência de um passado que reflete em ações do presente” (Maria Felipa, trabalho de campo, 2020). Isso fez com que a ACDC se tornasse um espaço propício para consolidação e fortalecimento do território tradicional quilombola da Fazenda Candéal II.

A descrição de uma moradora, retrata a compreensão sobre a condição do povo quilombola.

A gente escondia a nossa identidade, é porque através do racismo ou até por não conhecer. Porque antigamente a gente não se reconhecia e as vezes se achava até inferior porque era negro né, por falta do conhecimento, sim, por falta do conhecimento. E devido os brancos que a gente achava que tinha né, antigamente tinha muitas pessoas que ia buscar os brancos para fazer um trabalho né que a vez o negro né não dava valor o negro, e a gente sentia... naquele tempo talvez a gente não sentisse né, porque achava que era assim mesmo, mas depois que a gente passa conhecer é que a gente ver a real situação nossa. E hoje ainda, a gente tamo sendo, é sofrendo racismo por causa de nossa cor, de nossa pele porque a gente sabe que o governo que existe não nos reconhece como negro, sempre nos recusa, acha que o negro não vale nada, mas a gente hoje temos que buscar, correr atrás buscar os nossos direitos e ainda a gente sabe, mas ainda não ta certificado pelos governantes que estão ai (Acotirene, trabalho de campo, 2020).

As informações prestadas pelos entrevistados, revelou um passado pela tensão e invisibilidade vivenciadas pelas comunidades rurais quilombolas, espaço configurado pela força dos coletivos para inserção de uma outra lógica do bem viver. Assim, a partir das falas, foi possível compreender as informações que caracterizam a formação política na dinâmica de organização da comunidade.

Eu acho que é isso aí, a gente tem que confiar na gente e nos fortalecer né buscar coisas que a gente possa viver bem, viver melhor que as coisas podem ser modificadas né, bem melhor, e ainda mais com essa tecnologia que tá aí que tem coisas boas e por uma educação e através de educação você transforma o mundo, eu acredito em um mundo transformado pela educação” (Dandara, trabalho de campo, 2020).

Nota-se a importância da formação no fortalecimento da comunidade. As fontes escritas assim como os relatos, indicam a direção de que a formação sociopolítica, foi o componente principal para consolidação e fortalecimento do reconhecimento quilombola foi o acesso ao conhecimento da condição de sujeitos de direitos. “É as vezes, eu tenho umas coisas assim que, eu me sinto orgulhoso de ser uma pessoa negra e

fico naquela luta sempre da roça, da lida da associação, e da comunidade, da nossa própria comunidade” (João, trabalho de campo, 2020). Outro relato, também descreve essa compreensão, porém ressalta que apesar da condição de sujeitos de identidade inferiorizados, tem consciência de sua condição de sujeito de direito.

As condições impostas pela sociedade capitalista trouxeram algumas implicações quanto a organização espacial da comunidade. A demora de acesso à escola foi uma das implicações que dificultaram um entendimento e ou aceitação de muitas pessoas da comunidade sobre a identidade quilombola, ora pela falta de entendimento, ora pelas dificuldades de assumir uma identidade associada a negros rebeldes, fugitivos e contraventores. “Entendo como quilombola, aquele que seja descendente e remanescente de comunidades formadas por escravizados fugitivos” (Zeferina, trabalho de campo, 2020). Percebe-se que comumente o ser quilombola está estreitamente ligado a uma noção de fuga e escravidão, ideia muito difundida pela história oficial.

Contudo, um longo processo de organização e formação permitiu que várias pessoas da comunidade construíssem uma visão positiva sobre o ser quilombola, assumindo a dimensão de sujeitos de direitos. “Quilombola é as origens da gente mais velhos, e as origens dos negos, então, hoje dia se botou o nome de quilombola, é as origens dos negos” (Joaquim, pesquisa de campo, 2020). Essa dimensão foi sendo desenvolvida ao longo da trajetória de mobilização e luta da comunidade para afirmação da organização do território da Fazenda Candéal. “Ser quilombola para mim é a gente se reconhecer, saber das nossas raízes, saber das nossas histórias” (Dandara, trabalho de 2020). Outra dimensão relatada é sobre a compreensão do passado histórico para entender as lutas do tempo presente. “É se reconhecer como negra, é que antes a gente desconhecia nossa identidade por não ter conhecimento na hora de fazer um documento se perguntava, você é preta, branca ou parda, botava parda, mas somos negros quilombolas” (Acotirene, trabalho de campo, 2020). Nesse relato, a moradora além de descrever as imposições provocada por sistema racista, ela também ressalta a importância do acesso ao conhecimento como meio de afirmar-se como sujeito de identidade.

Sobre o papel das instituições locais, escola e associação, no fortalecimento do reconhecimento quilombola os moradores relatam que foi associação quem conduziu todo processo de articulação e mobilização. Sobre isso, uma das moradoras relata a

importância da escola se articular com a comunidade para melhor desenvolver questões sobre a realidade da comunidade,

A proposta do grupo de mães foi tentar ajudar a escola, os professores com as crianças né, que nós vimos que tinha algumas crianças que tinha dificuldade então a nossa proposta é essa era ajudar buscar coisas que pudesse ajudar as crianças também, mais infelizmente a escola não abraçou, infelizmente era uma coisa muito boa trabalhar uma mão lavando a outra né a gente ajudava ela e ela nos ajudava também com os nossos filhos, mais infelizmente não deu certo e aí desestimulou porque chegando lá na escola você via que não era descredito (Dandara, trabalho de campo, 2020).

Analisando o papel da escola para mobilização acerca do reconhecimento, notou-se que a postura assumida pela escola foi uma postura de uma instituição a serviço da estratificação social e cultural que legitima, em sua ação mecanismos de reprodução das estruturas de poder. De modo que instituição, além de reforçar as estruturas dominantes, demonstrando pouco interesse em estabelecer parceria com a comunidade para busca da certificação, naquele momento, reforçou ainda mais os estigmas já existente em torno do ser quilombola.

Associação faz o trabalho no sentido de formação política, conscientização dos nossos direitos e valorização cultural para conservação da nossa história. Construindo formas de respeitar e valorizar os saberes ancestrais, a cultura local e garantir meios que a identidade da comunidade seja exaltada (digo nos aspectos positivos) e respeitada nos seus mais variados processos para o fortalecimento da comunidade (Maria Felipa, trabalho de campo, 2020).

Dessa forma, a educação quilombola como uma construção coletiva colaborativa entra na instituição escolar como forma de alargamento das lutas raciais e sociais empreendidas como parte da formação sociopolíticas. Como afirma Munanga (2006, p.29), “A luta contra a discriminação racial, as propostas para superação do racismo na educação escolar, a formação de lideranças negras para atuar na esfera pública” são algumas das ações que devem ser atentadas no processo formativos educacionais com vistas a garantia de políticas públicas.

Por fim, a última fase faz do processo de reconhecimento quilombola, foram em três momentos distinto a saber: realização da segunda Assembleia Geral para autodeclaração como quilombola; reformulação do Estatuto Social da Associação para adequação as normas de comunidade tradicional quilombola e a entrega da

documentação a FCP com o pedido de Certificação, cadastro geral no livro de registros de Comunidades quilombolas.

Para os sujeitos do quilombo contemporâneo, o desafio posto na atualidade é ter uma educação que a matriz de referência seja as lutas coletivas em defesa da terra, do território, das águas e da própria educação pública, ao propiciar o desenvolvimento de um processo formador que garanta a estes sujeitos transitar entre a tensa relação sociedade–estado na disputa pela hegemonia. Nessa perspectiva, foi garantido aos quilombolas o direito à uma Educação Escolar Quilombola, o que aponta para a necessidade de articulação entre as políticas públicas relacionadas aos direitos desta população a obrigatoriedade de respeitar os princípios e valores da cultura e identidade dos povos tradicionais.

Diante disso, pode-se compreender que o processo de reconhecimento dos territórios tradicionais quilombolas é parte de uma dinâmica de resistência e lutas na disputa por um projeto de sociedade, construído com base em relações de equidade, ou seja, que as igualdades de oportunidades perpassem por todas as classes étnica raciais. Destaca-se ainda, a relevância das políticas de cotas na reorganização das demandas comunitárias. Esse fato, tem demonstrado um pequeno avanço no acesso demais políticas públicas. Nessa arena de disputas, os quilombolas veem galgando alguns passos nas conquistas de políticas sociais. Foi nesse contexto que o debate do reconhecimento do território tradicional fortalecimento da

Identidade quilombola



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *A memória constitui-se como elemento crucial na reconstrução de um passado de resistência, e na reelaboração das lutas no tempo presente*

O diálogo proposto por esta pesquisa foi de uma conversa carregada de muitas memórias passadas, corporificadas no tempo presente, trazidas pelas narrativas comunitárias e enriquecidas pelas pesquisas acadêmicas. Neste caminho trilhado nos inspira acreditar na existência de outras possibilidades para garantir e qualificar um pedaço do tão sonhado “mato quilombola”.

E assim, tento descrever meu processo de escrita, que em mim se configurou como momentos de dor e prazer: dor, pois a escrita por si só é um ato muito solitário, traz sempre uma sensação de que estou lutando sozinha, frente à uma multidão de soldados armados.

Todavia, o movimento do caminhar é muito complexo, ora nos mostra um campo cheio de farturas e riquezas, ora nos leva por caminhos labirínticos. Eis o dilema, para mim de cultura predominantemente oral, ao adentrar no mundo acadêmico, confrontei meus medos, por vezes, senti estar perdida num labirinto, embrenhada numa linguagem rebuscada, mas super necessária, para acertar o caminho desejado. Foi um percurso angustiante e desafiador, a angústia de parecer não conseguir domar as palavras, as quais teimavam em fugir de mim com a velocidade de um redemoinho em dias de tempestades, percorrendo ferozmente entre o espaço da captação do pensamento e a transcrição para o mundo da escrita. Desafiador, pois me instigava a resistir e travar uma luta com as palavras, pois as considero como melhor forma de se expressar e vislumbrar o futuro.

Ao estudar os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas, percebemos a relação entre a educação e a sociedade implicada nestes processos, nela se encontra também a expressão das práticas culturais como retratarias da memória e ancestralidade do povo negro. Compreendemos que o fenômeno quilombo, impulsionado pelo processo de escravização dos africanos no Brasil, constitui-se num movimento de resistência e luta pela construção de um mundo possível. A reatualização das lutas passadas pelos sujeitos de direitos, busca dar tom às demandas dos sujeitos de

identidades no tempo presente, evidenciando o quilombismo como continuidade da organização coletiva iniciada lá atrás, mas que segue atualizando-se pelo quilombo contemporâneo.

Do que podemos classificar de “Quilombo histórico” (na sua origem secular) ao “Quilombo contemporâneo” (vinculado às raízes e conectado à atualidade), o lugar da “luta social e resistência” ficou conservado na memória dos mais velhos até os dias atuais, e por eles, deve ser reaprendido pelas gerações mais jovens. Para as comunidades negras rurais, a ancestralidade é um marcador que vem sendo reassumido positivamente em busca de resguardar toda uma gama de simbologias que se materializam através de práticas, ações e ensinamentos dos antepassados. É a resistência à escravização e toda forma de opressão são memórias importantes para o contexto dos Quilombos contemporâneos, uma vez que assumindo a identidade negra, esta população reivindica para si, a condição de sujeitos de direitos que buscam através da materialização de políticas públicas, possibilidades de “reparação” da sua condição histórica de “subalternidade” (ARROYO, 2012).

As lutas e labutas são legados deixados por nossos ancestrais e que se mantêm nos dias atuais, delas vieram também as conquistas e as ressignificações entre passado, presente e futuro, numa dinâmica sociocultural que nos desafia e nos oxigena, caracterizando-nos como um Quilombo Contemporâneo.

Os resultados da pesquisa, revelaram que o termo quilombo ainda é um conceito em construção para a historiografia e currículo da educação brasileira, uma vez que no conceito adotado institucionalmente para designar as comunidades quilombolas, ainda há muito dissenso e nem sempre expressa o fenômeno em sua realidade contemporânea. É preciso superar o modo de retratar o quilombo, por vezes, visão limitada ao passado longínquo, o que revela a necessidade de realização de mais pesquisas e estudos sobre a temática, tendo em vista que compreendemos a educação quilombola como uma das ferramentas necessárias para superação dessa visão.

Outro aspecto relevante, apontado pela pesquisa foi a formação do território do atual distrito da Matinha o caso da Fazenda Candéal II como território quilombola. Fato, que está para além dos dados oficiais, pois, o estudo revelou que muitas comunidades do território da Matinha, ainda não foram certificadas como quilombola pela FCP, mas apresentam fortemente as características de quilombo. Observamos que organização coletiva do *Quilombo Histórico* demarcou a organização comunitária no *Quilombo*

*Contemporâneo*, servindo de fonte de inspiração na organização e defesa do território do atual distrito da Matinha, desvelando aspectos históricos que foram reatualizados pelas demandas do tempo presente. As relações de parentesco e compadrios é de fundamental importância para entender o espaço e relação territorial, por vezes conflitantes, mas que é caracterizado por uma força singular que possibilita a resolução dos problemas sociais que os aflige as comunidades, fortalecendo a mobilização coletiva, potencializada a partir da implementação de políticas públicas.

A conquista do direito a posse e titulação de suas terras, possibilitou aos quilombolas o reconhecimento como sujeitos de direito, cuja identidade é determinada pelo caráter histórico de vivência de luta e resistência comum ao grupo étnico, os sujeitos de identidades passam a vislumbrar a conquista e acesso a outros direitos como educação, saúde, assistência, trabalho, condições de vida como um todo.

A busca pela história passada, assim como consciência de uma identidade negra e rural, o processo de organização comunitária, iniciado com ocupação do território do distrito da Matinha, ainda no século XIX, e intensificado no conflito agrário no século XX, prosseguindo até os dias atuais, foram elementos que consubstanciaram este trabalho de pesquisa. Tal processo tem contribuído para o fortalecimento da identidade e influenciado outros sujeitos a busca pelo reconhecimento da identidade quilombola. Tais conquistas, estão embasadas na relação intrínseca entre *Terra, Educação e Identidade*, como elementos fundantes para a busca do reconhecimento do território tradicional e fortalecimento da identidade quilombola. Nesse sentido, compreendemos que a educação é o pano de fundo para legitimar e alavancar os processos de lutas dos movimentos negros na contemporaneidade. Legitimidade conferida na relação da educação e sociedade como elemento chave para referendar a luta por direitos demandados pelos coletivos e sujeitos em movimentos.

A violenta história demarcada por conflitos agrários de luta pela terra na Fazenda Candéal II, foi de suma importância na deflagração do processo de mobilização e busca pelo reconhecimento da identidade quilombola pelos moradores da fazenda Candéal II e Matinha dos Pretos, assim como para reivindicar a implementação de uma proposta de Educação Escolar Quilombola como direito a ser garantido para os sujeitos destas comunidades. E com o processo de luta e resistência no local,foi se constituindo como uma rede de articulação com organizações sociais externas à comunidade, ajudou no processo formativo e nos fez compreender que a terra era dos nossosantepassados, ou

seja, nos por direito. Embora na época da regularização das terras, o contexto brasileiro fosse de recessão, isso não inibiu os posseiros de se organizar em coletivos para requerer o direito à terra. Desse modo, a conquista do direito à titulação da terra em 1982, ainda que de forma individual, foi resultado de uma convergência de fatores históricos, identitários, sociais e políticos que teve a organização comunitária como maior expressão dessa luta. O direito de acesso à terra pelas famílias da comunidade configurou-se como um dos mecanismos que ajudou na consolidação da busca pelo reconhecimento como quilombola, anos mais tarde.

Na perspectiva de buscar um desenvolvimento humanamente sustentável, a ACDC tem buscado apoio de outras instituições no âmbito do município de Feira de Santana e outros municípios. Assim, na tentativa de validar a legitimação de luta de defesa de direitos, pós certificação a ACDC vem firmando parcerias com IES e escolas da comunidade e, vale destacar a parceria da ACDC com a Universidade Estadual de Feira de Santana, foi para implementar o cursinho Pré-Vestibular comunitário, uma parceria entre a UEFS a Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos e a ACDC, com intuito de possibilitar aos jovens uma preparação para acesso ao Ensino Superior.

Nessa perspectiva, o território tradicional é compreendido como espaço necessário à reprodução cultural, social, econômica destes povos. Desse modo, garantir um modelo de Educação Escolar Quilombola é um dos caminhos possíveis, mas também desafiador, no processo de valorização e fortalecimento da identidade, assim como a garantia de uma formação humanizada emancipatória, a partir de práticas educativas formais, em parceria com os movimentos sociais e sujeitos em movimento dos quilombos contemporâneos.

Destacamos duas dimensões da luta histórica dos quilombolas ressignificadas pelos sujeitos de direitos do Quilombo Contemporâneo a saber: a **dimensão da política** que assume um caráter de buscar e conquistar os direitos como forma de reparação histórica da exclusão sofrida pelo povo negro e quilombola. E a **dimensão da cultura** que traz a luta pela conservação da memória e ancestralidade e valorização da identidade como formas de assegurar e acessar políticas públicas destinadas a este público.

Assim, percebemos que a criação de políticas públicas destinadas à população negra e quilombola, tem implicações diretas na organização da dinâmica sociedade contemporânea. Para os sujeitos quilombolas, a educação constitui-se possibilidade de

formação sociopolítica capaz de promover um enfrentamento ao racismo e as desigualdades sociais, bem como vislumbrar a construção de modelo de sociedade baseado no bem-estar social. Dessa forma, a educação do campo quilombola é uma ferramenta essencial para que os sujeitos quilombolas possam disputar com igualdade de oportunidade os bens e serviços presente no “mato quilombola”, usufruindo das riquezas que compõe este espaço.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é RacismoEstrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMORIM, Cristiano Celestino Dourado Borges. **Por direitos e reconhecimento: as comunidades remanescentes de quilombos e ação direta de inconstitucionalidade 3239-9/2004. 2016. 62 f. Trabalho de conclusão de curso** (Bacharelado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ARRUTTI, J. M. **A emergência dos “remanescentes”:** notas para o diálogos entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro, 1997

ARRUTI, José Maurice, **2017. Conceitos, Normas e Números: uma Introdução à Educação Escolar Quilombola.** Disponível em:<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/3454/7619>. Acessado em 23 de março de 2021.

ARROYO, Miguel G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos.** Artigo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00047.pdf>. Acessado em abril de 2021.

**ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.).** Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Arquivo Público da Bahia: Dossiê de nº 1772 Irregularidade na Administração Pública no Estado da Bahia. 1976 – 1979.

BAHIA, Secretaria de Planejamento do Estado. Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014 [https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/lei13214\\_13042018\\_1439.pdf](https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/lei13214_13042018_1439.pdf). Acessado em junho de 2020.

BETTO, Frei, **O que é Comunidade Eclesial de Base.** Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro\\_betto\\_o\\_que\\_e\\_cebs.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf). Acessado em 22 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. **Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.** <http://mapa.an.gov.br/arquivonacional>: memória da administração pública brasileira. Por Louise Gabler. Acessado em 28 de janeiro de 2020

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.** Brasília – DF. 2012 BRASIL, Ministério da Educação.

**Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.**BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 - Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.**

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei n 10.639 de 09 de janeiro de 2003.**BRASIL 1988. **LEI Nº 7.668 de 22 de agosto de 1988.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7668&ano=1988&ato=868g3YU1UNBpWTe09.Acessado> em 06 de abril de 2021.

BRASIL,2015. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades de Matriz A. Africanas.** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Biblioteca Nacional. **Para uma história do Negro no Brasil.** Rio de Janeiro, 1988.

CHAGAS, M de F. **A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos"**. Horiz. Antropol. vol.7 no.15 Porto Alegre July 2001

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – **CONAQ. Terra titulada liberdade conquistada e nenhum direito a menos.** Disponível em [www.conaq.org.br/acessado](http://www.conaq.org.br/acessado) em 23 de fevereiro de 2020.

DOMINGUES Petrônio: **História trajetória do movimento negro no Brasil.pdf.** Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>, acessado em 20 de janeiro de 2021.

FIABANI, A. **O quilombo antigo e quilombo contemporâneo: verdades e construções.** XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007.

Fundação Cultural Palmares;**Comunidades quilombolas: conceito, auto definição e direitos.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=19099>: acessado em 28 de janeiro de 2020.

FERREIRA, Girlene da Cruz. Os meninos à volta da Fogueira: memórias e narrativas de pretos do quilombo Lagoa Grande, dissertação, 2020, 140 fl. PPGEL/UEFS.

FERNANDES, Florestan, **a integração do negro na sociedade de classe.** 5ªed. Editora global, 2008.

FEIRA DE SANTANA, 2007. Dispõe Sobre a Criação do Novo Distrito no Território do Município de Feira de Santana e Dá outras Providências.Lei Nº 2831/2007. Disponível em:<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana>.

FEIRA DE SANTANA, **LEI Nº 3651,de 16 de dezembro de 2016.** - Plano Municipal de Educação- anexo único – PME.2016.

FONSECA, Francisca das V. **Práticas de Leitura e Produção de textos no contexto da educação no/do campo**, BA. Monografia – Especialização em Estudos Linguísticos – Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS 2016.

FONSECA, Luana Cardoso, 2020. **Memória de Luta: Conflito pela Posse da Terra em Feira de Santana-Ba (1970-1980)**. Encontro Estadual de História, ANPHU/Bahia. Disponível em: <https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-Ba-2020/1606488993.pdf>. Acessado em 19 de abril de 2021.

FREITAS, Nacelice Barbosa. O descoroamento da Princesa do Sertão: de “Chão” a território, o “vazio” no processo de valorização do espaço. 2014. 416 folhas. Tese (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5470>. Acessado em março de 2020.

GIOVEDI Valter Martins. **Violência Curricular na Escola Pública**: Revista Teias v. 14 • n. 33 • 121-137 • (2013): Dossiê Especial Disponível em: Violência curricular na escola pública: conceito e manifestações. Curricular violence at the public school: concept and manifestations Giovedi | Revista Teias (uerj.br).

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOREIRA, Herivelto. **Critérios e estratégias para garantir o rigor na pesquisa qualitativa**. In: Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia. Ponta Grossa, v.11, n.1, p.405-424, jan. /abr.2018

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **Regularização do Território Quilombola: perguntas & Respostas**. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Brasília, 2017.

INCRA - Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária. **Processos quilombolas em andamento**. <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/pdf>. Acessado em: em 05 de fevereiro de 2020.

IBGE população total do município de Feira de Santana, Ba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. **ACESSADO EM 19 DE MARÇO DE 2020**.

LEITE I. B. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** *Horizontes Antropológicos*, n. 10, p. 123-150, artigo, 1999.

**Linhas Ferroviárias da Bahia. Disponível em:** <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/img/1898redeBA.ibgeCentenario.gif>. **acessado em abril de 2021.**



MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil.** In: QUINTAS, F. (Org.). *O negro: identidade e cidadania.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1995. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505/12810>.

MUNANGA, K.; GOMES, N.L. **Para entender o Negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. v. 1. 254p.

\_\_\_\_\_ **Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania.** São Paulo 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, A.O **QUILOMBISMO.** 2ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidadeétnica e territorialidade.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.2002

O'DWYER, Eliane Catarino.**Terra de Quilombos. Associação Brasileira de Antropologia.** Rio de Janeiro: Decania CFCH/ UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Eduardo, 2004. **Epistemologia da Ancestralidade.** Disponível. <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads>. Acessado em janeiro de 2021.

PEREIRA, Daiane da Fonseca. **Fazenda Candeal II: História e Memória.**In: MIRANDA, Eduardo O. (Organizador). **Educação Afro-Brasileira: encruzilhadas das experiências culturais.** Salvador-BA, Kawo-Kabiyese, 2015.

REIS, J.J.; GOMES, F. dos S. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J.J. e SILVA, E.S. **Negociação e Conflitos: resistêncianegra no Brasilescravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAMPAIO, Maria Cristina de Jesus. **O currículo vivido e os repertórios culturais negros nas escolas municipais da Matinha dos Pretos – BA: diálogos com a Lei 10.639.2013.181f.**Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

SANTOS, Danilo Moreira dos. **OS QUILOMBOLAS E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:** subsídios à discussão da política de ATER quilombola Horiz. Antropol. vol.7 no.15 Porto Alegre July 2001.

SOUZA<sup>1</sup>ElaineBastosTerra, Território, Quilombo: à luz do Povoado de Matinha dos Pretos (BA). Salvador. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.

SOUZA, Railma dos Santos. **Ações de Implementação da Educação Escolar Quilombola em Matinha dos Pretos**, Feira de Santana/Ba. TCC de Especialização em Educação e Relações Raciais, UFF, Niterói/RJ, 2015.

SOUZA<sup>2</sup>, Railma Santos. 2015. **História e Memória da Escravidão e Pós Emancipação nas Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Matinha dos Pretos e Fazenda Candeal (Feira de Santana/BA 1854-1945)**. Em:[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945017\\_711cec626dce8d027d94fe6462b7aaee.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945017_711cec626dce8d027d94fe6462b7aaee.pdf). Acessado em 10 de abril de 2020.

SUPREMOS TRIBUNAL FEDERAL Plenária. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239. Distrito Federal**. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/sob\\_o\\_numero\\_8137174](http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/sob_o_numero_8137174). acessado em 13 de novembro de 2019.

VITÓRIO, Maria Aparecida Pereira. **Quilombos: Retratos da Paisagem das Terras de Preto da Matinha**. Feira de Santana-Ba. Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial UEFS, 2015.

## APÊNDICE

### **O negro na legislação Brasileira: quadro de resumo de algumas das Leis.**

**1. Lei Eusébio de Queiroz**, de 7 de nov. de 1831: Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores de escravos. Os escravos achados serão reexportados. Os importadores incorrem em pena do Código Criminal (crime comum), a título de reduzir a escravidão pessoa livre. Caracteriza o importador e estabelece multas e penalidades. Veda a qualquer homem negro, livre ou liberto desembarcar no Brasil, sob pena de reexportação. O produto das multas seria aplicado para as Casas de Expostos da Província onde se deu a apreensão da mercadoria.

**2. Lei n. 1, de 1837. Primeira lei de educação:** negros não podem ir à escola São proibidos de frequentar as Escolas Públicas todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. Ou seja, a população negra era comparada como pessoas de doenças contagiosas, na descrição fica bem claro que os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos

**3. Lei 531, de 4 de set. de 1851:** Estabelece medidas para a repressão do Tráfico de Africanos. Tipifica o crime como de pirataria. Caracteriza como criminosos todos os que de alguma forma concorram para ele. Aumenta a participação nos prêmios pela captura. Aumenta o controle sobre os serviços dos Africanos Livres, que não podem mais ser cedidos a particulares. Estabelece como justiça competente a Auditoria da Marinha, em primeira Instância, e o Conselho de Estado (órgão consultivo do Imperador) em segunda.

**4. Lei 2040, do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871:** Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascem a partir desta data, liberta os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Forma de criar: até os 8 anos de idade, em poder e autoridade do senhor da escrava; a partir daí o senhor tem como opção receber indenização e entregar ao Estado, ou usar os serviços do menor até 21 anos; o excesso de castigos faz cessar serviços. Ação governamental é optativa. O Governo poderá entregar a associações particulares os “ingênuos” cedidos ou abandonados pelos senhores; estas associações terão direito aos serviços dos menores até os 21 anos, desde quando: criem e tratem dos mesmos, lhes constituam pecúlio e consigam colocação ao

fim dos serviços. O Governo poderá retirar os menores e colocá-los em órgãos públicos criados para este fim. Legaliza forma de emancipação por alforria. Cria Fundo de Emancipação e estabelece a periodicidade anual para a libertação por este Fundo. Reconhece o direito do escravo a constituir pecúlio e estabelece juntas de alforria para fiscalização. Reconhece ao escravo direito a alforria por diversas formas. Derroga a anulação de alforrias. Reconhece família escrava, que não pode ser dividida. Declara Libertos: Os escravos da Nação; escravos dados em usufruto à Coroa; das heranças vagas; abandonados por seus senhores. Todos os libertos ficam, durante 5 anos, sob Inspeção do Governo. São obrigados a contratar serviços, sob pena de serem constrangidos a trabalhar em estabelecimentos públicos, se vadios. Cria Matrícula Geral dos Escravos. Senhores são obrigados a registrar nominalmente cada escravo, declarando sua idade, filiação, origem, valor, sob pena de aquela pessoa ser declarada livre. Escravos cuja idade expressasse sua entrada no país depois de 1831 era considerado livre.

**5. Lei 3270**, Lei dos Sexagenários, de 28 de set. de 1885: Regula a extinção gradual do elemento servil. Manda fazer nova matrícula de escravos; toma como base a de 1873, em especial no que diz respeito a declaração da idade. Escravos cuja idade fora aumentada para fugir aos efeitos da lei anterior seriam agora beneficiados com limite de idade para escravidão fixado. Estabelece tabela decrescente de valor do escravo, segundo a idade. Escravo mais velho, menor valor. Mulheres valem 25% menos que os homens. Amplia Fundo de Emancipação, criando taxa adicional de 5% sobre todos os impostos - exceto o de exportação. A taxa era destinada para: 1/3 - emancipar os escravos mais velhos; 1/3 - incentivar os proprietários interessados a implantar o trabalho livre, pagando 50% do valor de todos os seus escravos. 1/3 - Subvencionar a colonização por imigrantes. Os escravos matriculados perdem anualmente valor, numa tabela progressiva, até o limite de 12% em 13 anos. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da Lei. No entanto, os mesmos são obrigados a prestar 3 anos de serviços. Dispositivo não se aplica aos de mais de 65 anos. Senhor é obrigado a manter e cuidar destes. Os libertos são ficados domiciliarmente por 5 anos, a contar da libertação. São estabelecidas medidas de controle do trabalho e punição da “vadiagem”.

**6. - LEI 3353**, Lei Áurea, de 13 de maio de 1888: Declara extinta a escravidão no Brasil.

**7. 1968 - Lei do Boi: 1a lei de cotas.** Para filhos de fazendeiros. Não foi para negros, foi para filhos de donos de terras, que conseguiram vaga nas escolas técnicas e nas universidades públicas.

**8. 1988 - Nasce nossa atual Constituição.** Só após cem anos da oficialização do sistema escravista para ser reconhecido na constituição, direitos ao reconhecimento das terras dos remanescentes (sic) quilombolas e o crime do racismo

**9. 2001 - Conferência de Durban,** África do Sul após anos e anos de luta dos movimentos negros o Estado reconhece que terá que fazer políticas de reparação e ações afirmativas.

**10. 2003 - Lei 10639** – mais uma conquista dos mov. Sociais, com aprovação da Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira

**11. 010 - Lei 12288** - que cria o Estatuto da Igualdade Racial.

**13. 2012 - Lei 12711** - Cotas nas universidades. Em que milhares de pessoas pretas começam a vislumbrar como sonho real o acesso ao Ensino Superior.

Quadro elaborado por Jaci Maria Ferraz de Menezes, 2009. Publicado na Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-2584 102. Acrescido com mais informações por FONSECA, 20

## APÊNDICE

### Não fechamos nossos olhos!

Tentei fechar meus olhos para tentar não enxergar, que minha raça não tinha direito de se defender e trabalhar. Primeiro levaram eles em um navio escravizador e os que não obedeciam de um chicote sentia dor, mas não me importei, pois não tinha sentido a dor, achei uma mera besteira apanhar só pela cor, além de sentir a dor daquele temido chicote também tinham que sofrer a dor, a dor da perda da morte.

De novo não me importei, pois o fato não acontecia comigo só fazia ficar olhando e se precisasse chorar, cedia meu ombro amigo, após o chicote e a morte presenciei as violências, de nossos cargos sendo oferecido para uns tais de brancos, chamavam eles de concorrência. Foi aí que me dei conta, mas percebi queera tarde, que daquele povo escravizado, chicoteado e morto eu também fazia parte.

Não fui escrava do navio, mas fui escrava do preconceito, não sentia a dor da morte, mas senti a dor do peito, pois somos discriminados pelo fato de ser preto, não fui alvo de violência, mas presencia os meus amigos, por ser preto, ser confundido por ladrão dizer que foi bala perdida, tirarem a sua vida e vê-lo estirado no chão.

Peço para não fechar os olhos assim como eu fechei para não sermos deixados de lado repetindo tudo outra vez.

Autora. Gisele Lima

### Origem

Por onde quer que eu vá  
Das minhas origens não posso esquecer  
Das brincadeiras da infância, do meu  
tempo de criança  
Não posso deixar a memória morrer

Os momentos que já vivi  
As lutas pelas quais já passei  
Cada momento que me fortaleceu  
Sempre grata eu serei

A história do meu lugar  
A cultura e a resistência  
A minha família e amigos  
Levo comigo em minha essência

Cada processo da vida  
Cada lágrima derramada  
Cada alegria vivida  
Vão construindo a minha jornada

Cada pessoa traz dentro de si  
Sua origem, sua essência, sua luta, sua  
dor.

Cada um traz dentro de si os seus  
sonhos  
E as realizações e emoções, como o  
desabrochar de uma flor.

Valorizar a identidade  
Saber de onde vim e aonde quero  
chegar  
Da minha terra, da minha origem  
No coração irei levar.

Não é o que você tem de material  
Que define quem você é  
É o que você carrega na alma  
É sua humilde, a sua coragem, a sua fé.

Podem te julgar pela capa  
Por não saber a verdade que você traz  
Enfim seja valente, como povo da nossa  
gente  
Que vai à luta e mostra que é capaz.

Lena Pereira  
Poesia é a arte da alma

**ANEXO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
 Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/76  
 Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/86  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Ofício

De: Francisca das Virgens Fonseca  
 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico UEFS  
 Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES

Para: Diana Ferreira Vitório  
 Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candéal – ACDC

### SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezada Presidente,

Sou Francisca das Virgens Fonseca, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico – UEFS, autora do projeto de pesquisa que tem como objetivo “analisar como os processos de formação educacional e política da comunidade (2000-2016), ajudaram na consolidação do reconhecimento da comunidade quilombola, com o prazo de execução de dois anos. Sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante – (PPGE-UEFS).

Venho por meio deste, solicitar uma possível parceria com a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candéal para execução deste trabalho dentro da associação, acreditando que ter a associação como interlocutora neste processo será de grande relevância para o desempenho deste trabalho.

Esta parceria visa ter anuência para ter acesso aos documentos da associação que podem qualificar o trabalho com o tema da educação quilombola e formação sociopolítica (Livro de Atas, Planos de ação, Relatórios de atividades), participação em reuniões ordinárias e assembleias de interesses da pesquisa, autorização para possíveis publicações de cunho científico com o nome da Associação enquanto instituição parceira.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta instituição, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Francisca das Virgens Fonseca

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
 Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/76  
 Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/86  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Ofício

De: Francisca das Virgens Fonseca  
 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico UEFS  
 Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES

Para: Carla Karina Silva Andrade  
 Diretora da Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos

### SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezada Diretora,

Sou Francisca das Virgens Fonseca, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico – UEFS, autora do projeto de pesquisa que tem como objetivo “analisar como os processos de formação educacional e política da comunidade (2000-2016), ajudaram na consolidação do reconhecimento da comunidade quilombola”, com o prazo de execução de dois anos. Sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante – (PPGE-UEFS).

Venho por meio deste, solicitar uma possível parceria com a escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos para execução deste trabalho dentro da escola, acreditando que, ter a escola como interlocutora neste processo será de grande relevância para o desempenho deste trabalho.

Com esta parceria visamos ter anuência para ter acesso à instituição, aos documentos da escola que podem qualificar o trabalho com o tema da educação quilombola (Projeto Político Pedagógico, Planos de curso, Acervos bibliográficos), participação em reuniões pedagógicas de interesses da pesquisa, interlocução com os espaços de sala de aula e seus docentes quando autorizadas, autorização para possíveis publicações de cunho científico com o nome da escola enquanto instituição parceira.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta instituição, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Francisca das Virgens Fonseca  
 Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação – Bolsista da Coordenação de  
 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES



**Universidade Estadual de Feira Santana - UEFS**  
**Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado**  
**Pesquisadora: Francisca das Virgens Fonseca**  
**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a), de uma pesquisa no campo da educação, a qual é desenvolvida pela estudante de mestrado Francisca das Virgens Fonseca e da sua Orientadora Prof<sup>ª</sup>. **Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante**, essa pesquisa tem como Título: **“A relação educação e sociedade nos processos de fortalecimento dos reconhecimentos de territórios tradicionais das comunidades quilombolas: o caso da Fazenda Candéal”**. O objetivo da pesquisa é: **analisar como os processos comunitários de formação política ajudaram na consolidação do reconhecimento da comunidade quilombola, Fazenda Candéal (2000-2016)**. Caso você concorde em participar serão realizadas perguntas que serão gravadas e transcritas para melhor análise, mediante a sua aprovação. Assim, os trabalhos serão gravados, transcritos e posteriormente serão armazenados em local apropriado e colocado a disposição por um período de cinco anos, passado este período o material será destruído. Ao final da pesquisa os resultados dos trabalhos serão utilizados para a construção de uma dissertação de mestrado pela pesquisadora e publicado para livre acesso de todos. É garantido o sigilo quanto a sua participação e seu nome não será divulgado em nenhum dos materiais que venham a ser publicados. Você não terá nenhum tipo de despesa e, não haverá nenhum tipo de pagamento por sua colaboração e nem beneficiamento direto à sua pessoa. Os desdobramentos inerentes à pesquisa serão de inteira responsabilidade da pesquisadora responsável. Sua participação é muito importante para a realização desta pesquisa, pois a mesma irá discutir o conceito de Comunidade Tradicional e os processos de reconhecimento de comunidades quilombolas no Brasil contemporâneo como também investigar o processo de reconhecimento da comunidade tradicional quilombola do Distrito da Matinha a

partir da trajetória histórico-cultural local, e processos formativos dos moradores da comunidade do Candéal. Você receberá uma cópia deste termo, onde se encontra o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa agora ou a qualquer momento. Sendo assim, concordando em participar desta pesquisa, assine este termo em duas vias, ficando uma em suas mãos e a outra com a pesquisadora.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_de setembro de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador Responsável

Pesquisadora responsável: Francisca das Virgens Fonseca  
UEFS – Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE  
Fone: 75 981270105  
E-mail – franciscafonseca@hotmail.com

## ANEXO



**Universidade Estadual de Feira Santana**  
**Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado**  
**Pesquisadora: Francisca das Virgens Fonseca**  
**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante**

**Título da pesquisa:** A relação educação e sociedade nos processos de fortalecimento e reconhecimento de territórios tradicionais quilombolas: o caso da fazenda Candéal

**Identificando o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa:**

**Nome Completo:**

**Idade:**

**Estado civil:**

**Religião:**

**Cor:**

**Sexo:**

**Comunidade/povoado onde reside:**

**Você possui filhos?** ( ) Sim ( ) Não Quantos? \_\_\_\_\_

**Trabalha?** Sim ( ) Não ( ) Qual a sua ocupação? \_\_\_\_\_

**Sua residência é:**

( ) Casa própria

( ) Alugada

( ) Cedida

( ) Outros \_\_\_\_\_

**Com quem você mora?**

Com ospais ( )

Com o companheiro/a ( )

Com parentes ( )

Outros: \_\_\_\_\_

**Qual sua renda familiar:**

- ( ) Até 1 salário-mínimo  
 ( ) Entre 1 e 2 salários-mínimos  
 ( ) Mais que 2 salários-mínimos

**Você ou algum membro da família é beneficiário de algum programa social: pode marcar mais de uma opção.**

BolsaFamília ( ) Programa Nacional de Crédito Fundiário ( ) Programa Nacional de Reforma Agrária ( ) Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda ( ) Programa Cisternas ( ) outros \_\_\_\_\_

**Qual seu nível de instrução:**

Não estudou ( ) Ensino Funda. I incompleto ( ) Ensino Funda. Completo ( ) Ensino médio Completo ( ) Ensino médio Incompleto ( ) Ensino Sup. Incompleto ( ) Ensino Sup. Completo ( ) Pós- Graduação ( )

**10) Em que tipo de escola você estudou:**

Escola pública ( ) Comunitária ( ) Particular e pública ( ) não frequentou escola ( )

**Você tem filhos ou netos que estuda na escola da comunidade:**

Sim ( ) Não ( )

**Você acha/considera que os conhecimentos da comunidade são trabalhados e ou valorizados pela escola:**

Sim ( ) Não ( )

**Você já participou de alguma formação/reunião da escola sobre a identidade negra:**

Sim ( ) Não ( )

**Qual seu grau de satisfação em relação a escola da comunidade:**

Satisfeito ( ) Totalmente satisfeito ( ) Insatisfeito ( ) Total. Insatisfeito ( ) Indiferente ( )

**Como foi adquirida a posse da terra que você mora:**

Compra ( ) Doação ( ) Herança ( )

*Muito obrigada pela colaboração nesta pesquisa!  
 Francisca das Virgens Fonseca*



### **ANEXO 3**

#### **Roteiro da entrevista**

1. Na sua opinião, qual a contribuição das instituições local (escola e associação) no processo de certificação da comunidade enquanto comunidade Tradicional Quilombola?
  2. Na sua opinião, qual a importância de a escola desenvolver uma educação voltada para realidade da comunidade? E se você acha que a associação desenvolve algum tipo de formação?
  3. Você já participou de alguma formação/reunião sobre a identidade do povo negro e Quilombola? Se sim, onde?
  4. O que você entende por Quilombola?
  5. Você conhece a história de formação da comunidade? Comente um pouco.
- Tem mais alguma que deseja comentar?

Desde já, agradeço a sua colaboração.  
Pesquisadora: Francisca das Virgens Fonseca – cel: 75 981270105



